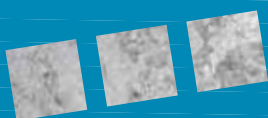


deBates #2

**JUNTAR
FORÇAS**



VI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

7 e 8 Fevereiro | LISBOA | Complexo Municipal do Casal Vistoso - Areeiro

www.esquerda.net



VI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

7 e 8 Fevereiro | LISBOA | Complexo Municipal do Casal Vistoso - Areeiro
www.esquerda.net | www.6cn.bloco.org

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO ÀS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

1. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO A

Nota: seguem as emendas e adendas apresentadas à Moção A, com a resposta dos redactores da Moção. Naturalmente, as propostas que não têm o acordo dos redactores da Moção podem ser apresentadas ao voto da Convenção, se os seus autores assim o entenderem.

EMENDA 1

PROPOSTA DE FRANCISCO CASACA

Pág.28 do deBatEs #1, onde está:

“A acentuação de disputas de hegemonia não cria apenas novas oportunidades num mundo inevitavelmente mais multipolar. Cria também novos riscos e novos problemas.”

Alterar para:

“A acentuação de disputas de hegemonia não cria apenas novos riscos e novos problemas. Cria também novas oportunidades num mundo inevitavelmente mais multipolar.”

RESPOSTA: é uma mera alteração de redacção sem qualquer modificação ao texto. Rejeitada.

EMENDA 2

PROPOSTA DE FRANCISCO CASACA

Pág.29 do deBatEs #1, no final da TESE 5, acrescentar:

“Perante a nova crise mundial da economia de mercado mais urgente se torna pensarmos na transição económica para o Socialismo do Século XXI.

Esta transição para uma economia de democracia participativa, passa por uma economia democraticamente planificada, capaz de servir as pessoas com equidade e eficiência; com distribuição igualitária de rendimentos ; a utilização do valor (tempo de trabalho) como princípio de contabilidade e cálculo de custos; a combinação da planificação democrática estatal com o apoio/desenvolvimento de iniciativas locais e a cooperação à escala internacional:

- Reconhecer por lei que o trabalho é a única fonte de valor, tal como estabeleceram Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e John Maynard Keynes.

- A determinação do valor das moedas será conforme as horas de trabalho realizadas em cada economia nacional. Uma vez estabilizada o valor da moeda esta poderia chamar-se a Hora (de Trabalho).

- Dar aos trabalhadores o direito de receber o valor total criado pelo seu trabalho. Este direito deve ter expressão constitucional. Se trabalharem uma hora serão pagos com 1 hora de tais certificados e poderão comprar produtos que levam 1 hora a produzir. Isto não significa que os trabalhadores poderão consumir todo o valor que produzem porque haverá uma dedução necessária para cobrir os fundos sociais necessários (saúde, educação, ...) Essas deduções poderão cobrar-se em forma de impostos.

Há que evitar o perigo que a exploração privada seja vista como sendo substituída pela exploração estatal. Para prevenir este equívoco, os impostos num país socialista devem ser votados pelos próprios cidadãos. Isto poderia fazer-se electronicamente, utilizando-se os telemóveis com um sistema seguro e transparente.

De maneira semelhante as principais rubricas do orçamento deverão ser aprovadas por plebiscitos electrónicos.

- Estabelecer impostos sobre os grandes proprietários de terras a fim de captar a maior parte do rendimento da renda.

- A médio prazo, a política económica deve acabar com a usura (os juros sobre os empréstimos).

- Um cancelamento geral das dívidas deverá ser a política internacional do socialismo.”

RESPOSTA: Rejeitada. A adenda propõe uma regulamentação da transição para o socialismo. Esse debate está por fazer, e depende sobretudo da experiência da luta social concreta e das estratégias transformadoras. Não é razoável que, sem qualquer discussão, o Bloco defina por votação este tipo de regras nesta Convenção.

EMENDA 3

PROPOSTA DE VÍTOR SARMENTO

Substitui 6.1, na pg 29:

A luta em defesa da escola pública, de igualdade e de inclusão, tem vindo a assumir um papel de relevo na luta geral que se tem desenvolvido em defesa dos serviços públicos de qualidade, onde largos milhares de cidadãos e cidadãs, Associações e Movimentos (de Utentes, Cidadãos e Moradores, alguns criados expressamente para a condução destas lutas) se têm envolvido, através de manifestações, abaixo assinados, vigílias, concentrações e outras formas de luta, contra a descaracterização e privatização de diferentes serviços públicos levados a cabo pelo actual governo do PS, com o apoio silencioso da direita parlamentar..

A luta dos professores foi o maior movimento social contra a política do governo e polarizou o país. A sua vitória depende muito da aliança de todos quantos

façam da escola e dos serviços públicos uma luta essencial.

RESPOSTA: Aceite. Reforça a referência à luta dos e das professoras e de todos e todas quantos defendem a escola pública.

EMENDA 4

PROPOSTA DE FRANCISCO CASACA

Pág. 30 do deBatEs #1, onde está:

“7.5. A vulnerabilidade da hegemonia do Império e a sua derrota nas guerras do Iraque e do Afeganistão cria novos perigos, em particular no Médio Oriente, e estendendo a estratégia de tensão para os Balcãs, o Cáucaso e a Europa.”

Alterar, por exemplo, para:

“7.5 Com a derrota nas guerras do Iraque e do Afeganistão, a hegemonia do Império mostrou-se vulnerável. Novos perigos, em particular no Médio Oriente, com a extensão da estratégia de tensão para os Balcãs, o Cáucaso e a Europa.”

RESPOSTA: Rejeitada. É uma mera alteração de redacção sem qualquer modificação ao texto.

EMENDA 5

PROPOSTA DE VÍTOR SARMENTO

Emenda ao último período da tese 8, p. 31

O Bloco de Esquerda propõe a nacionalização da energia e defende as soluções públicas (municipais, intermunicipais e multimunicipais desde que permitam um serviço de qualidade a tarifas socialmente aceitáveis e sem exclusões) no sector da água e opõe-se às soluções preconizadas no PEAASAR II que deixam ao Estado os custos de investimento e aos privados as receitas da operação.

RESPOSTA: ACEITE. REFORÇA E CONCRETIZA A NOSSA RESPOSTA EM DEFESA DO SECTOR PÚBLICO DA ÁGUA.

EMENDA 6

Criação de um novo 12.3, p. 34 (anterior passa a 12.3)

Também as micro e pequenas empresas comerciais e industriais são atingidas por estas políticas neoliberais do governo do PS. Nos últimos meses registaram-se milhares de falências e muitas mais são esperadas para 2009. Os apoios anunciados pelo governo em três diferentes linhas de crédito (Investe 1,2 e 3) mostram-se de tal forma difíceis de negociar e obter na banca, que milhares destas empresas acabam por encerrar. A consequência é o aumento do de desempregados, sob o olhar cúmplice de Sócrates, que em contrapartida tem garantido apoios significativos para as grandes empresas.

RESPOSTA: Aceite. Reforça a denúncia do estrangulamento económico e do desemprego provocado pela política económica do governo liberal.

EMENDA 7

PROPOSTA DE RODRIGO TRANCOSO

Nova Tese 15, p. 36

Validação do Voto em Branco (a inserir após a Tese 14. do Capítulo 4.)

A génese do Bloco de Esquerda no espectro político-partidário nacional, teve subjacente a intenção de contribuir objectivamente para “um agitar de águas” no modo de fazer política. Efectivamente, tal tem sido a imagem de marca da acção do BE ao longo de todo o seu período existencial. Ao BE estão associadas as lutas ditas “fracturantes”, que no seu essencial têm visado a construção de uma sociedade democrática onde a participação activa e plena dos cidadãos se assume como característica dominante. Refira-se a título exemplificativo, a acção preponderante do BE na prossecução da IVG, na defesa do instrumento referendário, na luta contra o desemprego, no apoio aos movimentos de cidadãos contra as arbitrariedades efectuadas pelo Estado e empresas públicas, na reivindicação da igualdade plena de direitos para os homossexuais. O Bloco tem-se assumido assim como um veículo partidário fundamental para a construção de uma consciência colectiva de cidadania, a qual só poderá ter como resultado uma praxis política ao serviço dos reais interesses dos cidadãos em detrimento dos interesses partidários. Esta acção

política tem suscitado a oposição dos grandes partidos, mas paulatinamente o BE tem vindo a somar vitórias, pois é uma força em crescendo, com maior implantação junto dos cidadãos, e simultaneamente assiste-se a uma maior participação e intervenção cívica destes na causa pública.

Contudo, ainda persistem no actual sistema político-partidário muitos entraves a uma plena acção dos cidadãos. Um dos sintomas do desagrado patenteado por estes com essa situação é o fenómeno crescente da abstenção. É através desta que os eleitores mostram a sua indignação com o funcionamento partidocrático, julgando na sua boa-fé, que com esse acto estão a penalizar os agentes políticos. Na verdade, apesar dos lamentos e expressões de necessidade de reflexão que os partidos políticos exprimem para comentar o fenómeno da abstenção, nada é feito de concreto para que este tipo de atitude seja modificado. A razão desta total ausência de medidas contra a abstenção, é porque à luz do actual sistema eleitoral, ela é perfeitamente inócua. Independentemente do seu valor percentual, nenhum Presidente da República, deputado ou autarca deixará de ser eleito. Nenhuma real penalização sobre os agentes políticos se verificará. Compreende-se assim a inacção dos partidos políticos face a este fenómeno. Por outro lado, ao tacitamente estar-se a contribuir para que o fenómeno abstencionista alastre, está-se a atentar contra a própria democracia. A abstenção é a assunção clara de uma demissão, de uma recusa de participação no jogo democrático, de uma delegação em terceiros de decisões que a todos os cidadãos dizem respeito. Deste modo, o BE, sendo fiel e coerente com a sua matriz ideológica, não pode nem deve ficar indiferente a este fenómeno. É sua obrigação ética lutar por uma inversão de mentalidade e consequente comportamento.

Sendo assim, o BE, através do seu grupo parlamentar, irá apresentar a seguinte medida:

No âmbito da próxima revisão da Constituição da República Portuguesa, e revisão do Sistema Eleitoral para a Assembleia da República, Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas e Autarquias, propor a validação do voto em branco! Esta medida traduzir-se-á concretamente na defesa da alteração

do preceito constitucional que determina que os votos em branco não são considerados válidos na eleição para o cargo de Presidente da República, bem como na defesa da junção dos votos em branco aos votos que irão ser convertidos em mandatos pelo método de Hondt.

Deste modo, o BE estará a dar a possibilidade a quem acreditando na democracia e simultaneamente rejeita as opções que lhe são apresentadas, poder através do seu voto exprimir essa sua opção com resultados imediatos e efectivos. É o voto de todos aqueles que não prescindem de votar, mas que legitimamente não se revêem em nenhuma das candidaturas políticas apresentadas.

Com a implementação desta medida, os cidadãos terão na sua posse um verdadeiro e eficaz instrumento penalizador da classe política. E esta, ciente dessa possibilidade, irá inevitavelmente alterar a sua praxis política, no sentido de ir ao encontro dos legítimos anseios dos cidadãos. A consequência óbvia desta alteração será a diminuição da abstenção e a emergência de uma mais consciente, responsável e participativa sociedade democrática digna desse nome, objectivo primordial da existência e acção do Bloco de Esquerda!

RESPOSTA: Rejeitada. O Bloco não deve favorecer a apresentação do voto em branco como uma forma de protesto, porque é vazio de conteúdo alternativo.

EMENDA 8

PROPOSTA DE VÍTOR SARMENTO

Criação de um novo 15.2, p36, novo (o anterior 15.2 passa a 15.3)

As colectividades de cultura, recreio e desporto, bem como outras associações congêneres do Movimento Associativo e Popular continuam a ser importantes espaços de organização de base e de encontro de diferentes interesses das comunidades locais. São por isso espaços de luta e de consciencialização política, onde os aderentes do BE devem procurar agir no sentido de contribuírem para o crescimento dessas estruturas, bem como para a acção reivindicativa dos associados e das populações, em defesa da

aplicação de políticas de esquerda que contribuam para o aumento da qualidade de vida das pessoas, visíveis nas actividades multidisciplinares desenvolvidas por milhares de associações espalhadas por todo o País, em que nalguns casos são o único pólo de encontro das respectivas comunidades.

Por outro lado estes serão sempre espaços onde pelo seu exemplo e pela sua actividade os nossos aderentes podem contribuir para o alargamento da base de apoio às propostas locais e nacionais do BE.

Neste ano eleitoral de 2009, as organizações do BE deveriam desenvolver uma linha acção específica junto do Movimento Associativo local, integrando também Clubes, Associações de Pais, IPSSs, etc.

Vitor Sarmento

RESPOSTA: Aceite. Reforça a referência à acção social do Bloco nos movimentos associativos.

EMENDA 9

PROPOSTA DE MANUELA TAVARES

Adenda para um novo 15.4, p. 36:

O BE considera relevante o apoio ao crescimento de uma corrente política feminista de esquerda que retire espaço, em termos de pensamento e acção, ao feminismo institucional e liberal dominante na Europa.

RESPOSTA: Aceite. Reforça a defesa de um feminismo socialista contra o feminismo burguês e outras alternativas.

EMENDA 10

PROPOSTA DE ROGÉRIO MOREIRA

Emenda à Tese 17, nova redacção do ponto sobre autarquia, p38:

Nas autarquias o BE quer aumentar o número de eleitos, apresentando programas locais de uma campanha nacional. O Bloco apresentará as suas próprias candidaturas e não fará coligações com partidos de direita ou com o PS ou o PCP. Nos casos em que movimentos independentes com expressão local tornem possível uma convergência que alargue o campo da esquerda da luta social e que tenha ba-

ses programáticas claras e mobilizadoras, o Bloco estará disponível para essa convergência.

RESPOSTA: Aceite. Concretiza a possibilidade de acordo político e programático com forças independentes, qualquer que seja a forma jurídica que as identifique.

EMENDA 11

PROPOSTA DE JORGE COSTA, JOSÉ GUILHERME, PEDRO SOARES

Adenda à Tese 17, p38

O Bloco de Esquerda defenderá a necessidade de uma candidatura presidencial da convergência mais ampla possível para a luta política da esquerda, sem prejuízo da possibilidade de apoiar uma candidatura da sua área política no caso de essa alternativa não se concretize.

RESPOSTA: Aceite. Defende a candidatura convergente da esquerda nas presidenciais, que ocorrem no final do período de vigência das decisões desta Convenção.

EMENDA 12

PROPOSTA DE JOÃO LAFUENTE E PEDRO RAMAJAL

Nova tese 17 (a anterior passa a 18)

A Cidadania tem de ser Livre

Após a última Convenção, calcorreou o BE as estradas denunciando as políticas de emprego, primeiro, e logo a seguir o trabalho precário. O desemprego aumentava e, quanto aos empregos que foram sendo criados, foi possível constatar e denunciar o seu carácter fundamentalmente precário e de duvidosa qualificação. Para as pessoas, desemprego e trabalho precário significam ausência ou precariedade de rendimentos.

As iniciativas do BE sobre o estado da pobreza em Portugal, a campanha realizada no Porto, permitiram dar um conteúdo bem concreto às estatísticas que os media avançavam. Foi possível verificar que a pobreza se associava não só ao desemprego e a idosos, surgia igualmente, e de um modo significativo, entre a população assalariada. Ficámos também

a saber, com Jordi Estivill, do falhanço das políticas de workfare ensaiadas nos últimos 10/15 anos para combater a pobreza.

Assistimos actualmente à transferência massiva de recursos públicos para as mãos dos banqueiros vítimas do seu próprio jogo, ao mesmo tempo que nos preparam para a diminuição drástica do emprego nos tempos próximos.

Liberdade e democracia são incompatíveis com uma situação em que o desemprego e o empobrecimento são o horizonte cada vez mais visível para uma proporção significativa da população. E exige respostas bem mais concretas que a enunciação de princípios gerais de justiça social.

A resposta do BE deverá ser a exigência de um Rendimento Básico, incondicional e universal, não inferior ao limiar da pobreza.

1. O Rendimento Básico (RB) é uma quantia paga pelo estado a cada membro de pleno direito da sociedade ou residente, mesmo que não pretenda trabalhar de forma remunerada, sem tomar em consideração se é rico ou pobre, isto é independentemente de outras eventuais fontes de rendimento, e sem ter em conta as suas formas de coabitação.

2. O RB deve ser entendido como um direito de cidadania, como o reconhecimento da sociedade à existência. É pois universal e individual, não condicionado a qualquer nível de pobreza. Como o direito de voto, não impõe mais condições que as de cidadania. Tal como no voto, a pessoa não é obrigada a dar qualquer contrapartida em trabalho assalariado. O que significa reconhecer outros tipos de trabalho ou actividade como socialmente úteis, como o trabalho doméstico, o trabalho comunitário voluntário, por um lado; e, por outro, que as pessoas devem ser protegidas das flutuações do mercado e do estigma dos subsídios.

3. O RB é incondicional e universal, independente do sexo, da idade, de outros rendimentos, da religião, da orientação sexual.

4. O RB não se pretende limitar a ser um mecanismo de luta contra a pobreza mas, como direito de cidadania, um meio para sustentar a liberdade real das pessoas. E tal como aconteceu com a instituição do sufrágio universal como direito de cidadania, um

tipo semelhante de resistências intelectuais surgirão. A caracterização dos escravos como não-pessoas, a limitação a proprietários como únicos interessados no jogo eleitoral, ou as mulheres como incapazes de decisão, foram considerações que condicionaram a adopção do sufrágio universal na maioria dos países até meados do século passado (vinte!).

5. O RB pode ser uma medida imediatamente instituída. Desde o início do sec. XX que o desenvolvimento das forças produtivas atingiu o nível que permitia encarar a satisfação das necessidades básicas da população mundial. Só o impediu a existência de um sistema que, promovendo o desenvolvimento impressionante dessas mesmas forças, ao mesmo tempo promovia a apropriação sempre e cada vez mais desigual das riquezas produzidas. Há cem anos que as tentativas de superar estas contradições e promover formas mais racionais de distribuição e produção têm sido estancadas. Mas a riqueza foi sendo acumulada e as forças produtivas ainda mais impressionantemente desenvolvidas. Através de reformas fiscais adequadas por um lado, e da utilização de mecanismos financeiros existentes por outro, é possível financiar este sistema de redistribuição da riqueza.

6. O RB constitui uma das medidas mais eficazes e justas para responder à actual crise. Num momento em que se aceita que os estados injectem dinheiro num sistema financeiro que se conduziu à falência, dando origem a uma recessão cuja dimensão ainda não está definida, esta medida irá responder directamente às dificuldades da economia a que agora se chama “real”, isto é, da economia que produz bens e serviços necessários para as pessoas. Porque, e é importante realçar este facto, a crise caracteriza-se, em última análise, por as pessoas não poderem comprar os produtos que estão nas montras.

É por tudo isto que este é o momento para o BE construir em torno desta medida programática central as maiorias sociais e políticas necessárias para as transformações sociais e políticas inadiáveis.

RESPOSTA: Rejeitado. O Rendimento Básico universal tem como característica ser pago a todas as pessoas independentemente do seu rendimento

alto ou baixo, de terem ou não terem emprego. Se for de 600 euros, a proposta que está em cima da mesa, o seu custo representaria cerca de 70 mil milhões de euros, quase metade do PIB português e, para o financiar, seria preciso duplicar a carga fiscal. Os seus defensores concretizam a proposta com a sugestão de um IRS de taxa única acima de 50% para todas as pessoas. Não nos parece que esta proposta clarifique direitos ou seja mobilizadora. Para mais, cria confusão social: num país em que há dois milhões de pobres, defender que estes têm o mesmo direito a um rendimento social que os mais ricos do país, parece estranho e uma má política para um movimento socialista como o Bloco de Esquerda.

2. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO B

COMISSÃO PERMANENTE DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS - ALTERAÇÃO AO PONTO 10

O governo autárquico padece de um problema sério de falta de controlo democrático, problema este que é mais agudo quanto mais afastado está dos grandes centros políticos e mediáticos. A inclusão de vereadores da oposição nos executivos dá a falsa ideia de que existe aquele controlo. A lei autárquica não atribui aos vereadores minoritários quaisquer funções fiscalizadoras, sendo estas atribuídas às Assembleias Municipais. Todos concordam com a necessidade de reforçar a capacidade fiscalizadora das Assembleias Municipais; no entanto poucas ou nenhuma são as medidas efectivas nesse sentido.

Uma das medidas que têm sido sugeridas é a constituição de uma **Comissão Permanente** da Assembleia Municipal, composta por um elemento de cada bancada. A *permanência*, entendida como dedicação exclusiva à função, deveria ser ajustada à dimensão do município, podendo ser criados escalões (por

exemplo) de menos de vinte mil habitantes, (cinco dias úteis por mês); entre vinte mil e cinquenta mil (dez dias...); três semanas para os municípios entre cinquenta e cem mil, e todo o mandato para os municípios restantes. Independentemente da forma como viesse a ser materializada em lei, o tempo de permanência deveria ser atribuído a cada bancada, a qual seria responsável pela sua gestão entre os respectivos membros.

Todo(a)s o(a)s camaradas envolvido(a)s na questão autárquica sabem das insuficiências, incapacidades e dificuldades características deste tipo de luta, a maior dos quais é a falta de tempo para acompanhar o pulsar autárquico, desde logo a dificuldade de assistir às reuniões do executivo e outros actos, realizadas em tempo laboral.

Uma outra vantagem desta solução é a democratização do próprio exercício do cargo de Membro da Assembleia Municipal, já que todos os partidos ficam em pé de igualdade, em particular ganhariam os partidos mais pequenos, entre eles o Bloco, pois passaria a ter uma presença e um acesso mais eficaz aos actos do poder e a estar simultaneamente mais perto das populações e seus interesses. Não é difícil antever o potencial deste reforço de capacidade fiscalizadora, o quanto contribuiria para o equilíbrio de poderes e os benefícios resultantes, não só para a qualidade e o funcionamento do sistema político local, mas também para as populações.

Entendemos assim que a proposta de revisão da lei autárquica do Bloco de Esquerda deve integrar esta medida, pelo que a formulamos como adenda à Moção B.

SUBSCRITORES: OS MESMOS DA MOÇÃO 'B'.

3. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO C

Propostas apresentadas pela Comissão de Redacção da Moção C

Erro de composição: dar avanço no segundo parágrafo da introdução: “Apresentar hoje (...)”.

Erro de composição: na segunda página da nossa moção a introdução deve continuar a ser composta a uma coluna.

Na Introdução, parágrafo 7 onde se lê: “(...) em todos os sectores estratégicos (...)”, passará a ler-se: “(...) em todos os sectores estruturantes e estratégicos (...)”.

No capítulo 1, quarto parágrafo, alterar a redacção: “A experiência da RC e o castigo eleitoral que sofreu **representaram** um atraso na construção de uma alternativa de esquerda credível na Itália e **ajudaram** (...)”.

No ponto 2.1.1, parágrafo 2, onde se lê “superprodução” deve ler-se “sobreprodução”.

No Ponto 2.1.4., 2º parágrafo onde se lê: “(...) desprotegida e elementares direitos humanos (...)”, passará a ler-se: “(...) desprotegida de elementares direitos humanos (...)”.

No Ponto 2.2.4., acrescenta-se um 5º parágrafo: “Lutemos contra a política facilitista e logrista das Cotas de Carbono, criadas para legitimar o direito a poluir e a especulação bolsista sobre o ambiente”.

Nos compromissos a seguir a 2.2.4, acrescentar no final de a): “bem como o fim da intervenção de tropas portuguesas **em todos os cenários de guerra e ocupação.**”

Nos compromissos a seguir a 2.2.4, alterar em b): “EU” para “UE”.

No Ponto 2.3.1, 2º parágrafo, onde se lê “a aprovação de nova legislação laboral (...) às 65 horas semanais”, deve passar a ler-se: “**a tentativa de** aprovação de nova legislação laboral (**reprovada no Parlamento Europeu**), **que previa** a possibilidade de extensão do

horário de trabalho até às 65h semanais”

No Ponto 2.3.3, acrescenta-se um terceiro parágrafo:

“A revolta da juventude grega, nos finais de 2008, colocou em alerta os governos europeus, preocupados com a contaminação de formas de luta fora do quadro institucional”.

No ponto 2.3.5, acrescenta-se um terceiro parágrafo:

“Nesta discussão convém que registemos que, no plano interno dos respectivos países, a Sinistra Crítica, em Itália, cindiu com a Refundação Comunista em 2007, e, no estado espanhol, o Espacio Alternativo desfilou-se da Esquerda Unida em Outubro passado. Segundo os próprios: “As críticas essenciais [da Sinistra Crítica] ao PRC [Refundação Comunista] foram as do compromisso com a burguesia, a mioopia sobre a perspectiva política na participação num governo de remendos do capitalismo nacional, de incompreensão dos movimentos sociais, nomeadamente da sua necessidade de auto-organização e independência face aos partidos, de eurocentrismo e de paternalismo”.

Nos «Os Nossos Compromissos» a seguir ao Ponto 2.3.5., alínea (b), onde se lê “EU” deve passar a ler-se “UE”.

No ponto 3.1.1, alterar a redacção no primeiro parágrafo: onde se lê “A Comissão Europeia (...)” deve passar a ler-se “Os dados mais recentes têm confirmado as previsões da Comissão Europeia para a entrada em recessão de Portugal, bem como do conjunto dos países da União Europeia a 27. “

Nos «Os Nossos Compromissos» do Ponto 3.2.4., alínea (b) fazem-se as seguintes alterações:

No 3º parágrafo onde se lê: “com gestão sob o controlo dos trabalhadores.”, passará a ler-se: “com gestão sob o controlo dos trabalhadores e supervisão do estado.”

No 5º parágrafo onde se lê: “*dos contratos de crédito à habitação.*”, passará a ler-se: “*dos contratos*

de crédito à habitação permanente, para que estejamos perante um direito real à habitação e não a contribuir para o enriquecimento da banca.”

No 7º parágrafo onde se lê: “- Congelamento dos preços dos bens de primeira necessidade,”, propõe-se que se leia: “**Subsídio ou congelamento dos preços bens de primeira necessidade,**”

No Ponto 3.2.2., 2º parágrafo, onde se lê: “a realizar em Dezembro” deve passar a ler-se “realizado em Dezembro”.

Acrescentar um novo ponto 3.2.5

“3.2.5 Sem “juntar forças” não há governo de esquerda

Defendemos na Convenção de 2007 um caminho de unidade à esquerda, que disputasse a maioria social traduzida em votos. Esta nossa proposta não teve vencimento no interior do BE, e das outras áreas políticas e partidárias também não surgiram propostas concretas de convergências que, encetadas em tempo útil, poderiam ter conduzido a outra solução, diferente da que agora se nos coloca, a de impedir a repetição da maioria absoluta do PS.

Governo PS ou governo PSD, é então, o cenário imposto aos trabalhadores e ao povo de esquerda, que não viram as lideranças partidárias tentarem sequer chegar a compromissos que possibilitassem a proposta de um novo governo e novas políticas, num ano que se anuncia como de agravamento da profunda crise social nacional e internacional.”

No Ponto 3.3.2., 4º parágrafo onde se lê: “(...) “trocar” este Sá Fernandes por outro qualquer não iria mobilizar internamente o partido (...)”, propõe-se que se leia: “(...) “trocar” este Sá Fernandes por outro qualquer **independente** não iria mobilizar internamente o partido (...)”.

Acrescentar um Ponto 3.3.3:

3.3.3 Uma política socialista, contra o governo e a direita, para as Autárquicas

“Aparentemente há um certo consenso no BE (expresso nas diferentes moções à VI Convenção) para que nas próximas eleições autárquicas não sejam estabelecidas coligações pré-eleitorais.

No entanto, há sinais de que em diversos pontos do país estão a ser construídas “listas de cidadãos”, onde se organizam sectores alegristas do PS com aderentes do BE. A hipótese de nestas listas não se vislumbrar uma política de oposição ao Governo, de o nosso programa, a sigla e o próprio partido ficarem assim diluídos, poderá levar a que nessas autarquias sejamos muletas daqueles que não romperam política ou partidariamente com o PS.

Por isso defendemos em primeiro lugar que o BE apresente listas próprias, admitindo que possam ser feitas alianças pré-eleitorais apenas quando haja um programa claro de oposição ao Governo, e ao que as suas políticas representam no plano local.”

No Ponto 4.1.1., 3º parágrafo onde se lê: “(...) a quase inexistência de núcleos por escola ou local de trabalho, (...)”, propõe-se que se leia: “(...) a quase inexistência de núcleos **por áreas temáticas**, por escola ou local de trabalho, (...)”.

No Ponto 4.1.4., 3º parágrafo onde se lê: “(...) construção de mais núcleos regionais e sócio-profissionais para que saíamos das eleições não apenas com mais votos, (...)”, propõe-se que se leia: “(...) construção de mais núcleos regionais, **sócio-profissionais e multidisciplinares, que se concentrem sobre temas estruturantes das políticas nacionais e locais**, para que saíamos das eleições não apenas com mais votos, (...)”.

Nos «Os Nossos Compromissos» do Ponto 4.1.4., propõe-se a substituição da alínea (b) pela seguinte:

“(b) O BE deverá incentivar a organização militante baseada primordialmente em núcleos sócio-profissionais de escola, local de trabalho ou sector profissional, bem como promover a criação de núcleos multidisciplinares, por áreas temáticas, que se concentrem sobre temas estruturantes das políticas nacionais e locais, aglutinados em núcleos regionais. Estas formas de organização devem ser pautadas

pela realização de plenários/assembleias com poder de decisão sobre orientação política e realização de actividades.”

No título 4.2 retirar maiúscula em “Um”.

No final do texto, no título onde se lê:

“COMPROMISSOS PARA CUMPRIR”, propõe-se que se leia: **“OS NOSSOS COMPROMISSOS SÃO PARA CUMPRIR”**.

PROPOSTAS APRESENTADAS POR CELINA ADRIANO E JOÃO MARQUES

Ponto 3.1.2., entre os 3º e 4º parágrafos acrescentar

“A solução burguesa para a promoção do acesso à habitação através da aquisição de habitação própria permanente, mediante a contratação de crédito “para toda a vida”, não foi mais do que criar um novo tipo de “Senhorio” - encabeçado pela banca - que lucra astronomicamente com os novos “reféns sociais”, sem qualquer responsabilidade pela manutenção do edificado ou pelo pagamento das taxas imobiliárias.

As famílias e fundamentalmente os jovens são assim empobrecidos, uma vez que canalizam a maior parte dos seus fracos recursos financeiros para este fim, acreditando na futura rentabilidade do mesmo, sem perceberem que se encontram cativos de um sistema capitalista, cujo único objectivo é *o lucro a qualquer preço*, que de um momento para outro sobe as taxas de juro deixando os mais fracos sem casa.”

Acrescentar um novo ponto 3.1.3, alterando a numeração subsequente

3.1.3 O Capitalismo manobra o território

“O capitalismo veio promover ainda o enriquecimento desenfreado do lóbi do betão e legitimar a especulação tanto no imobiliário como nas operações urbanísticas de alteração da classificação do uso do solo, permitindo a acumulação “obscena” de

capitais por alguns, sobre bens que deveriam ser de todos.

O desordenamento do território tem crescido baseado em especulação e interesses capitalistas, acentuando as desigualdades sociais e a baixa qualidade de vida e ambiental.

A utilização do espaço público e dos edifícios que recebem público é muito determinada pelas condições de acessibilidade e mobilidade pedonal. A existência de condições para que todos(as), sem excepção, possam fruir os espaços colectivos, prende-se directamente com a igualdade, a inclusão e a não discriminação.

Sócrates logo após as eleições legislativas, veio populistamente dizer que os cidadãos com necessidades especiais iam ser alvo de atenção, mas naquele momento não concretizou o que iria fazer: retirar os benefícios fiscais aos trabalhadores com deficiência; alterar a tabela de classificação de incapacidades; legislar sobre a acessibilidade e mobilidade pedonal sem estabelecer dotação orçamental para tornar consequente a sua aplicação.”

Ponto 3.2.4., alínea b) «Os Nossos Compromissos»
Após o 9º parágrafo acrescentar:

- *Distribuição dos lucros das empresas pelos seus trabalhadores, em vez de, exclusivamente, pelos accionistas e gestores;*
- *Medidas para pôr termo ao monopólio das multinacionais sobre a economia nacional;*
- *Tributação das mais-valias obtidas no mercado bolsista em sede de IRC e IRS, conforme os casos;*
- *Revisão de toda a legislação sobre o ordenamento do território e urbanismo. Criação de um Código do Urbanismo compilando toda a matéria relacionada.*
- *Acabar com a especulação através da captura total, pelo estado, das mais-valias provenientes das transacções imobiliárias e de operações urbanísticas administrativas de alteração do uso do solo.*
- *Reposição dos benefícios fiscais aos trabalhadores com deficiência;*

- *Criação de bolsas de casas, garantindo o direito à habitação para todos(as).*

PROPOSTA APRESENTADA POR OTÁVIO RAPOSO, JOSÉ NICOLAU GOMES E PEDRO VARELA

Fundamentação: Em relação às imigrantes e aos imigrantes, o governo continua a dificultar a sua legalização, mantendo-os como mão-de-obra barata e descartável, sempre sujeita às rusgas promovidas pelo SEF e PSP. A perseguição policial também continua a oprimir os moradores dos bairros pobres da periferia das grandes cidades, ao mesmo tempo que a política de degradação social do Governo favorece o crescimento da xenofobia e do racismo.

No Ponto 3.1.5., acrescentar a seguir ao segundo parágrafo:

“Embora Portugal necessite dos trabalhadores imigrantes para preencher postos de trabalho, contrariar o forte envelhecimento populacional e equilibrar a sua balança de pagamentos (entre trabalhadores activos e inactivos) de modo a impulsionar a economia, a opção do governo Sócrates continua a ser a de mantê-los à mercê de uma lei que inviabiliza a sua regularização e criminaliza a sua existência.

Esta contradição pode ser explicada pelos avultados lucros das empresas, que se aproveitam do estatuto precário dos trabalhadores imigrantes para os sujeitar à sobre-exploração, ao mesmo tempo que reduzem o salário da classe trabalhadora no seu conjunto. Procurando legitimar esta lei reaccionária, o governo utiliza as instituições que tem ao seu dispor e os meios de comunicação social, para criar um sentimento de insegurança na população portuguesa, através da associação dos imigrantes à criminalidade, ao desemprego e à pobreza.

Considerados cidadãos de segunda, os filhos dos imigrantes continuam, de acordo com a nova lei, a ter de esperar completarem os 18 anos para terem direito a nacionalidade portuguesa, o que traz consequências negativas para a sua vida: dificuldades em conseguir emprego, ter acesso ao desporto e outras actividades recreativas/culturais, etc.. Além

disso, são os jovens filhos de imigrantes (maioritariamente pobres e negros), moradores dos subúrbios das grandes cidades, os mais expostos à violência policial, situação que a ausência de documentos só vem agravar.”

A seguir ao Ponto 3.1.5 acrescentar

“Os nossos compromissos

a) O BE compromete-se a realizar uma campanha pela legalização de todos os imigrantes, pela alteração da lei da nacionalidade de *jus sanguinis* para *jus solis* (para que o acesso directo à nacionalidade portuguesa seja conferida a todos os que nascerem no país, contrariamente à actual lei que só a concede automaticamente aos filhos dos portugueses), contra a violência policial, pelo encerramento dos Centros de Detenção e pelo combate à visão racista transmitida pelos órgãos de comunicação social.

b) Na luta contra o desemprego, é preciso dar especial atenção ao problema enfrentado pela mulher trabalhadora, tentando organizar acções em áreas com forte presença feminina no mercado de trabalho, para reivindicar a manutenção dos postos de trabalho, salário igual, igualdade de oportunidades e fim da discriminação de género.

c) Apesar de ter sido reprovado na Assembleia da República, o direito ao casamento e adopção de crianças entre homossexuais, continuará a ser uma bandeira do BE.”

PROPOSTA DE CRISTINA PORTELLA E OTÁVIO RAPOSO

Acrescentar um novo Ponto 2.2.3, alterando a numeração subsequente

“2.2.3 Crise e radicalização social na América Latina

O século XXI deixou para trás a América Latina das ditaduras militares dos anos 70 e 80, e trouxe a das grandes mobilizações de massa e dos governos po-

pulares e populistas de esquerda, como o de Lula no Brasil, Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador ou Fernando Lugo no Paraguai.

O centro da luta anti-imperialista foi o combate à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), política com a qual os EUA pretendiam aumentar a sua dominação na região. Mas não pôde aplicá-la como pretendia, graças às contradições com o imperialismo europeu e à resistência popular.

A crise capitalista mundial já começa a alterar o quadro de relativo crescimento económico e a agudizar a luta social na América Latina. A começar pelo Brasil, o que representará um salto qualitativo na situação da região.

A previsão para a América Latina no próximo período não difere muito das demais: agudização das lutas sociais e choques cada vez mais violentos com governos que, apesar de alçados ao poder como fruto da mobilização popular, estão a desiludir os trabalhadores, ao tentarem conciliar os interesses inconciliáveis do capital e do trabalho.”

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

PROPONENTES: JOÃO PASCOAL, GIL GARCIA, JOÃO DELGADO, ISABEL FARIA

Proposta de nova redacção para o ponto 5 do Artº 8º:

5 – A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional, ou por 200 aderentes.

Fundamentação:

A participação democrática dos aderentes na vida do Bloco de Esquerda exige que não seja obstaculizado o seu acesso à possibilidade de convocação do órgão máximo do partido. Os actuais estatutos, neste ponto específico têm-se mantido inalterados e não têm tido em conta o crescimento do Bloco em termos numéricos.

Se considerarmos que a legislação vigente em Portugal permite a possibilidade de em qualquer associação sindical ou grande empresa serem convocados os órgãos máximos das organizações representativas dos trabalhadores a partir de um requerimento subscrito por 200 filiados, sendo este número igualmente válido para sindicatos com várias dezenas de milhar de associados, dificilmente se compreende porque é que idêntica possibilidade democrática não é permitida no Bloco de Esquerda, cuja dimensão numérica é bem menor (e no quadro dos actuais Estatutos exige-se a subscrição de 600 aderentes).

Considerando que a possibilidade de acesso ao órgão máximo decisório do partido é fundamental para garantir os direitos democráticos dos aderen-

tes, subscrevemos a presente proposta de alteração do ponto 5 do Artigo 8º dos Estatutos do BE.

PROPONENTES: FLOR NEVES, JOÃO REIS, DIANA CURADO, HUGO BASTOS, FLÁVIA POLIDO, OCTÁVIO RAPOSO, MANUEL AFONSO, NUNO GERALDES, BRUNO MENDES, DÉLIO FIGUEIREDO, PEDRO FIDALGO, PEDRO VARELA, RAQUEL OLIVEIRA, ANDRÉ RODRIGUES, LILIANA INVERNO

Proposta de alteração ao Artigo 7º - Órgãos

No ponto 1 “São órgãos do Bloco de Esquerda”, acrescentar:

- j) A Conferência Nacional de Jovens
- k) A Coordenadora Nacional de Jovens

Proposta de inclusão de dois artigos sobre a Conferência e Coordenadora de Jovens

Introduzir novos Artigo 15º e 16º, alterando a numeração subsequente.

Artigo 15º A Conferência Nacional de Jovens

1 – A Conferência Nacional de Jovens é composta pelos aderentes com idade não superior a 30 anos, eleitos como delegados nos termos do respectivo Regulamento.

2 – A Conferência Nacional de Jovens delibera, de acordo com a orientação geral do Movimento, sobre

a actividade do Bloco no âmbito da juventude, e elege a Coordenadora Nacional de Jovens.

3 - A Conferência Nacional de Jovens realiza-se com uma periodicidade de dois anos, convocada pela Coordenadora Nacional de Jovens, com ratificação da Mesa Nacional.

Artigo 16º A Coordenadora Nacional de Jovens

1 – A Coordenadora Nacional de Jovens dirige a actividade dos aderentes do Bloco no respectivo âmbito.

2 – A Coordenadora Nacional de Jovens reúne, no mínimo, trimestralmente.

Fundamentação:

Sendo órgãos de facto, justifica-se que a Conferência e a Coordenadora Nacional de Jovens tenham dignidade estatutária, assim se determinando também o seu âmbito e competências. Não existindo no Bloco a tradicional “jota”, os jovens do Bloco actuam nos seus sectores específicos, junto da juventude estudantil e trabalhadora, de acordo com a orientação geral do Movimento, de que são activistas com plena igualdade de direitos e deveres.

PROPONENTES: JOÃO DELGADO, GIL GARCIA, ISABEL FARIA, FLOR NEVES, JOÃO REIS

Proposta de alteração ao Artigo 18º - Sistema de Votação

No ponto 4 introduzir, “a Coordenadora Nacional de Jovens” e “a Comissão Política”, passando à seguinte redacção:

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional, a **Comissão Política, a Coordenadora Nacional de Jovens** e as Comissões e Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regula-

mentos respectivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

Fundamentação: Todos os órgãos estatutários do Bloco devem ser eleitos de acordo com os mesmos princípios democráticos e plurais, traduzidos no voto em listas com eleição proporcional.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

PROPONENTE: JOSÉ ALEIXO SOARES DA CRUZ

Considerando que:

- i. O direito de sufrágio é intrínseco ao eleitor;
- ii. No exercício da Democracia, o “direito de participação” articulado com o voto presencial, significará melhor democracia;
- iii. O Bloco de Esquerda reivindica para a sua postura, princípios unívocos de transparência e integridade;
- iv. A reivindicação de atitude política consciente e reveladora da vontade, não pode passar por “maiorias silenciosas”;
- v. Existem deficiências no sistema de voto por carta;
- vi. O voto por correspondência é potencialmente permeável á fraude e um convite ao oportunismo;

Proponho a seguinte alteração:

Artigo 18º

1 - ...

2 - ...

3 –

Substituir por:

“Na votação de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto por correspondência só será permitido aos aderentes que,

por imperativo profissional e/ou de saúde, se encontrem impossibilitados de se deslocar à assembleia de voto.

4 - ...

5 - ...

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

PROPONENTES: HELENA CARMO

Fundamentação – como todos sabem, defendo estatutos minimalistas, creio que as soluções nas organizações políticas, resultam sempre da “correlação de forças” e da capacidade de convencimento que cada um detem. Assim apresento à consideração dos delegados à convenção, apenas alterações que vão no sentido de tornar a vivência bloquista mais transparente, condição que considero obrigação primeira no funcionamento do movimento.

O caso que mais me repugna, como na altura afirmei, é o artigo 6º (sanções), pelo que reitero a ideia de o suprimir.

Fruto da vivência que tive neste mandato, pela dignificação das funções específicas e legalmente indicadas para a comissão de direitos.

Sugero uma clarificação da alínea b) do artigo 9º (comissão de direitos), assim em substituição do actual, o seguinte texto para esta alínea: Apreciar e emitir parecer prévio à votação por parte da mesa nacional, das contas da actividade bem como das campanhas eleitorais;

Considero que se deveria “decalcar” para as coordenadoras concelhias, distritais e regionais, o mesmo conceito que é expresso para a comissão política; para que continuemos a lembrar-nos que as funções das coordenadoras são delegadas dos plenários e não o inverso.

Assim substituiria no 1º ponto do artigo 13º a frase “dirigindo no respectivo âmbito” pela frase “assegura a direcção quotidiana do Movimento no respectivo âmbito”

Considero que deveríamos implementar normas mais restritivas, relativamente ao voto por correspondência, para que a transparência dos procedimentos não tivesse “mácula” dentro do Bloco de Esquerda, nem fique dependente do cuidado (pouco ou muito) que cada organismo “imprime” nos respectivos regulamentos.

Assim no ponto 3 do artigo 18º substituiria a frase “nos termos dos respectivos regulamentos” pela frase “excepcionalmente e sempre enviando por correio com cópia do B.I. “para confirmação de assinatura”

CONTRIBUTOS PARA OS DEBATES DA VI CONVENÇÃO



BALANÇO DA ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE DIREITOS ELEITA PELA V CONVENÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA

ANA MARIA CORREIA CAMPOS ADERENTE Nº 650, **JOAQUIM FILIPE DA CONCEIÇÃO MACHADO** ADERENTE Nº 643

JOSÉ EDUARDO DUARTE HENRIQUES ADERENTE Nº 901 **MARIA NATÉRCIA VIEIRA DE VASCONCELOS COIMBRA** ADERENTE Nº 644

MARIA DE FÁTIMA GRÁCIO ADERENTE Nº 376 **MARIA HELENA LEMOS OLIVEIRA E CARMO** ADERENTE Nº 2050

VITORINO VIEIRA PEREIRA ADERENTE Nº 477

A actividade da CD eleita na V Convenção do BE foi fortemente condicionada pela ausência sistemática de alguns dos seus elementos eleitos, um dos quais não esteve presente em qualquer das reuniões efectuadas, enquanto outro apenas esteve presente na primeira reunião após a Convenção. Para além disso, esses elementos não tiveram qualquer intervenção nos debates via e-mail que foram levados a cabo.

Esta situação penalizou a eficácia pretendida para a CD. Apenas a substituição de um elemento, por renúncia ao cargo, permitiu, na última reunião da CD, a aprovação das contas re-

lativas a 2007, ou seja ao cumprimento de um imperativo legal e estatutário.

Apesar destas condicionantes, a CD respondeu a todos os pedidos de intervenção apresentados pelos aderentes e estruturas do movimento. Salientem-se, pela sua relevância, os pareceres produzidos sobre a regulamentação do direito de tendência, o âmbito geográfico das Assembleias de Jovens ou a recomendação sobre a publicação de textos produzidos por aderentes ou tendências reconhecidas.

É A “JUNTAR FORÇAS” QUE A GENTE SE ENTENDE.

MARIANA AIVECA ADERENTE Nº 241

No próximo mês de Fevereiro passam quatro anos sobre as eleições que deram a maioria absoluta a Sócrates.

Na campanha eleitoral Sócrates surgiu com a imagem de governante determinado capaz de pôr ordem na instabilidade e nas trapalhadas que eram a regra de ouro do governo PSD/CDS.

O discurso era sustentado num programa eleitoral, onde afirmava “ tornar o trabalho um factor de cidadania ... reduzir as desigualdades sociais no mundo do trabalho...acabar progressivamente com a pobreza associada ao trabalho....promover a cidadania laboral... valorização da vida activa... criação de mais 150 mil novos postos de trabalho...retirar 300 mil idosos da pobreza.”

Rapidamente se constatou que tudo não passou dum verdadeiro embuste que se esfumou na prática neo-liberal das políticas que foi concretizando.

As medidas de diminuição do estado social foram mais longe do que as tomadas pelo governo anterior, porque em nome da salvação do estado social desencadeou um poderoso ataque ideológico neo-liberal de destruição do papel do Estado renegando até os principais símbolos da social-democracia do pós – guerra.

Para o governo foi mais fácil atacar os funcionários públicos centrando o seu ataque numa autêntica campanha reaccionária “os privilegiados” com a qual ganhou inicialmente o sector privado e, assim lhes piorou o regime de pensões, aprovou a mobilidade, uma labiríntica lei da avaliação de desempenho, a lei das remunerações carreiras e vínculos, e a protecção social. Para o governo foi mais fácil atacar os reformados e pensionistas baixando-lhes as pensões através da alteração à fórmula de cálculo.

A luta contra o desemprego foi transformada numa luta contra os desempregados acusados e culpados da sua própria condição.

O Trabalho Temporário teve honras de um provedor dito “socialista”

Os recibos verdes foram legalizados por via de uma pequena penalização às empresas.

Os intermitentes das artes e espectáculos viram aprovado um estatuto sem qualquer protecção social.

Os professores foram transformados em de primeira e segunda categoria.

A revisão do Código do trabalho resultou num código de maior retrocesso do que o de Bagão Félix.

O Bloco de Esquerda esteve lá, em todas as lutas de contestação a esta política.

Nas marchas pelo emprego e contra a precariedade, nas grandes manifestações da Administração Pública, contra o Tratado Europeu e a directiva Bolkestein, dos Professores.

Na rua com os trabalhadores da Gestnave, do Alfeite, da ENU, do Metro, dos CTTs.

Nas manifestações dos intermitentes, dos precários, dos deficientes das forças armadas, do movimento de deficientes em defesa dos benefícios fiscais.

Com a luta dos trabalhadores da Qimonda e, em todas as grandes e pequenas empresas onde a contestação aconteceu.

O Bloco de Esquerda esteve lá, apresentando propostas e interpellando o Governo.

Em debates de urgência sobre:

A contratação colectiva, o código do trabalho, o trabalho precário, o desemprego.

Apresentando propostas alternativas de lei de Bases da Segurança Social, ao trabalho temporário, à lei dos intermitentes das artes e dos espectáculos, ao subsidio de desemprego para os trabalhadores da Função pública,

Mais de 190 propostas ao contrato de trabalho em funções públicas, mais de 170 propostas ao código do trabalho;

O Bloco de esquerda esteve lá discutindo e ouvindo outras pessoas que não pensando como nós querem contribuir para aprofundar a democracia.

Assim estivemos em debates abertos com estudiosos e especialistas sobre o código do trabalho, a segurança social, o estatuto dos professores, a politica fiscal

O Bloco de Esquerda estará sempre lá.

Onde a luta acontecer, respondendo às solicitações e pedidos de ajuda das pessoas, levando ao parlamento todas as perguntas que obriguem o governo a comprometer-se com a resolução dos problemas,

Porque é desta forma que queremos e sabemos estar.

A “juntar Forças” é que a gente se entende.

UMA CORRENTE POLÍTICA FEMINISTA DE ESQUERDA QUE RETIRE ESPAÇO AO FEMINISMO INSTITUCIONAL E LIBERAL

MANUELA TAVARES ADERENTE Nº 845

O Congresso Feminista 2008, que se realizou em Lisboa no último mês de Junho, constituiu a expressão de diversas correntes do feminismo, cujos contornos ainda são nebulosos, na perspectiva de uma reconfiguração de correntes que se impõe nos tempos actuais. Este congresso procurou mostrar a diversidade de ideias e a afirmação de que os feminismos têm espaço na sociedade portuguesa. A necessidade da construção de agendas feministas próprias, que em ligação com as de outros movimentos sociais se autonomizem do discurso institucional dos feminismos, foi outra das questões colocadas neste congresso. Pelo contexto histórico vivido, o feminismo liberal assume, actualmente, contornos “neo-liberais”, que impedem a incorporação de factores de transformação social emancipatórios. O contraponto ao pensamento e discurso neoliberal coloca-se na afirmação da identidade política dos feminismos. Na criação de uma forte corrente política de esquerda dos feminismos que faça frente ao discurso neoliberal e que possa reforçar sem tutelas o movimento feminista e outros movimentos sociais. Segundo a investigadora Sonia Alvarez, começou a existir, a partir da Conferência de Pequim, uma “absorção” por parte das instituições governamentais dos elementos do discurso feminista. Ao fazer a absorção, o Estado acaba por alterar a “demanda”, ou seja, as reivindicações feministas são “re-significadas”. (ALVAREZ, 1998). Segundo Cecília MacDowell Santos, no seu estudo sobre as delegacias de polícia de mulheres em S. Paulo e o movimento feminista, o discurso feminista sobre a violência alterou-se no sentido da terapêutica médica. Contudo, para as duas autoras, a questão para as feministas não é que as suas reivindicações sejam ou não incorporadas pelo Estado, mas um questionamento constante da forma como são construídas as políticas governamentais baseadas no género.

Um exemplo bastante actual é a lei-quadro do governo de José Sócrates sobre a violência doméstica. Ao analisarmos esta lei de um ponto de vista feminista e dos interesses das mulheres vítimas de violência conclui-se que a lei se tenta colocar num discurso neutro em relação ao género, invisibilizando as mulheres como vítimas de violência doméstica, colocando um especial enfoque nas crianças e nos idosos. Na nova lei existem, ainda concepções de re-vitimização das vítimas, a predominância de um modelo bio-médico na vertente da psiquiatrização e uma governamentalização da intervenção.

No contexto actual em que o feminismo institucional ganha peso no espaço europeu com os discursos oficiais governamentais sobre a igualdade, onde “chovem” as declarações, os planos governamentais pela igualdade, contra a violência de gé-

nero, uma corrente política feminista de esquerda tem que descontruir estes discursos e lançar reivindicações para a agenda política.

Este é um grande desafio que está colocado ao Bloco de Esquerda. Ganha que foi a luta pela despenalização do aborto, outras causas emergem. O desafio coloca-se do ponto de vista teórico e prático.

- Aprofundar as características de dominação do capitalismo com as questões do sexismo, racismo e homofobia como formas de controlar as nossas vidas e os nossos corpos.

- Fomentar uma maior visão holística das reivindicações feministas com os grandes problemas do mundo actual como a crise financeira, a precarização do trabalho, a guerra e a militarização, a degradação ambiental do planeta, a pobreza, a crise alimentar.

- Reforçar a análise e a intervenção junto das mulheres das classes trabalhadoras e dos grupos sociais mais desfavorecidos: das mulheres negras, imigrantes, ciganas, numa perspectiva de entrelaçamento de outras formas de opressão com o pensamento feminista.

- Estabelecer uma maior ligação internacionalista com os movimentos feministas, não só com a Marcha Mundial de Mulheres, como com outras redes feministas europeias e mundiais.

A Declaração da Marcha Mundial de Mulheres com origem na reunião internacional realizada, em Vigo, no último mês de Outubro afirma: *“Nós mulheres do mundo, somos as primeiras a serem afectadas pelo desemprego galopante, pela perda de autonomia alimentar, pela mercantilização dos bens comuns, pela crise financeira e económica que está ligada a todas as outras: das alterações climáticas, da crise alimentar, da energia, do trabalho. (...) O patriarcado, o capitalismo e o racismo são três sistemas que se articulam para controlar os nossos corpos e as nossas vidas. No Sul como no Norte, as suas instituições, governos, grandes empresas, religiões, querem impedir que conquistemos os nossos direitos e ensaiam levar-nos os que já adquirimos. (...) Nós vamos resistir e agir para construir alternativas fundadas na paz, na justiça, na igualdade, na liberdade e na solidariedade”*.

A actual conjuntura mundial e as raízes histórica do Bloco de Esquerda exigem que esta força alternativa de esquerda coloque nas suas teses de uma forma clara, “o apoio ao crescimento de uma corrente política feminista de esquerda que retire espaço em termos de pensamento e de acção ao feminismo institucional e liberal”.

1 SANTOS, Cecília MacDowell (2004), “En-gendering the police: Women’s Police Stations and Feminism in São Paulo”, in *Latina American Research Review*, vol. 39, nº 3, October, 2004.

A CIDADANIA TEM DE SER LIVRE

JOÃO LAFUENTE ADERENTE Nº 185, PEDRO RAMAJAL ADERENTE Nº 174

Após a última Convenção, calcorreou o BE as estradas denunciando as políticas de emprego, primeiro, e logo a seguir o trabalho precário. O desemprego aumentava e, quanto aos empregos que foram sendo criados, foi possível constatar e denunciar o seu carácter fundamentalmente precário e de duvidosa qualificação. Para as pessoas, desemprego e trabalho precário significam ausência ou precariedade de rendimentos.

As iniciativas do BE sobre o estado da pobreza em Portugal, a campanha realizada no Porto, permitiram dar um conteúdo bem concreto às estatísticas que os media avançavam. Foi possível verificar que a pobreza se associava não só ao desemprego e a idosos, surgia igualmente, e de um modo significativo, entre a população assalariada. Ficámos também a saber, com Jordi Estivill, do falhanço das políticas de workfare ensaiadas nos últimos 10/15 anos para combater a pobreza.

Assistimos actualmente à transferência massiva de recursos públicos para as mãos dos banqueiros vítimas do seu próprio jogo, ao mesmo tempo que nos preparam para a diminuição drástica do emprego nos tempos próximos.

Liberdade e democracia são incompatíveis com uma situação em que o desemprego e o empobrecimento são o horizonte cada vez mais visível para uma proporção significativa da população. E exige respostas bem mais concretas que a enunciação de princípios gerais de justiça social.

A resposta do BE deverá ser a exigência de um Rendimento Básico, incondicional e universal, não inferior ao limiar da pobreza.

1. O Rendimento Básico (RB) é uma quantia paga pelo estado a cada membro de pleno direito da sociedade ou residente, mesmo que não pretenda trabalhar de forma remunerada, sem tomar em consideração se é rico ou pobre, isto é independente de outras eventuais fontes de rendimento, e sem ter em conta as suas formas de coabitação.

2. O RB deve ser entendido como um direito de cidadania, como o reconhecimento da sociedade à existência. É pois universal e individual, não condicionado a qualquer nível de pobreza. Como o direito de voto, não impõe mais condições que as de cidadania. Tal como no voto, a pessoa não é obrigada a dar qualquer contrapartida em trabalho assalariado. O que significa reconhecer outros tipos de trabalho ou actividade como socialmente úteis, como o trabalho doméstico, o trabalho comunitário voluntário,

por um lado; e, por outro, que as pessoas devem ser protegidas das flutuações do mercado e do estigma dos subsídios.

3. O RB é incondicional e universal, independente do sexo, da idade, de outros rendimentos, da religião, da orientação sexual.

4. O RB não se pretende limitar a ser um mecanismo de luta contra a pobreza mas, como direito de cidadania, um meio para sustentar a liberdade real das pessoas. E tal como aconteceu com a instituição do sufrágio universal como direito de cidadania, um tipo semelhante de resistências intelectuais surgirão. A caracterização dos escravos como não-pessoas, a limitação a proprietários como únicos interessados no jogo eleitoral, ou as mulheres como incapazes de decisão, foram considerações que condicionaram a adopção do sufrágio universal na maioria dos países até meados do século passado (vinte!).

5. O RB pode ser uma medida imediatamente instituída. Desde o início do sec. XX que o desenvolvimento das forças produtivas atingiu o nível que permitia encarar a satisfação das necessidades básicas da população mundial. Só o impediu a existência de um sistema que, promovendo o desenvolvimento impressionante dessas mesmas forças, ao mesmo tempo promovia a apropriação sempre e cada vez mais desigual das riquezas produzidas. Há cem anos que as tentativas de superar estas contradições e promover formas mais racionais de distribuição e produção têm sido estancadas. Mas a riqueza foi sendo acumulada e as forças produtivas ainda mais impressionantemente desenvolvidas. Através de reformas fiscais adequadas por um lado, e da utilização de mecanismos financeiros existentes por outro, é possível financiar este sistema de redistribuição da riqueza.

6. O RB constitui uma das medidas mais eficazes e justas para responder à actual crise. Num momento em que se aceita que os estados injectem dinheiro num sistema financeiro que se conduziu à falência, dando origem a uma recessão cuja dimensão ainda não está definida, esta medida irá responder directamente às dificuldades da economia a que agora se chama “real”, isto é, da economia que produz bens e serviços necessários para as pessoas. Porque, e é importante realçar este facto, a crise caracteriza-se, em última análise, por as pessoas não poderem comprar os produtos que estão nas montras.

É por tudo isto que este é o momento para o BE construir em torno desta medida programática central as maiorias sociais e políticas necessárias para as transformações sociais e políticas inadiáveis.

A ESQUERDA, AS ESQUERDAS, E AS PALAVRAS SOBRE PALAVRAS.

JOÃO DELGADO ADERENTE Nº 918

A persistência nas sondagens do BE e da CDU com soma das indicações de voto acima dos 20%, e as declarações não conclusivas de Manuel Alegre sobre o seu futuro político, têm feito correr muitas penas da opinião publicada, algumas com mais, outras com menos pena efectiva do que possa acontecer ao PS de Sócrates, com a eventual recomposição do campo político imediatamente à sua esquerda.

Sendo inconclusivas quanto à sua consubstanciação, as palavras de Alegre na Aula Magna foram claras sobre a necessidade de “uma perspectiva alternativa de poder”, defendendo que a “esquerda apresente políticas alternativas ao modelo neo-liberal e especulativo ainda dominante” e traçando prioridades que podem ser recordadas aqui <http://www.manuelalegre.com/?area=1420&id=1344>.

Mas as palavras, e as palavras sobre as palavras, não mudam, per si, o quadro político-partidário, nem contribuem para a apresentação de uma alternativa de governo ao PS e à direita em 2009.

É bom que sejamos claros, lembrando que, embora a nossa Constituição não determine que o Presidente da República nomeie primeiro-ministro o líder do partido mais votado – mas sim “tendo em conta os resultados eleitorais” –, essa tem sido a prática, em primeira instância, desde as eleições legislativas de 1976. Recordemos também que Ramalho Eanes nomeou, entre 78 e 80, os governos Nobre da Costa, Mota Pinto e Lurdes Pintasilgo, de iniciativa presidencial, depois da ruptura da coligação governamental PS/CDS.

Não se pretende com esta breve visita ao passado insinuar que poderemos estar perante circunstâncias idênticas, na sequência das legislativas deste ano, até porque Cavaco Silva não tem manifestado, até à data, apetência para voltar à intervenção no quadro partidário. Veremos se a recente crise do Estatuto dos Açores proporciona alguma inversão na estratégia de colaboração entre o Presidente e Sócrates.

O que importa, neste momento, é sublinhar que Cavaco Silva dará posse a um governo do partido mais votado – que tudo indica será o PS – estando a composição desse executivo dependente da obtenção ou não da maioria absoluta. A evolução da crise económica e social, e as consequentes lutas populares, poderão,

particularmente na hipótese de inexistência da famigerada maioria absoluta, proporcionar a queda desse governo, e a formulação de outras hipóteses, com participação do PSD e/ou PP, em nome da “governabilidade” do país.

Regressando ao tema deste texto, objectivamente, o caminho mais plausível para uma alternativa aos governos do “centrão” passaria então por uma convergência pré-eleitoral, constituída à esquerda, e que disputasse, de facto, a maioria social traduzida em votos. Esta é a via que já defendemos na anterior Convenção, acreditando que, a ter sido encetada em tempo útil, poderia ter conduzido a outra solução, diversa da que agora se nos aparece como inevitável, a de impedir a repetição da maioria absoluta do PS.

É exactamente neste contexto que dizemos na Moção C que “no quadro político nacional não reconhecemos à direita e ao PS o monopólio da unidade, enquanto à esquerda se persiste na divisão que impossibilita a constituição de alternativas políticas viáveis”. E é só pela existência deste contexto, que não desejávamos, que defendemos que “o Bloco de Esquerda apresentará candidaturas próprias às eleições legislativas de 2009, com base num programa contra a crise”.

Significa isto, para total e irrefutável clarificação, que não alterámos a nossa posição acerca da premência da unidade à esquerda para disputar o poder, pelo contrário, lamentamos que não tenham sido dados os suficientes passos nesse sentido, e que assim tenhamos chegado a este ano, que se anuncia como o da mais grave crise do capitalismo, sem capacidade de propor aos portugueses novo governo e novas políticas para o país.

É certo que os votos das diferentes forças de esquerda não se adicionam automaticamente, não existindo sequer (ou não sendo conhecidos) estudos que analisem a reacção do eleitorado a uma eventual convergência pré-eleitoral. Mas o óbice fundamental é a inexistência de um programa comum e de vontade política de quebrar esse último tabu, o da proposta política global, em ruptura com o status quo vivido nestas três décadas de democracia.

E aos que nos repetem que o caminho se faz caminhando, perguntamos, quão longo é esse caminho? Tem destino?

PROFESSORES UMA LUTA PELO FUTURO NO INTERIOR DA LUTA DO PRESENTE...

EDUARDO HENRIQUES ADERENTE Nº 901, DANIEL MARTINS ADERENTE Nº 3698

Para a generalidade do povo português poderá ser consensual e óbvio que a resistência à política do governo Sócrates durante o ano 2008 teve na primeira linha os professores com a sua luta contra o sistema de avaliação – e consequente divisão em duas categorias da carreira daquele sector da Administração Pública – pretendido pela ministra Lurdes Rodrigues e bem assim pelo governo.

Aquela luta marcou em muito a situação política e a actualidade, pela sua persistência e também pela sua massividade e radicalização: duas manifestações em que participaram em cada uma 100 mil ou mais professores; uma greve com 95% de adesão; uma manifestação com adesão significativa (cerca de 15 mil participantes) convocada por movimentos e activistas independentes dos aparelhos sindicais que também assumiram a convocatória de alguns dos plenários sindicais...

Porém, aquela luta, com a sua radicalização e massividade teve outras consequências e repercussões importantes a vários níveis que escapou a uma grande parte da opinião pública e que na perspectiva de uma radicalização da situação social no ano que agora começa não podem deixar de ser antevisões e alertas para os militantes bloquistas e a sua VI Convenção:

- enfrentou várias vezes os grupos dirigentes instalados nas diversas direcções sindicais, nomeadamente as da FENPROF e em particular o PCP enquanto principal força política dirigente dos mesmos, obrigando-os a “dar o dito pelo não dito”. Assim sucedeu quando, por exemplo, o movimento de luta da base impôs o chumbo do Entendimento assinado em Abril entre Lurdes Rodrigues e os dirigentes da FENPROF, e impôs um calendário de mobilização diferente do aprovado no Entendimento que previa a “negociação” apenas para Junho/Julho de 2009;
- gerou e impulsionou até a uma nível de organização apreciável em diversos pontos do país movimentos combativos e alternativos independentes que por diversas vezes entalaram os ‘experimentados’ dirigentes sindicais;
- finalmente, aquela luta e o respectivo sector tradicionalmente reconhecido como base eleitoral do partido do governo foram um dos motores do desprendimento face à política de Sócrates de diversos dirigentes do PS, entre os quais Manuel Alegre.

Uma luta pelo futuro no interior da luta do presente

Infelizmente, apesar da clareza e veemência com que centenas de activistas e os movimentos independentes procuraram novos caminhos de luta e alternativos anti-burocráticos, a direcção do Bloco, e os seus representantes nas diversas direcções sindicais da FENPROF, expressa nesta convenção na Moção A, respondeu com uma não menor clareza mas de sinal inverso: ignorou e desprezou aqueles movimentos combativos de base, assumiu e submeteu-se à política burocrática e conciliadora do PC-Mário Nogueira precisamente no que ela tem de mais nefasto para o desenvolvimento da luta anti-burocrática dos trabalhadores, ou seja, aceitando sem crítica o acordo-traição de Abril e ao tentar esvaziar até às vésperas a manifestação alternativa dos movimentos independentes de 15 de Novembro.

Para nós, da Moção C, as futuras lutas contra a crise capitalista apenas têm possibilidades de serem vitoriosas se os novos movimentos de base se alargarem e se radicalizarem, submergindo as velhas práticas e aparelhos. O nosso apelo é que o Bloco e os seus militantes e activistas estejam do seu lado, impulsionando e reforçando-os, preparando também a resposta futura de esquerda ao neoliberalismo e crise capitalista.

Que unidade?

A unidade do sector foi várias vezes evocada entre bloquistas para justificar a submissão à política da FENPROF no movimento sindical docente. Reafirmamos que queremos a unidade, a coesão, mas com a nossa classe, e não com uma direcção como a da FENPROF que tem traído e pactuado com os desmandos do governo. Para nós toda a unidade é necessária, sempre que sirva para lutar – não quando serve para travar o movimento, ou para fazer prevalecer a negociação burocrática sobre a luta concreta.

Também por isso, como lição da luta dos professores reafirmamos a necessidade de os activistas do BE, que se pretende que defendam no movimento sindical a combatividade e democracia, recuperem a experiência passada de apresentar, nomeadamente para o SPGL, **listas alternativa e de luta, listas independentes das forças que hoje compõem as direcções actuais dos professores e que trabalhe em conjunto com todos aqueles que se identificam com a construção desta alternativa.**

NA DEFESA DE UM INTERIOR, COM TRABALHO, AMBIENTE E FUTURO

BEATRIZ SOUSA ADERENTE Nº 1440 RUI ALVES ADERENTE Nº 3931

As políticas capitalistas do governo PS/Sócrates têm aumentado cada vez mais o fosso injusto entre o litoral e o interior reforçando dessa forma a desertificação e o envelhecimento do interior do nosso país. A defesa de lobbies privados por parte do actual governo em deterioramento dos serviços públicos foi sobretudo prejudicial para as populações das regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos de decisão com o encerramento de maternidades, urgências escolas e serviços públicos.

Este facto, associado à falta de empregos e perspectivas de futuro leva milhares de jovens a abandonarem as suas localidades e a procurar trabalho nos grandes centros urbanos ou mesmo obrigados a emigrar. Este êxodo legítimo, devido a falta de emprego no interior, degrada ainda mais a qualidade de vida das populações que vivem na periferia dos grandes centros urbanos, cada vez mais concentrados e transformados em gigantescos dormitórios enfeudados em betão de construção civil, a longas horas de distância do local de trabalho e com poucos espaços de lazer. Essa excessiva densidade populacional degrada de uma forma mais acentuada o ambiente, fomenta o urbanismo e espaço residencial caótico de “dormitório” “reserva” tirando-nos cada vez mais energia e tempo para o bem estar, família e o lazer.

O BE tem que estar na primeira linha deste combate contra a desertificação do interior. Não apenas reagindo aos ataques efectuados pelos sucessivos governos (encerramento dos serviços públicos, desinvestimento, etc) mas sendo mais pró-activo defendendo e impulsionando uma política efectiva que fomente o desenvolvimento do interior, numa perspectiva sustentável em termos sociais e ecológicos. Beneficiando dessa forma, não só as populações do interior mas de todo o país já que uma excessiva concentração populacional nos centros urbanos reflecte-se na degradação da qualidade de vida nos grandes centros urbanos, custos, destruturação social e cultural. Esta luta tem que ser travada não apenas no parlamento em Lisboa mas sobretudo nas ruas e aldeias de todo o país.

O combate à desertificação humana e biológica passa obrigatoriamente pela preservação do mundo rural sendo necessário promover uma agricultura compatível com o bom uso dos solos e a preservação da biodiversidade onde as ferramentas de gestão do território são essenciais para este combate. Por exemplo as florestas são um património riquíssimo subaproveitado que até agora infelizmente têm sido sujeitas essencialmente a in-

teresses alheios à maioria da população. Até na catástrofe dos incêndios se constata a promiscuidade dos interesses privados com os diferentes governos nos lucrativos “negócios do fogo” sobrepondo-os aos interesses do nosso património e mesmo da defesa de vidas humanas.

Cerca de um terço do nosso território está ocupado por florestas e montado. Os grandes incêndios, além da tragédia humana, libertam uma significativa quantidade de energia não aproveitada e uma importante emissão de gases com efeito estufa. Podemos e devemos converter a energia destrutiva dos incêndios das nossas florestas em energia útil para toda a sociedade (lenha/biomassa/silvopastorícia) valorizando com pólos científicos e em termos patrimoniais/turísticos o território português fora dos grandes centros urbanos.

Na defesa e na revitalização do interior de Portugal, propomos:

- A sobrevivência das “ilhas da irracionalidade económica” como laboratórios virtuais de experiências alternativas, de natureza económica e social, capazes de associar todas as dimensões humanas e sociais do desenvolvimento e salvaguarda do futuro;
- Uma oferta educativa que possa fazer parte de políticas educativas integradas de desenvolvimento regional e local;
- Valorização e reconhecimento público das zonas do interior como reservatórios de criatividade e potencial prospectivo da nossa cultura;
- Valorização dos idosos como recurso e não como fardo;
- Não, não e não ao encerramento dos serviços públicos;
- Reabertura das escolas e das maternidades/urgências dos Correios, dos Transportes Colectivos encerradas nos últimos anos que acentuaram a disparidade injusta entre o litoral e interior do nosso país;
- Empregos com direitos durante todo o ano, em particular para a fixação dos jovens no interior do país, na investigação, despoluição e valorização das matas e florestas nacionais;
- Pelo menos numa fase inicial, subsídios de apoio e benefícios fiscais para as iniciativas/populações do interior.

A MOBILIDADE PEDONAL E O ESPAÇO DEMOCRÁTICO

JOÃO MARQUES ADERENTE Nº 6178

A utilização do espaço público e dos edifícios que recebem público é muito determinada pelas condições de acessibilidade e mobilidade pedonal. A existência de condições para que todos, sem excepção, possam fruir os espaços colectivos, prende-se directamente com a igualdade, a inclusão, a não discriminação e a satisfação de expectativas pessoais.

É no espaço público que todos os cidadãos, independentemente de qualquer condição prévia, têm a possibilidade de se juntar, manifestar, estabelecer encontros.

A importância da acessibilidade pedonal não se esgota na satisfação das necessidades daqueles que têm algum condicionamento físico, sensorial ou cognitivo. Constitui pois, uma questão mais abrangente que interessa a todos e também em particular a outros grupos de cidadãos, tais como, os idosos, as mulheres grávidas, as crianças, as pessoas com limitações temporárias ou permanentes resultantes de acidentes ou doenças debilitantes, culminando nos cidadãos em geral que usam e vivem na cidade.

Tendo em conta o aumento da esperança de vida, e com o envelhecimento da população, o número de pessoas que passam a ter necessidades acrescidas ou mesmo especiais aumenta. A expansão urbana e a densidade de relações que cria, também exigem mais do indivíduo. O tempo e a pressão que a vida no meio urbano estabelece para as pessoas têm de ser compensados com processos facilitadores e que gerem comodidade.

A legislação em vigor sobre a acessibilidade e mobilidade pedonal veio branquear e caucionar o não cumprimento da legislação anterior. Os prazos para a adaptação acessível dados, às instituições que tinham competências sobre espaços e edifícios públicos e, também aos particulares que tinham espaços e edifícios que recebiam público, não foram cumpridos.

Tudo aponta para que a lei em vigor, também não venha a ser cumprida, nos prazos nem nas necessárias transformações e

adaptações do meio urbano.

Todos os diplomas e programas lançados pelo governo em matéria de acessibilidade e mobilidade pedonal falham logo à partida, porque não houve o cuidado nem a vontade de fazer previamente, a estimativa orçamental do custo nacional da aplicação das leis e um programa financeiro de apoio às instituições que dele necessitassem.

Sócrates logo após as eleições legislativas, veio populistamente dizer que os cidadãos com necessidades especiais iam ser alvo de atenção, mas naquele momento não concretizou o que iria fazer: retirar os benefícios fiscais aos trabalhadores com deficiência; alterar a tabela de classificação de incapacidades; legislar sobre a acessibilidade e mobilidade pedonal sem estabelecer dotação orçamental para tornar consequente a sua aplicação.

O Bloco deverá bater-se por:

- A implementação obrigatória de Planos Municipais de Acessibilidade e Mobilidade Pedonal em todos os concelhos do país;
- Completo esclarecimento e destrinçamento das legislações contraditórias que enviesam e impedem a concretização de uma realidade urbana inclusiva. Não pode continuar a haver subterfúgios legais que perpetuam a exclusão;
- Cumprimento e aplicação da legislação de modo a possibilitar o acesso por todos(as) ao espaço público, aos edifícios públicos e todos os que recebem público, à habitação, ao trabalho, aos bens e serviços;
- Um programa financeiro nacional de apoio à adaptação dos espaços e edifícios públicos, bem como de todos os que recebem público;
- Publicação em Diário da República do Regulamento para a Promoção da Acessibilidade e Mobilidade Pedonal do Município de Lisboa (RPAMP);
- Reposição dos benefícios fiscais aos trabalhadores com deficiência.

AS OPÇÕES FUNDAMENTAIS PARA 2009

RITA CALVÁRIO ADERENTE Nº 469

A governação de Sócrates demarcou-se na sua ofensiva aos direitos sociais e aos serviços públicos, o que agravou as condições de exploração da classe trabalhadora e aprofundou a pobreza e as desigualdades sociais.

A revisão do Código do Trabalho e a ausência de uma política económica responsável mergulharam ainda mais o país no desemprego e precariedade, na miséria dos baixos salários e pensões, na desprotecção social do conjunto da classe trabalhadora. Firmou-se o ataque violento aos serviços públicos, com o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, a perseguição à escola pública, a continuação das políticas de privatização de sectores estratégicos como a energia. O défice na justiça permanece grave, favorecendo o crime económico, a corrupção e o clientelismo, a que se soma a via verde dada aos negócios do imobiliário, responsáveis pelo endividamento das famílias no acesso à habitação e causa de desordenamento do território e degradação ambiental.

A oposição do Bloco de Esquerda contribuiu para dar força ao protesto social que juntou milhares de pessoas nas ruas contra estas políticas liberais e apresentou alternativas coerentes em todos os momentos políticos decisivos sem esquecer outras lutas sociais importantes.

Agora precisamos de olhar para 2009, um ano fundamental para ganhar capacidade de derrotar estas políticas: isto significa, antes de mais, fragilizar o governo do PS para romper com a actual maioria absoluta. E significa, sobretudo, continuar a construir a luta socialista para ganhar maiorias sociais e realizar a política necessária.

Neste processo o crescimento do Bloco de Esquerda é uma realidade e um objectivo na recomposição da esquerda política, juntando todos e todas aquelas que procuram alternativas e novas respostas à ofensiva neoliberal.

Mas também são cada vez mais as pessoas descontentes com as políticas liberais do governo que lhes manifestam a sua oposição frontal e procuram espaços de convergência à esquerda, inclusive dentro do PS. O Bloco de Esquerda não lhes vira as costas. Pelo contrário, assume as suas responsabilidades no desenvolvimento dos diálogos e consensos necessários para a convergência à esquerda em torno de políticas concretas. Porque é esta que enfraquece a ofensiva do governo contra os direitos sociais, dão força ao protesto social e criam novas con-

dições de democracia e participação popular na construção das alternativas.

O ano de 2009 é um ano de dificuldades e desafios. Vivemos a pior crise económica dos últimos 30 anos, o que irá significar mais desemprego, precariedade, pobreza e exclusão social. Só o reforço da resposta pública poderá conter a crise social.

Às presentes nacionalizações de bancos, ajudas de emergência prestadas ao capital pela transferência de riqueza da economia produtiva e do trabalho, opomos a exigência da nacionalização de sectores e recursos estratégicos, como é o caso da energia, ou a sua manutenção em mãos públicas, como no caso da água, para assegurar a prestação de serviços públicos com justiça social e sustentabilidade ecológica e evitar a delapidação dos recursos naturais através do planeamento responsável. Opomos ainda políticas de justiça fiscal, tributando o capital a favor das políticas públicas e de fins sociais.

No campo da saúde, da educação e da habitação é necessário o reforço do investimento público de forma a garantir a qualidade e o acesso universal a estes direitos fundamentais e promover uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Assegurar a sustentabilidade da segurança social, assumindo políticas sérias de protecção social e valores de pensões dignas, é igualmente uma prioridade pública.

Mas não nos podemos esquecer que a crise tem uma origem global que exige respostas globais. Por isso, perante a globalização neoliberal respondemos com a solidariedade europeia e internacional na defesa dos direitos sociais e ambientais. E em questões como a guerra ou as alterações climáticas, esta é obviamente fundamental.

Reforçar a resposta pública exige transparência e mais e melhor democracia para o controlo cidadão dos processos de decisão. É, por isso, que rejeitamos a visão do controleirismo partidário para o movimento sindical, os movimentos sociais ou as mobilizações populares. É neste quadro que o Bloco de Esquerda se define como uma força política plural, aberta ao diálogo e que procura a convergência em políticas concretas e a unidade na acção. “O futuro da esquerda define-se em toda a luta socialista”.

NO EFECTIVO AVESSO DA GUERRA

JOSÉ MANUEL PUREZA ADERENTE Nº 406

“A globalização democrática opõe à guerra preventiva a prevenção da guerra e promove convergências de movimentos e plataformas que juntem forças contra o capitalismo real e as suas armas” (Moção A, Tese 7)

Este é um tempo de paz liberal e de guerra sem fim. Não há contradição entre elas, porque cada uma é o outro rosto da outra. Cada vez mais, a violência armada da guerra tem na violência institucional da paz o seu complemento. “A saída da guerra – dizem-nos – é a liberalização política e económica. Não há alternativa!”. Um pensamento único, portanto. À sua sombra, legitima-se a limitação das governações nacionais por condicionalidades impostas pelas estruturas de poder internacional, do Banco Mundial à União Europeia ou aos doadores bilaterais de “ajuda”. E sempre “para consolidar a paz”, dizem-nos. Mas parece ter deixado de haver um efectivo avesso da guerra – porque a paz feita de reengenharias sociais, políticas e económicas que redesenham sociedades, instituições e culturas em veneração do deus mercado e de um autoritarismo profundo travestido de democracia de superfície, dilacera os ritmos, as relações e as vidas. A paz liberal – imposta por um intervencionismo internacional ineditamente forte, em que as governações nacionais são padronizadas no exterior e depois sub-contratadas a capatazes domésticos – traz a guerra social no seu bojo. É a continuação da guerra por outros meios. Nesses como em outros tantos cenários, o pós-guerra é ainda a guerra. Iraque, Afeganistão, Kosovo são apenas os ícones mais notórios da guerra perpétua como instrumento da alegada paz aparente.

Por isso, a prevenção da guerra tem que ser muito mais do que uma técnica ou até uma opção de circunstância. No Médio Oriente como nos Grandes Lagos, no Corno de África ou no Cáucaso, o que se joga hoje é a perpetuação da dominação disfarçada de paz ou a construção de uma alternativa efectiva. Essa é porventura a disputa política mais difícil que a Esquerda enfrenta hoje. Porque a construção do “eixo do mal” por George W. Bush só pecou por primarismo – de modo mais sofisticado, há uma série de eixos do mal (da “velha Europa” à redescoberta das soberanias na América Latina, por exemplo) sob a mira das políticas de dominação mais cruas.

Do lado da perpetuação da dominação jogam forças poderosíssimas. A alimentação do mercado global requer que os grandes reservatórios de matérias-primas e de força de trabalho (a África, a China, o Médio Oriente e a Ásia Central) se mantenham disponíveis para uma inserção obediente no capitalismo mundial. A indústria armamentista não abdica de uma única oportunidade

para descobrir e agigantar mercados, novos ou reciclados. As redes globais de economias informais (dos diamantes ao marfim ou ao ópio) também não. E, se necessário for, inventa-se um choque de civilizações para branquear as estratégias de fundo que se movem no xadrez da política e da economia mundiais.

Prevenir a guerra é dar primazia à política: a fronteira da destruição do outro é inultrapassável em qualquer circunstância e a batalha de argumentos e de escolhas sufragadas pelas pessoas é sempre preferível à medida da relação de forças em capacidade destruidora. Por isso, prevenir a guerra é, desde logo, assumir a negociação como força e não como fraqueza. A Palestina e o Irão serão os grandes testes deste princípio no futuro imediato.

Prevenir a guerra é desenvolver. Por isso não haverá prevenção da guerra enquanto os índices de desenvolvimento humano acusarem o fosso grotesco que acusam. Não haverá prevenção da guerra enquanto o próprio minimalismo dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio for ignorado. Já se escreveu que o desenvolvimento é o novo nome da paz. É preciso acrescentar que pode também ser o novo nome da guerra: este é o tempo das intervenções armadas para “modernizar” Estados e sociedades, arrogantemente qualificados como “falhados” para assim legitimar o estado de excepção como regime. África Ocidental, Cáucaso e América Central serão os grandes testes desta tendência no futuro imediato.

Prevenir a guerra é assumir a auto-determinação dos povos como imperativo. Este é um tempo de vingança retroactiva contra o anti-colonialismo. A coberto dos bons sentimentos – de que a assistência humanitária é concretização maior – codificou-se um ranking de soberanias e regressou-se à terminologia do Sec. XIX que hierarquizava os povos em civilizados, bárbaros e selvagens. Desse modo, o sistema global de poder e de interesses baniu a exigência de soberania permanente de cada povo sobre os seus recursos naturais, enquanto os dogmas do comércio livre e da protecção das patentes legitimou a bio-pirataria. O Sahara Ocidental, Timor e o Congo, mas também a protecção dos direitos indígenas serão testes decisivos desta prevenção estrutural da guerra no futuro imediato.

A busca do avesso efectivo da guerra é o grande caderno de encargos da Esquerda. O Bloco faz bem em assumir-se como actor dessa busca.

VI CONVENÇÃO NACIONAL - MAIS UMA CONVENÇÃO DE ALINHADOS

F.N. BERNARDES-SILVA ADERENTE Nº 615

1- Por favor, que ninguém se ofenda com o título!

Para o que eu pretendo chamar a atenção é para o facto de todos e cada um/a dos Delegados/as à Convenção assumirem um posicionamento bem determinado antes mesmo do início da dita. Isto autoriza a presumir que cada Delegado/a decidiu previamente a que Moção vai dar o seu voto.

Por outro lado, não parece crível que os subscritores de cada uma das Moções venham a não ser eleitos Delegados. O que, se eu me não enganei na contagem do publicado no DeBatEs n.º1, determina que 481 Delegados/as estarão presentes na Convenção com ideia bem definida sobre a orientação em que vão votar. E isto fora os “acrescentos” que cada uma das Moções angaria por esse País fora ao longo do período de 6 a 28 de Janeiro. Ficarão, portanto, uns “paladinos” dispersos e sem significado numérico que terão conseguido ser eleitos por se terem atrevido a apresentar “outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada”.

Se, em conjunto com os números acima, considerarmos o previsto total de 600 Delegados é fácil deduzir que a VI Convenção servirá apenas para consagrar a Moção A e os seus redactores e primeiros subscritores. E, a ser assim (como parece) qual o interesse de tal Convenção? Confraternização? Apoiado! Mas seria menos dispendioso organizar um “Almoço Nacional”!!! Ou algo equivalente.

2- É provável que os (poucos, certamente!) que leram o acima argumentem que é dentro das normas por nós seguidas que decorrem nos partidos institucionais as reuniões equivalentes às nossas Convenções Nacionais. Aceito sem reboço! Mas eu

só me tornei Aderente do BE porque nunca quis filiar-me em qualquer partido institucional!!!

E, dado que não sou de estilo “bota-baixista”, fica a seguir a minha “poética” visão sobre o modo como se deveria proceder à eleição dos Delegados às nossas Convenções Nacionais.

a) Em primeiro lugar: seriam DELEGADOS POR INERÊNCIA os membros da Comissão Política cessante; esta regra obrigaria que estivessem presentes para prestar contas da sua actividade sem serem por seu lado obrigados a redigir/subscrever qualquer Moção (o que não os impediria de o fazer).

b) A eleição dos Delegados seria levada a cabo em listas abertas, isto é, cada nome seria individualmente votado, e qualquer Aderente apresentaria a lista que entendesse, embora obviamente dentro do prazo estabelecido no Regulamento do Processo Preparatório, e com um mínimo de nomes a estabelecer (cinco, por exemplo, por ser o mínimo para formar um Núcleo).

c) Para a apresentação das Moções seguir-se-iam as regras que se têm praticado.

3-Como entenderão esta seria a forma de permitir que todos os bloquistas, e nomeadamente os mais jovens, se apresentassem para discutir ideias na Convenção sem que tivessem de previamente se sentirem “aperreados” por um compromisso prévio à própria Convenção.

ENSINO ARTÍSTICO, O GRANDE SALTO EM FRENTE

TIAGO IVO CRUZ ADERENTE Nº 5224

De todas as reformas apresentadas pela Sra. Ministra da Educação desde o início do seu mandato é a reforma do Ensino Artístico aquela que mais revela das práticas governativas deste executivo: a imposição forçada de um modelo de ensino construído sem consultar os professores, pais e alunos das escolas que pretende remodelar.

O vácuo da razão e da lógica em todo o processo de análise e decisão da Ministra levou rapidamente a uma total rejeição por parte não só de toda a comunidade artística mas também da sociedade civil. O processo foi complicado mas vale a pena lembrar.

O acesso ao ensino artístico nas escolas públicas de ensino geral nunca existiu em Portugal. É uma lacuna à qual sucessivos governos nunca prestaram a devida atenção, tendo renegado o problema para a rede de Conservatórios cuja missão é diametralmente oposta: oferecer ensino artístico especializado e profissionalizante. É um modelo bem sucedido que se expandiu por todo o mundo ao longo do século XX, e em Portugal foi extraordinariamente eficaz. Qualquer aluno diplomado por um conservatório em Portugal tem capacidade de se afirmar no mercado artístico internacional.

Este governo decidiu atacar o problema implementando no ano lectivo de 2005/2006 um programa experimental de ensino musical nas escolas de ensino básico da região de Lisboa. Foi um insucesso trágico. A inexistência de programas escolares, a total ausência de condições de ensino, e sobretudo, os salários oferecidos que pouco ultrapassavam o rendimento mínimo nacional em troca de uma carga horária irrealista atraiu poucos professores, na sua maioria mal qualificados.

O Ministério interpretou esta situação como uma incapacidade do sistema de Conservatórios em abastecer o mercado com professores suficientes, e que isto acontecia por não estarem acessíveis à maioria da população. Os conservatórios seriam por isso elitistas e anti-democráticos. Acusações fáceis que cegaram eficazmente a Ministra para a realidade e tornaram inevitável o confronto político com a comunidade artística.

Consequentemente, o Ministério decide analisar o ensino artístico e encomenda um estudo a uma comissão formada por Domingos Fernandes, Jorge Ramos do Ó e Mário Boto Ferreira. Em entrevista à comunicação social os três admitidamente nada percebem sobre o ensino artístico. Isto não foi razão suficiente para incluir professores, pais e alunos de música no processo de análise. Antes pelo contrário. Todo o estudo é realizado absolu-

tamente à margem dos visados, com fracos critérios científicos, substituindo a análise pela suposição e pelo julgamento, neste caso, sumários: “o ensino musical é elitista pois só acredita em talentos” (preconceito que se difundiu na nossa sociedade mas que não corresponde à realidade); “gasta demasiado dinheiro pois as aulas de instrumento são sempre individuais” (já alguém assitiu a 20 trombones ao mesmo tempo numa sala de aula? experimentem); e “apenas uma reduzida percentagem dos alunos termina e recebe o diploma do conservatório” (o mercado artístico contrata por capacidade e não por diploma, muitos estudantes entram por isso directamente no mercado de trabalho sem acabar os estudos).

É com base neste estudo que a Agência Nacional de Qualificação apresenta um plano de refundação do Ensino Artístico. A solução apresentada é a extinção do regime supletivo (onde um aluno tem aulas de música no conservatório em paralelo com o ensino obrigatório nas escolas gerais), e que representa 90% de todos os alunos de música. Deste modo os professores dos conservatórios passam a estar disponíveis para dar aulas no ensino geral, podendo implementar o ensino artístico em todas as escolas do ensino básico. Isto corresponde a passar de 17 mil alunos para 1 milhão e meio de alunos, um grandioso salto em frente.

É neste contexto que surge o MovArte - Movimento de Defesa do Ensino Artístico. Por simples associação de alguns ex-alunos, este movimento começa por alertar os professores, pais e alunos da situação. Em Abril de 2007 dá-se a primeira manifestação-concerto na Baixa-Chiado. Um ano depois, em frente à Assembleia da República, 1000 alunos e professores dos conservatórios do Porto, Aveiro, Braga, Coimbra, Faro e Lisboa, manifestam-se em defesa do ensino artístico especializado.

Este movimento criou uma situação singular na opinião pública: consenso. Criou-se um consenso em como o Ministério estava errado. Não houve um único artigo de opinião publicado em defesa do Ministério, e em reuniões parlamentares nem sequer o PS defendia o seu próprio governo. As intervenções públicas de Ana Drago e o apoio da bancada parlamentar do BE foram vitais para tornar o problema incontornável no Palácio de S. Bento. À semelhança da avaliação dos professores a Ministra continua até hoje a insistir no plano de refundação do ensino artístico, mas a sua implementação tornou-se impossível graças à mobilização eficaz de todo o meio artístico.

DA GUERRA, DA POLÍTICA E DAS PALAVRAS

MIGUEL PORTAS ADERENTE Nº 658

Tradicionalmente, a guerra é o prosseguimento da política por outros meios. Ela é, contudo, insuficiente para explicar a estratégia do sionismo. Neste caso, a fórmula invertida é mais precisa: para Israel, a política é o prosseguimento da guerra por outros meios. Esta singularidade explica-se pelo facto de Israel, que nasceu numa época em que o mundo se virava para a descolonização, querer manter, em pleno século XXI, um sistema colonial próprio do século XIX.

A política da guerra não dispensa a guerra como política. Para Telavive, ela serve para obter ganhos de causa à mesa das negociações e para se justificar a si própria. No primeiro caso, a vitória ou a derrota dependem, como ficou claro na guerra dos 33 dias, contra o Líbano, da verdade no terreno e da correlação de forças internacional. No segundo caso, a justificação é a guerra por palavras. É contra esta que o movimento de solidariedade age. Mobilizando e disputando a hegemonia nas opiniões públicas. Neste conflito, o movimento de solidariedade é mais forte no mundo de maioria muçulmana. Já na Europa e nos EUA é disputado e varia de país para país.

Neste conflito, duas questões contam na disputa de opinião dos próximos dias:

1. Quem começou. Ao contrário do que Israel sustenta, esta guerra não começou com os rockets em 2001, nem no rompimento de uma trégua a que, aliás, faltou desde o primeiro dia – não a assinou, não reabriu as fronteiras e procedeu a execuções extra-judiciais na faixa antes dos rockets de novo terem começado a silvar. Vem de longe esta história. Quem viva, por exemplo, em Asqelon, não sabe que a sua cidade, em 1949, se chamava Al-Majdal. Mas em Jabalyia, o principal campo de refugiados do Norte de Gaza, ninguém esquece que foi daí que os seus pais e avós foram expulsos e as suas casas e bens destruídos. Lembra-se, como se fosse hoje. A limpeza ocorreu 6 meses após o armistício de 49, já em “tempo de paz”.

2. A equidistância. É obsceno comparar a incerteza em que vivem os cidadãos de Asqelon com a insegurança dos da faixa palestina. A desproporção não é apenas militar – é da ordem da vida. Se um foguete marado é lançado de Gaza, a probabilidade de cair na cidade é marginal; se a atinge, a segurança toca as sirenes e as pessoas têm abrigos. Desde 2001, os foguetes fizeram 20 vítimas. A insegurança na faixa de Gaza é de outra natureza. O milhão e meio de almas que ali vive não tem sirenes nem abrigos; não tem emprego, nem conhece a hora em que um buldozzer e tanques de guerra lhe vão varrer a casa; não sabe quando é que verdadeiras bombas vão cair dos céus ou

se amanhã tem electricidade. É esta a desproporção que torna obscenas as comparações.

Neste conflito, as palavras e as dificuldades exigem informação esclarecida. Quatro aspectos merecem atenção particular:

1. Na concentração de dia 5 os mais atentos ouviram um cidadão askenázi prestar a sua solidariedade ao povo de Gaza. O conflito não é com os judeus nem com qualquer central de “conspiração judaica”. É com Israel e com o sionismo, uma corrente etnocêntrica que usa em seu benefício as passagens da Bíblia que lhe interessam. Do outro lado, o que está não é o Islão, mas um povo que, em grande medida, descende das primeiras tribos berberes que abraçaram o judaísmo. Qualquer “facilidade” neste domínio ressuscita os demónios do anti-semitismo cultivados pelo mito de que os judeus teriam sido espalhados pelo mundo para expiarem o pecado da crucificação de Jesus.

2. Israel usa um argumento que incomoda a cultura laica da esquerda ocidental: a solidariedade é cúmplice do Hamas, que quer um Estado teocrático na Palestina. Mas a solidariedade é com as vítimas e não com quem as representa. A campanha tem como objectivo o cessar-fogo incondicional, a retirada imediata do invasor e a reabertura das fronteiras. É isto que dispensa os túneis por onde tudo passa de contrabando, das armas ao tabaco e à comida que falta.

3. Israel acusa o Hamas de não reconhecer o Estado de Israel. Eis como a verdade pode esconder a mentira. É indiferente a Israel que o Hamas o reconheça. A maioria dos regimes árabes não reconhece Israel. A questão relevante é outra: Israel nunca reconheceu o direito à existência de um Estado palestino porque se recusa a discutir fronteiras à mesa das negociações. O Hamas aceita a posição da Liga Árabe que oferece o reconhecimento formal de Israel no quadro de uma solução global onde se clarificam as fronteiras dos dois Estados.

Muitos, entre nós, defendem o horizonte de um Estado binacional. Simpatizo com esta opção. Mas ela não se inscreve na ordem do dia. O movimento de solidariedade deve evitar o “ruído” sobre o futuro quando pressionado pelas urgências do presente. Este debate, bem como o da utilidade, ou não, da resistência armada, deve ser feito em espaços que não prejudiquem a amplitude dos movimentos nem dêem, a quem luta e sofre, a ideia de que é de Ocidente que vem a “iluminação”

ESTAMOS TODOS CONVOCADOS

JOSÉ CASIMIRO ADERENTE Nº 660 DEOLINDA MARTIN ADERENTE Nº 3942 FRANCISCO ALVES ADERENTE Nº 1107

A preocupação com a crise económica, financeira e social vai dominar toda a nossa atenção no ano de 2009. Desemprego, precariedade e pobreza desafiam a esquerda à resposta social, à proposta, à alternativa para a inversão das actuais políticas liberais, para que o poder político concentre as respostas nas pessoas e nos sectores produtivos, ou seja, na economia real. Vivemos momentos de viragem e de rupturas com o sistema. O movimento social e dos trabalhadores, no entanto, está na defensiva e, sobre si recai a ofensiva do capital e do liberalismo, com a aplicação das políticas retrógradas do código de trabalho e da flexigurança.

O mundo globalizado impõe novas formas de fazer política, de intervenção em rede, com os movimentos sociais e dos trabalhadores, com propostas para a sociedade e para o activismo social e laboral.

As políticas de «correias de transmissão» têm os dias contados e não ajudam à intervenção social e laboral, o exemplo mais paradigmático dessa intervenção foi a do PCP na CGTP-IN impondo uma precipitada greve geral realizada a 30 de Maio de 2007, que não ajudou a luta dos trabalhadores quando ela era tão necessária, não se criando as condições para ela ser feita, em finais de 2008, antes da aprovação do Código Vieira da Silva.

Quem olhar para o PCP como um “referencial” engana-se no caminho a seguir. O trabalho laboral a desenvolver (e muito mais tem de ser feito) tem de ser assente na proposta e na

intervenção política interagindo com os movimentos sociais e laboral. A luta dos professores é um bom exemplo do nosso trabalho social e sindical. A Autoeuropa e os Bancários são também exemplos, das «redes sociais de influência», vulgo tendências sindicais, que queremos multiplicar e espalhar por outros sectores de actividade.

A nossa intervenção no congresso da CGTP-IN, na constituição de listas para os sindicatos e delegados sindicais e ct's, a realização do encontro nacional da ct's, em todas as propostas políticas e sociais (lei de bases da segurança social, código de trabalho, reforma por inteiro com 40 anos de descontos, trabalho precário, Intermitentes das artes e espectáculos, contrato de trabalho para os bolseiros da investigação científica, mais protecção social no desemprego, etc.) apresentadas na Assembleia da República, teve como objectivo alargar a rede social de influência, política mas também laboral.

No momento em que se está a redesenhar uma nova divisão internacional do trabalho, onde os movimentos social e laboral manifestam as suas dificuldades, perante o «empreendedorismo» do individualismo, da precarização, da «facilidade de despedir e contratar» e do rebaixamento dos salários e dos direitos sociais para garantir a competitividade global. Apoiar os movimentos sociais, sindicatos e ct's tem de ser **uma tarefa de todo o Bloco, de todas as suas estruturas, e não só da coordenadora nacional do trabalho.** O momento é agora, estamos todos convocados.

NÚCLEOS - PARA QUÊ?

MARIA FELGA ADERENTE Nº 742

Para mim, núcleo é um conjunto de militantes activos e pensantes. É um espaço onde se debate, se decide, se analisa. Onde os militantes falam de política e do quotidiano. Dos seus desejos, das suas dúvidas. Onde decidem das suas acções e de onde se sai para actuar. Onde recebem e discutem propostas de trabalho. E elaboram propostas de trabalho. Onde recebem projectos e projectam actuações. Onde recebem informação e veiculam informação. Onde organizam formação e jantares e encontros informais e festas (que, como dizia Emma, “se não puder dançar, esta não é a minha revolução”...).

Sabendo estes aderentes que têm voz. Que conta o que pensam e a forma como actuam. Sabendo que quando assumem uma discordância ou fazem uma crítica, ela sai dos limites da reunião e é confrontada com todos os que fazem do BE um corpo vivo e interveniente.

Vivemos num tempo em que participar colectivamente na elaboração de um texto ou na tomada de uma posição está à distância de e-mails e sms. Em que é fácil respeitar minorias e diferenças e apelar à participação de todos em tudo o que nos diz respeito, alargando uma prática enriquecedora da democracia interna de que nos reivindicamos e que sirva de travão à institucionalização adormecente em que vimos caindo. Agilizar

contactos e participações e relações apoiaria os aderentes na sua intervenção cívica e pública, ampliando a massa crítica dos núcleos e a sua capacidade de atracção.

O núcleo em que me integro, o Concelhio do Porto, não reúne, não informa, não debate. Não inova. Cumpre normas estatutárias mínimas. Não programa nem projecta. Não age e reage pouco. Não faz balanços. Não acarinha a diferença e sufoca as discordâncias nas quatro paredes de uma reunião : quem tem dúvidas pode expô-las, mas sabe que elas não chegarão a parte alguma.

E não se julgue que isto se verifica só no Porto...

Por isso, AQUI FICA A PROPOSTA: passado este exigente ano eleitoral, façamos um amplo debate sobre o funcionamento interno do BE. Não durante um dia, nas salas de um qualquer hotel de Lx ou Porto, com base num qualquer documento elaborado em gabinete. Mas querendo ouvir e mudar. Por mail, sms, carta, reunião, telefone. Por todos os meios. Apenas com vontade de todos ouvirem cada um, sem censuras ou burocracias. Para que as conclusões desse debate permitam realmente abrir, acolher e trabalhar de modo diferente.

A ÁGUA DE TODAS AS FONTES

ALDA MACEDO ADERENTE Nº 196

Bem essencial de sustentação da vida, a água transformou-se num bem comerciável e num instrumento de pressão política por força da voracidade da expansão do capitalismo. A ideia original de que os objectos de troca e comércio eram aqueles que resultavam do esforço do trabalho transformador sobre a terra ou sobre os materiais deixou de ser o limite para a ambição desmedida de apropriação dos recursos da natureza. Hoje, o reconhecimento do direito à água como um direito humano precisa de ser colocado na agenda política socialista por razões de justiça, de solidariedade e de protecção da natureza. Isto obriga a que a gestão dos recursos hídricos seja inteiramente recuperada para a esfera pública e subordinada a uma lógica de interesse comum.

A perspectiva de escassez de água potável deixou de ser um receio distante. Em primeiro lugar as perspectivas sobre os riscos associados ao aumento global da temperatura, mesmo que contida em apenas dois graus centígrados traçam muito claramente a geografia das regiões do globo onde processos de desertificação tenderão a agravar-se colocando em risco a sustentabilidade da vida nessas regiões. Em segundo lugar, quando se coloca o problema da escassez da água, a questão tem que ser vista nas suas diferentes coordenadas. Escassez não é apenas o problema das regiões que virão a atravessar longos períodos de seca, escassez é também a ausência de água com qualidade suficiente para ser sustentáculo da vida e dos ecossistemas.

Em Dezembro passado a Comissão Europeia dirigiu uma advertência ao governo português por causa da má qualidade da água distribuída para consumo humano. O incumprimento dos parâmetros de qualidade da água resulta dos elevados níveis de poluição das águas superficiais e dos aquíferos nos locais de captação. Conhecemos os exemplos de norte a sul do país, as principais bacias hidrográficas apresentam “má” ou “muito má” qualidade de acordo com o relatório do Instituto do Ambiente em 2008. Este é o resultado do profundo atraso deste país que nunca chegou a executar um programa coerente e coordenado de recolha e tratamento de efluentes e que convive com crimes ambientais como aqueles a que assistimos em Paramos, na Ribeira dos Milagres, no rio Cávado, no Alviela, no rio Tinto. É ainda o resultado de processos de empresarialização e privatização de serviços municipais de água que representaram um enorme retrocesso no programa de investimentos em infra-estruturas para recolha e tratamento de efluentes.

Os últimos dez anos corresponderam em Portugal a uma aceleração do processo de privatização e empresarialização dos sistemas de distribuição e recolha de águas domiciliárias. Desde há quatro anos o governo Sócrates tem vindo a preparar paulatinamente a privatização da Águas de Portugal e, ao mesmo

tempo o Plano Nacional de Barragens corresponde a uma concessão de toda a massa de água contida nas albufeiras. Este é um processo que ocorre em contra-ciclo com outros países europeus onde, depois do desastre da política liberal para a água, se começa a preparar a re-municipalização dos serviços de distribuição, recolha e tratamento de água.

Os processos de privatização têm duas consequências imediatas: diminuição do investimento na modernização e conservação de infra-estruturas e agravamento do custo da água. É preciso, no entanto salientar que os processos de empresarialização não são muito diversos na sua natureza dos processos de privatização.

A empresa Águas de Douro e Paiva é uma empresa pública para captação, tratamento e distribuição em alta. Os accionistas são a Águas de Portugal e os 18 municípios que a Águas de Douro e Paiva abastece. No início de 2008 esta empresa apresentou ao IRAR uma proposta de aumento de 8,8% sobre as tarifas a cobrar aos municípios, num ano em que a taxa de inflação prevista era de 2,1%. Perguntámos ao Ministro do Ambiente como é que se justificava um agravamento desta dimensão que certamente teria custos muito elevados para os municípios e para os utentes dos serviços. A resposta do governo justifica e defende a proposta da empresa e remete para as cláusulas de concessão que sobre tarifas incorporam para a estimativa da tarifa os custos de funcionamento, manutenção e renovação de equipamentos e ainda: «assegurar uma adequada remuneração dos capitais próprios da concessionária». A Águas de Douro e Paiva tinha tido no ano precedente um resultado líquido de 1,5 milhões de euros, preparava-se para manter este nível de resultados, os Municípios comportam-se como verdadeiros accionistas em qualquer outra empresa e quem paga são os cidadãos.

Empresas como a Águas do Douro e Paiva são empresas que sendo juridicamente públicas, se comportam como empresas privadas e tão grave quanto isso é o facto de os municípios se comportarem eles mesmos, não como defensores do interesse público mas como verdadeiros accionistas de uma qualquer empresa privada.

Esta é uma lógica completamente adversa da mais elementar defesa do bem colectivo, da riqueza comum que é a água. É da maior urgência recuperar a água para a esfera pública e libertá-la desta ideia do produto mercantil, comercializável. Precisamos de recuperar a ideia de que tem que ser possível beber a água em todas as fontes, de que a água na quantidade que é necessária à sustentação da vida tem que ser universalmente gratuita, a garantia da saciedade da nossa sede, da pureza da água fiável, da frescura da nossa liberdade e ao mesmo tempo da nossa inteligência construída contra o desperdício e o mau-trato.

QUE UNIVERSIDADE?

ANA BASTOS ADERENTE Nº 4411

Os dois anos que passaram foram marcados pela consolidação do processo de Bolonha, por transformações brutais no sistema de Ensino Superior forçadas pelo novo regime jurídico, e pela degradação acentuada do financiamento das instituições.

1. Dois anos após a implementação do processo de Bolonha os resultados são claros: elitização da formação qualificada, pela desqualificação das licenciaturas e limitação do acesso ao 2º ciclo por via de vagas reduzidas e propinas elevadas; regime de avaliação que infantiliza os estudantes e exclui trabalhadores-estudante; nenhuma inovação em práticas pedagógicas.

2. O novo regime jurídico estabeleceu as bases para a empresarialização das instituições, diminuindo a representatividade e a democracia dos órgãos de decisão; impondo nestes a presença de personalidades externas (na prática, grandes empresários); diminuindo a autonomia e independência das instituições de interesses políticos e económicos; abrindo portas e cedendo privilégios às fundações de direito privado.

3. O Governo agravou a prática de sub-orçamentação das instituições, conduzindo algumas à falência e vulgarizou a atribuição pontual de complementos orçamentais – que condicionam a actividade regular das instituições e limitam a sua autonomia. A política financeira do MCTES tem funcionado como chantagem para forçar a passagem das instituições a fundações de direito privado.

A agregação destes factores traduz-se, por um lado, na degradação da qualidade do ensino, aumento de encargos financeiros para os estudantes, precarização dos vínculos laborais e, por outro, na demissão do Estado em garantir um ensino público de qualidade, universal e gratuito.

Quase sempre, limitamo-nos a responder a estas medidas sem proposta alternativa, numa atitude conservadora. Há muito tempo que apontamos a ineficácia dos órgãos de governo das instituições, reconhecemos a necessidade da revisão do estatuto da carreira docente universitária (ECDU), criticamos a cristalização e o isolamento das universidades em relação à sociedade, reivindicamos a revolução dos métodos pedagógicos, sentimos necessidade de clarificar a relação entre ensino e investigação. Denunciamos a linha mercantilizadora e empresarialista das políticas de educação e investigação dos sucessivos governos, mas temos de aprofundar o debate sobre estas questões.

O lugar da Universidade

A Universidade deve ser um espaço de criação e transmissão de conhecimento – teórico, aplicado ou tecnológico, científico

ou social – e desenvolvimento de espírito crítico e capacidade de transformar a realidade. Como tal, deve ser aberta, democrática e estar ao alcance de todos – futuros profissionais ou não – e estabelecer relações com a comunidade em que se insere, mantendo ao mesmo tempo independência de interesses políticos ou económicos.

A investigação deve portanto ser um pilar da Universidade. No entanto, a falta de clarificação do papel das universidades e do ECDU, leva a que muitas vezes se esqueça o outro pilar da Universidade – a transmissão de conhecimento.

Se é óbvio que deve haver uma estreita ligação entre aprendizagem e investigação em ciclos superiores, para o tipo de licenciatura actual deixa de o ser. Esta exigência leva, em geral, a aulas dadas a contragosto por investigadores altamente qualificados sem competências pedagógicas e ao uso de métodos e critérios de avaliação desadequados.

A definição de um ECDU que separe ensino e investigação permite definir claramente o papel de docente e das funções que lhe são exigidas, estabelecer critérios de avaliação da actividade docente independentes da investigação científica, melhorar a qualidade do ensino e valorizar o seu papel na Universidade. O docente deve ser um profissional altamente qualificado e deve-lhe ser exigida permanente actualização, quer científica quer pedagógica. Do mesmo modo, clarifica as funções do investigador e limita os abusos do recurso a bolseiros de investigação para funções lectivas. O ECDU deve prever o desempenho cumulativo das duas funções.

A Universidade actual encontra-se profundamente distanciada da sociedade, seja porque não é acessível a todos, seja porque encerra o conhecimento e as discussões em altos círculos académicos. A solução não pode ser, no entanto, colocar empresários nos órgãos de decisão e eliminar a gestão democrática.

A Universidade deve estabelecer uma estreita ligação com organizações locais ou nacionais, dinamizando projectos, apoiando iniciativas e estando receptiva a propostas lançadas; deve abrir-se à participação de diversos públicos e promover a formação ao longo da vida; deve estimular e apoiar as actividades extra-curriculares; deve ser múltipla e diversa porque assim o é a sociedade.

Face às políticas do governo, devemos desenvolver, com amplo debate, propostas alternativas em questões como a gestão democrática das instituições, avaliação pedagógica de docentes, clarificação do lugar da investigação na universidade, interligação entre sociedade e academia.

A LUTA DE PROFESSORES

CECÍLIA HONÓRIO ADERENTE Nº 446

O protesto de professoras e professores é o maior confronto social com o governo Sócrates. Uma classe profissional inteira na rua e uma greve sem memória são a justa resposta ao autoritarismo e à incompetência do governo.

Um Ministério da Educação que divide a carreira, de forma completamente arbitrária, entre professores de primeira e de segunda, e que, com base na arbitrariedade, instala um modelo de avaliação de desempenho cuja burocracia é insustentável - e que "simplifica" num conjunto de aberrações que para o ano já serão outra coisa - não tem mais provas de incompetência para dar.

Tod@s@s professores perceberam que o modelo de avaliação é tecnicamente incompetente e politicamente perverso. Barata e lucrativa, esta avaliação destina-se a estrangular a carreira e a criar uma cadeia de poder que vai d@ director/a ao professor titular até ao professor (simplesmente professor), e ao pessoal não docente, esmagado na base da pirâmide.

Este figurino de escola, saído da engenharia da 5 de Outubro e despejado pelo absolutismo da maioria, foi sentido como uma coisa nova, mesmo que se atestem os muitos passos, mais abruptos ou mais sorrateiros, que de há décadas são dados neste sentido. Novo é o autoritarismo da maioria, é o absolutismo da maioria que esmaga a autonomia, destrói projectos e identidades, arrasa as relações de cooperação e parceria que são ainda dominantes nas escolas, liquidando todos os resquícios de democracia e participação.

Mas o absolutismo da maioria foi surpreendido pela pluralidade e inovação das formas de luta. Movimentos de base local/regional, blogues e criadores de opinião de referência e, sobretudo, o extraordinário protesto de base das escolas, e mais recentemente dos próprios Conselhos Executivos, foram e são o exemplo de uma capacidade de resistência para a qual nenhum autoritarismo tem resposta à altura.

O Movimento Escola Pública, cuja constituição apoiámos em Mesa Nacional, esteve na primeira linha destas lutas. Se a sua matriz é aberta nas causas e nos temas, certo é que o MEP envolve hoje a maioria d@s camaradas bloquistas intervenientes na área da educação e gente fora do BE, com centenas de inscrit@s e contactos, com inúmeras iniciativas públicas e debates sobre temas centrais para o futuro da escola pública, com panfletos distribuídos nas escolas e nas manifestações.

Mais, o MEP foi um elemento de diálogo determinante entre movimentos e sindicatos, ganhou espaço contra a polarização dos campos, quando ela era inútil, pela luta. Sem abandonarmos o que somos (um movimento de professores e não professores pela defesa da escola pública), soubemos construir pontes onde elas eram necessárias. E temos hoje inúmer@s activistas que estiveram na primeira linha e que, inclusivamente, integram estruturas de acção conjunta.

2. A luta pela escola pública

Mas estas razões são peças de um puzzle que está montado e, com ele, a consciência da matriz neoliberal do governo do PS para a educação foi ganhando terreno. Muitos professores e professoras sabem que a escola pública saída do 25 de Abril, com todas as tergiversações e limites que a caracterizaram, está, hoje, em risco.

As "evidências" neoliberais vão contaminando: a escola já é para tod@s (quando as formas de discriminação perduram e as ofertas escolares para os pobres se afastam cada vez mais dos outros); menos educação e mais formação para a empregabilidade (quando não há nada que demonstre que o dever de empregabilidade criou mais emprego); a escola demasiado cara e que deve ser empresarializada para ser rentável, e "empreendedora" para se aprender cedo o que é o mercado de trabalho; o dever dos serviços pagos pelos cidadãos prestarem contas do que fazem (quando a avaliocracia à PS não tem por objectivo avaliar a qualidade do sistema e o desempenho dos agentes).

Estas evidências talham o reformismo modernação do PS mas deixam nas escolas um rasto de desolação, que atinge, em primeiro lugar aqueles e aquelas a quem se destinam: @s alun@s, @s que justificam essa outra escola que queremos.

O Bloco de Esquerda assinalou a instalação do consenso neoliberal no primeiro momento. O Movimento Escola Pública denunciou os perigos do "consenso" desde os primeiros passos. Os debates que dinamizámos foram feitos sobre a discussão da desfiguração da escola pública e sobre a construção de outros caminhos, à esquerda. Com eles demos os primeiros passos para o lançamento do Movimento e não desistimos, nem desistiremos, do combate às desigualdades e à discriminação, do combate pela democracia na escola para viver e aprender a viver em democracia.

CONTRA A DESERTIFICAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CECÍLIA SILVA ADERENTE Nº 353

Basta dar uma volta pelo interior do nosso país para constatar o despovoamento das nossas aldeias, vilas e cidades.

O continuar da debandada para as cidades do litoral, trouxe o caos das periferias urbanas e diminuiu a qualidade de vida da generalidade dos portugueses.

O abandono quase completo da agricultura, decorrente, entre outras coisas, das políticas erradas da EU, provocou o deficit alimentar de que hoje sofremos. Grande parte do que comemos é importado.

Com a adesão de Portugal à CEE e a política agrícola comum, somos pagos para não produzir, com vista ao escoamento das produções dos grandes países europeus.

Por tudo isto existe hoje uma grande carência de produtos nacionais, nomeadamente da agricultura tradicional ou biológica, no mercado interno e externo e um número cada vez maior de pessoas interessadas numa alimentação baseada em produtos saudáveis, obtidos por processos respeitadores do ambiente

que nos rodeia.

Ora Portugal possui condições privilegiadas para produções de qualidade deste tipo de produtos.

Começam, até, a surgir cada vez mais jovens a interessar-se por mudar o rumo à sua vida e a voltar à terra, quer por razões de falta de emprego, quer por razões ecológicas e ambientais.

É fundamental iniciar um debate aberto e abrangente visando o estudo de apoios nesse sentido, que permitam a sustentabilidade nas diferentes vertentes:

- na produção e distribuição,
- na fixação de jovens nos locais de origem;
- possibilitando um nível de vida aceitável a quem escolha esta via;
- desenvolver de facto o interior do país.

Mesmo do ponto de vista da diminuição do desemprego, tal perspectiva não é, se modo nenhum, negligenciável.

INTERIOR, PARA QUE TE QUERO?

BRUNO PEREIRA ADERENTE Nº 2632, FERNANDO COSTA ADERENTE Nº 3933, FERNANDO FERREIRA ADERENTE Nº 3407

GRAÇA PINTO ADERENTE Nº 2786, JOÃO MINEIRO ADERENTE Nº 6566, JORGE NOUTEL ADERENTE Nº 2683

JOSÉ MARIA MOURA ADERENTE Nº 1867, LUÍS PEDRAS ADERENTE Nº 3662, PAULO CARDOSO ADERENTE Nº 2598

VICTOR FRANCO ADERENTE Nº 1329

1. O modelo de desenvolvimento.

Ao longo dos séculos a ocupação da terra foi dominando as opções humanas. A terra era o garante do sustento, da água, da propriedade... Assim se foi construindo a ocupação, povoamento, do território em Portugal.

O Estado Novo reforçou a ruralidade, a “cultura” da “aldeia da roupa branca”, a pobreza como inevitável pureza... Mas esse modelo só trouxe atraso e descrença.

A resposta popular foi de alguma luta mas de muita fuga; fugiu-se para o litoral, fugiu-se para o mundo. As migrações são a marca indelével que marcam a sangria humana no interior.

Mas este modelo conservador – de uma burguesia atrasada e conservadora – produziu também uma indústria baseada na mão-de-obra intensiva, duramente explorada, de tal forma que o trabalho não era garantia de ausência de fome, e quase não se garantia a reprodução do proletariado.

A burguesia portuguesa viveu e adormeceu à custa do Estado Novo: benefícios de toda a ordem, utilização a baixo custo dos factores produtivos existentes, por exemplo a água e a lã, exploração de mão-de-obra nada qualificada, analfabeta, ainda dependente da agricultura, geralmente pouco reivindicativa; destruição ambiental...

Burguesias atrasadas, modelos produtivos muito atrasados, atraso cultural, dependência da terra como sustento, peso significativo de hierarquias religiosas submissas ao regime, (...) “tal dono tal servo”...

O ensino era centrado na produção de operários, no taylorismo produtivo e na diferenciação entre os estudos de filhos dos operários e filhos da burguesia: ensino nas escolas comerciais e industriais e ensino liceal.

2. A modernização conservadora e o neoliberalismo.

O período pós 25 de Abril trouxe evoluções positivas no interior. Em primeiro lugar de abertura ao conhecimento, a novos bens de consumo, generalização de serviços públicos de transporte, energia, água, comunicações, ambiente, (...) mas acima de tudo a generalização do ensino e da saúde gratuitas.

Mas a modernização conservadora, acompanhada do neoliberalismo trouxe, mais tarde, novas dificuldades. As grandes empresas como a PT, a EDP, os CTT, acompanhando processos de privatização, alteraram profundamente a sua organização encerrando os serviços de proximidade e diminuindo drasticamente postos de trabalho. O interior perdia postos de trabalho e serviços.

A ideologia da competição entre regiões, veio pela mão do PS e PSD e acompanhava toda a ideologia do neoliberalismo – todos

contra todos. No lugar de todas as competições, no lugar do lucro rápido e quase imediato (...) o interior não dava rentabilidade – no litoral estavam todas as potencialidades para a burguesia reinante. A desertificação do interior, trouxe também novos problemas às populações das cidades do litoral.

Abandonou-se a ferrovia, os transportes públicos, a protecção ambiental, a responsabilidade do Estado na dinamização económica. O encerramento de serviços públicos, em particular os de educação e saúde, completou o plano. A população viu diminuída a restituição do seu salário indirecto e viu reduzir o importante papel do Estado na criação do emprego que serve as pessoas. O crescente aumento do custo do ensino e a cada vez maior desresponsabilização dos sucessivos governos em apoiar as classes mais desfavorecidas, determinou uma maior proliferação de cursos profissionais, sem resposta no tecido empresarial do interior.

E a burguesia, antes como agora, continua a sugar o Estado.

3. Serviços públicos no centro de uma agenda com amplitude.

Longe do centro de poder, longe da mediatização fácil, as escasas populações do interior contam pouco. Entre outras coisas, a força política depende da ligação ao centro político, ao poder económico, da capacidade de movimentar massas, da capacidade de inovar e ganhar pelas ideias...

Conhecemos essas dificuldades, ganharemos pelas ideias!

A luta contra o interiorcídio tem um espaço político amplo, e marca a diferença das políticas sustentadas pelos partidos do regime e tem um centro político chamado serviços públicos. É necessária uma carta debatida com as populações, com as forças vivas, que traga o debate das escolhas de desenvolvimento político para o interior. Um desenvolvimento que só pode passar pelas energias alternativas, pelo turismo ecológico sustentável, pela valorização das potencialidades endógenas a cada região, pelo necessário entrelaçamento económico e social com o outro lado da fronteira, pela decisiva aposta na juventude criando medidas de discriminação positiva para a sua fixação, por uma grande aposta de elevação geral da qualidade do ensino público...

Por aí poderá entrar a regionalização – pelo lado da democracia – pelo debate dos modelos e alternativas de desenvolvimento.

Existe uma “ampla frente de ataque”, capacidades de disputa de maior apoio popular e uma amplitude de luta política que poderá ter incentivo num novo encontro sobre a interioridade.

O interiorcídio merece combate!

PORTUGAL ESTÁ MAIS DESIGUAL

PAULA NOGUEIRA ADERENTE Nº 2099

“Capítulo 3. Portugal está mais desigual”

“Com os últimos quatro anos temos um país mais desigual, mais tecnológico mas mais pobre, socialmente mais agressivo e mais inseguro no desemprego e na precariedade, onde a justiça é um privilégio e a corrupção e impunidade campeiam”

No capítulo das desigualdades há ainda a acrescentar que nos últimos quatro anos se cavou o fosso das desigualdades em termos territoriais. O país, que assistiu ao folhetim do anúncio de projectos megalómanos para o Litoral, cada vez mais contestados, como são os casos do TGV e do novo aeroporto de Lisboa, confirmou como este Governo foi completamente nulo na definição de políticas que permitam a criação de riqueza e a fixação de população no Interior do País.

Sócrates, o homem que fez da reivindicação de um território mais equilibrado e mais coeso uma bandeira da sua ascensão política, só teve para oferecer a esta parcela do País a ameaça, o fecho e o esvaziamento dos serviços de saúde, a ameaça do pagamento de portagens nas auto-estradas, a retenção de apoios comunitários aos agricultores, o fecho de estações e a supressão de ligações ferroviárias, o desinvestimento nas áreas da património e da preservação ambiental, a ausência de uma

política florestal sustentável, o desinvestimento no ensino superior público, os esvaziamento das competências e a sangria de técnicos na administração descentralizada do Estado.

Uma esquerda socialista não pode ficar indiferente a este galopante “interioricídio” que a par das desigualdades sociais e económicas condena duplamente as populações do Interior ao acrescentar-lhes a desigualdade do território.

Para uma esquerda socialista não pode haver um território de primeira e um território de segunda. Um território com acesso ao emprego, aos serviços públicos, ao usufruto da cultura e um território a duas horas de viagem de um hospital, sem horizonte de futuro.

O Bloco de Esquerda continuará a bater-se por uma política global de reestruturação dos serviços públicos que devolva a confiança e reforce a prestação dos cuidados essenciais às populações. E deverá empenhar-se na concretização da regionalização, defendendo criação de um patamar de decisão intermédio que dê às regiões capacidade política e recursos para se emanciparem do jugo centralizador do Estado, que tem empobrecido a democracia e a participação dos cidadãos nas escolhas essenciais para o seu futuro colectivo.

A CONVERGÊNCIA DAS ESQUERDAS FAZ-SE EXPERIMENTANDO (DEVAGAR QUE TEMOS PRESSA)

JOÃO TEIXEIRA LOPES ADERENTE Nº 2168

O Bloco nasceu para refundar a esquerda. De tão propalada, a frase arriscar-se-ia ao cemitério do lugar-comum, não fosse a evidência confirmá-la com acrescido vigor. Na verdade, se a génese constituiu, ela própria, uma ruptura com práticas políticas solidamente incrustadas em mais de um século de luta política, dela salvando a insurgência, os ideais emancipatórios e uma ética de combate (embora procurando enterrar o sectarismo, as derivas totalitárias, as querelas fraticidas, o desrespeito das subjectividades), o caminho percorrido manteve-se fiel à raiz.

Hoje, mais do que nunca, o Bloco é o catalisador da transformação das esquerdas, estabelecendo pontes e diálogos com os comunistas que ousam contestar o arraigado ensimesmamento do PCP, com os sociais-democratas herdeiros da tradição do contrato social e adversários, também eles, dos dogmas neo-liberais, com os activistas não inscritos em partidos, mas forjando as suas causas na defesa dos Direitos Humanos, na ecologia, nos sistemas de ensino, nos sindicatos e comissões de trabalhadores, no combate às múltiplas formas de ódio e discriminação. Quem, como o Bloco, superou atavismos, desconfianças, invejas e protagonismos, promoveu fóruns e encontros, lançou ideias e debates? Não o fizemos, contudo, com o pronto-a-vestir de outros tempos, pela simples razão que subjaz ao bom senso, nem com a vaidade de tudo e todos comandar sob a mesma batuta. Tampouco impomos calendários, ordens de trabalho e etapas lineares. Novas formas são necessárias, sem estiolar em fórmulas ou receituários das unidades à força. Sabemos, talvez como nenhuma outra força na esquerda portuguesa e europeia, o que significa manter-se fiel a princípios sem estagnar na produção de ideias e na produção de uma cultura e de um ethos comunicativo à altura dos novos tempos. Por isso, devagar que temos pressa (as «pressas», sabemo-lo tão bem, resultam as mais das vezes em fogo fátuo), não impomos agendas explícitas ou ocultas, não temos pré-requisitos de admissão dos que vão chegando, nem buscamos a mirífica imaculabilidade do heroís-

mo de outrora. Como o frenesim do poder, na sua acepção vulgar, não é o que nos faz mover, jamais esqueceremos as lições que ensinam a partir pedra com os nossos aliados, a estimular as convergências que resultam de compromissos amplamente discutidos e geralmente precedidos de fecundos conflitos, a ensaiar passos, mediações, linguagens e acções. Longe da pureza narcísica, somos mestiços e aprendizes, o que quer dizer sérios e sensatos. Mais ainda: cientes que estamos em jamais compartilhar crenças em sistemas delirantes e despóticos (Coreia do Norte), nacionalismos social-populistas (Venezuela) ou farsas de capitalismo selvagem (China), recusamos os paraísos artificiais das decadentes doutrinas. Do mesmo modo, ninguém nos verá, estou certo, a tecer loas ao mercado, às lógicas de privatização de serviços públicos, ao esvaziamento de direitos sociais, à homofobia, ao racismo, à espiral acumulativa, à exploração, ao Código do Trabalho, a Guantanamo, à NATO e à guerra imperial.

Talvez por isso o Bloco tenha tido tanto sucesso na ampliação dos futuros da esquerda portuguesa. Sabemos que não há ruas de sentido único e ninguém nos garante o êxito final destas caminhadas. Mas é inegável – e aí está o sucesso – que milhares e milhares de portugueses nos olham agora com redobrada confiança; com a cumplicidade de quem vislumbra uma alternativa competente (não tenhamos medo da palavra), para além (mas incluindo) das «causas fracturantes» e da divertida insurgência. Da mesma forma, assim nos olham os nossos aliados e amigos – eles sabem que não somos guerrilheiros de armadilhas e sabotagens, mas homens e mulheres que, sem renunciarem à profunda coerência entre o que pensam, dizem e fazem, não desistem de procurar, inventar e experimentar os novos e exaltantes encontros que juntam forças para a transformação. O socialismo não é um compasso de espera, nem é um fim: é um processo.

MAIORIA SOCIAL NÃO É IGUAL À SOMA DE MINORIAS PARLAMENTARES

JOSE FERREIRA DOS SANTOS ADERENTE Nº 646

A preocupação primeira dos aderentes que se propuseram apresentar à VI Convenção do BE, uma moção de orientação política, é a de contribuírem para dar uma maior capacidade de intervenção ao Bloco.

O nosso compromisso passa por tudo fazer para que o Bloco não se vá transformando num mero partido eleitoral e que retome corajosamente o princípio de “correr por fora” com que foi criado e que congregou tantas e tão diferentes vontades e interesses.

No restrito quadro da democracia parlamentar liberal em que vivemos é muito difícil, senão impossível, a concretização de fórmulas que correspondam a uma maioria que busque alternativas ao liberalismo. Por isso pensamos que é necessário:

- afirmar o Bloco de Esquerda como um partido-movimento, conseguindo articular no seu seio, simultaneamente, condições de democracia interna e a abertura à participação de activistas de grupos e movimentos sociais e políticos que tenham a democracia, os valores de esquerda e/ou o socialismo como referência, para a definição de uma alternativa clara de poder e de governo.

Porque a afirmação da vontade popular e social faz-se onde as

peçoas estão e são essas peçoas , com a sua mobilização, que constituem a democracia que queremos.

- descentrar o debate, exclusivamente centrado no parlamento, para o plano social;

Um enfraquecimento das formas de participação popular, condiciona a afirmação de uma maioria social de esquerda e remete a definição dessa maioria para fórmulas de aritmética parlamentar que, sistematicamente, não produzem alternativas de mudança, nem quanto às políticas, nem quanto à emergência de qualquer mobilização popular favorável e impulsionadora de mudanças.

Um mero somatório de “esquerdas parlamentares” pode produzir maiorias conjunturais, mas não tem produzido alternativas duradouras de mudança porque não é impulsionador de fortes movimentações sociais.

Daí que achemos que o Bloco de Esquerda deva encarar com prudência uma certa moda de arranjos entre cúpulas que podem parecer muito promissores, mas a que faltam as bases sociais de apoio para resultarem no que quer que seja de útil para o movimento social.

DESESTABILIZAR A TEORIA

ANDREA PENICHE ADERENTE Nº 193

Os últimos tempos demonstraram como as maiorias sociais são determinantes para mudar o rumo do país. A convergência em torno da exigência da descriminalização das mulheres que abortam foi uma das mais saborosas vitórias contra o obscurantismo de que temos memória. As lutas em defesa do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública, as mobilizações contra a rede de alta tensão, em defesa do ambiente e dos recursos naturais, dos e das imigrantes... são outros bons exemplos de convergência que demonstram como as maiorias sociais fazem toda a diferença. Mudar a vida enquanto vivemos é a força que nos anima.

Se há dez anos atrás os arautos da desgraça alheia anunciavam a vida efêmera da convergência das esquerdas e dos homens e mulheres que se mobilizaram em torno de um novo projecto político, cá estamos nós a contradizer esse prenúncio, esse desejo incontido e essa piada fácil sobre o desentendimento das esquerdas. O Bloco nasceu e fez toda a diferença. Não só recuperou o conteúdo da palavra socialismo como foi porta-voz e proponente de propostas que marcaram as nossas vidas: a visibilização do desemprego como primeiro problema do país, a saída da clandestinidade dessa nova forma de exploração que é a precariedade, a reforma da segurança social, a defesa dos serviços públicos e da reforma fiscal como garante da democracia, a exigência da igualdade entre homens e mulheres com conteúdos concretos (contra a violência de género, pela paridade e pelo direito ao divórcio simplificado). O Bloco nasceu e desestabilizou a teoria.

O caminho que percorremos é complexo porque exige de nós uma capacidade de diálogo e de estabelecimento de pontes que superam a mera declaração de intenções. Com avanços e recuos este foi o caminho que escolhemos experimentar e que alterou as nossas vidas. Demos passos decisivos no processo de recomposição da esquerda, renovamos a política e transformamos o país.

Por isso este é o caminho que devemos continuar a percorrer. Apoiar e sobretudo lançar movimentos sociais que respondam às contradições do capitalismo são a forma de combatermos a miséria em que este país se tornou e a desesperança em que transformaram as nossas vidas.

O ano eleitoral que se avizinha é fundamental neste jogo de forças. Impedir a maioria absoluta de Sócrates e a prossecução das políticas neoliberais é o mote que nos deve animar. Para derrotar Sócrates precisamos de ter o país mobilizado contra a

destruição dos serviços públicos: os professores e as professoras em defesa da escola pública, os e as utentes em defesa do serviço nacional de saúde, os trabalhadores e as trabalhadoras em defesa do emprego com direitos e contra a precariedade... Travar a ofensiva contra os direitos sociais passa por desconstruir o discurso que apresenta este caminho não como uma escolha política, mas como único possível. Nesse sentido, todas as pontes devem ser lançadas à esquerda, todos os diálogos devem ser encetados, todas as experiências devem ser feitas. Quebrar o aparente unanimismo do PS em torno das propostas e políticas do Governo é um sinal que queremos que seja dado aos eleitores e às eleitoras. Resgatar as vozes de esquerda que existem no PS, na sua base militante e eleitoral, as que votaram contra o Código do Trabalho como quiseram ser fieis ao compromisso pelo respeito pelos casamentos gays, é uma forma de desestabilizar o unanimismo e contribuir para a emergência de um pensamento crítico e autónomo relativamente às escolhas que podem ser feitas para o país. A recomposição da esquerda e o impedimento de uma nova maioria absoluta de Sócrates passa pois por desestabilizar o próprio PS. A incomunicabilidade das esquerdas impede a criação de maiorias sociais e deixa o terreno livre ao neoliberalismo do Governo.

Se há mais esquerda para além da última réstea de socialistas do PS com quem queremos encetar diálogo, a verdade é que vemos o PCP cada vez mais fechado sobre si mesmo, mais sectário e arrogante em relação à outra esquerda, mais empedernido em busca da pureza ideológica. Velhas formas de fazer política não respondem à urgência da recomposição da esquerda. Formas cristalizadas de pensar a resposta social e política aos problemas do país não contribuem para a conquista de novos direitos e novos modos de vida. Sectarismo e controleirismo dos movimentos sociais aniquilam a capacidade de acção. Se o PCP é parte importante da esquerda, se com o PCP devemos ter todas as convergências possíveis, como, aliás temos tido, não queremos, porém, para nós o papel de Penélope do PCP.

A manta que queremos construir para derrotar Sócrates deve juntar toda a esquerda que se mobilize contra o neoliberalismo. A convergência dos homens e mulheres de esquerda é a melhor resposta que podemos dar à crise porque só a mobilização contra a destruição dos serviços públicos e dos direitos sociais poderá garantir a derrota de Sócrates. Esquerdas incomunicantes são a cereja em cima do bolo da governação socialista. Desestabilizar a teoria das esquerdas fechadas sobre si mesmas é a resposta que temos para construir as maiorias sociais que podem mudar o país.

FALTA CUMPRIR PELO BE UMA NOVA POLÍTICA

ADRIANO CAMPOS ADERENTE Nº 3120 ANA BÁRBARA PEDROSA ADERENTE Nº 6447 ARIANA MEIRELES ADERENTE Nº 4519

DIOGO SILVA ADERENTE Nº 5272 JOÃO RODRIGUES ADERENTE Nº 6565 JORGE PEREIRA ADERENTE Nº 4632

JOSÉ MIRANDA ADERENTE Nº 5076 FILIPE ROLÃO ADERENTE Nº 6794 NUNO MONIZ ADERENTE Nº 4325

1. A política democrática e a des-mercadorização são a única resposta à crise: o socialismo enquanto luta concreta.

A política é a única resposta possível à crise, nesta fase avançada do capitalismo. Depois de quase três décadas de neo-liberalismo é mais urgente que nunca um regresso às escolhas políticas transformadoras, às pessoas e uma inversão completa em todo processo de des-democratização da sociedade para um outro de des-mercadorização. A relação de forças sociais espelha-se na capacitação desmesurada da classe dominante em influenciar o rumo político, corrompendo e espartilhando o alcance democrático e decisório da maioria das populações. E é daqui que surge um olhar sobre o conflito que o BE vai vivendo.

Todo o combate ao capitalismo exige que se lute por um reforço das políticas de esquerda e da democracia, que passa, também, pelo corte com as práticas e ideologias do aparelho estatal. O BE não pode ter ilusões sobre os limites perversos do instrumento institucional, sendo que, ao mesmo tempo, não deve temer o potencial transformador que o mesmo faculta: o BE deve ousar o poder sempre que se apresente a possibilidade de melhorar, objectivamente, as condições materiais, imateriais e da democracia, sem no entanto ceder às lógicas esgotadas de um Estado distante dos cidadãos e que, sem dúvida, foi sendo moldado para executar políticas de classe. A transformação socialista usa o poder do Estado ao mesmo tempo que o destrói. A forma de não querer discutir o poder é o slogan anti-poder e a cristalização táctica erigida em dogma. A esquerda socialista não abdica de nenhum campo de batalha ao mesmo tempo que não se deixar domesticar pelas instituições.

2. A centralização e a acomodação institucional destroem a alternativa

Nesta fase de crescimento, tem que ser essencial para o BE, enquanto organização e enquanto política, o combate ao centralismo e às rotinas institucionais em toda a linha: desde a direcção nacional aos núcleos e aos autarcas, até ao trabalho com movimentos. A institucionalização e a centralização, na alternativa que representamos, apenas poderão conduzir à derrota. Isto significa, também, abrir o campo político a actores excluídos: movimentos académicos, imigrantes, grupos sem palavra nem voz. E significa uma organização com mais democracia, que falta. Mais debate político nos núcleos e menos tarefas sem discussão. Mais debate sobre política nacional sem a colonização pela intervenção autárquica. Agendas políticas de interven-

ção distrital e regional. Mais ligação entre o grupo parlamentar e as estruturas do BE, com consulta sobre iniciativas.

Um movimento que pretenda o socialismo tem de ser uma corrente forte na sociedade e tem de ser um espaço de democracia organizada – ou seja, tem de querer ser mais que uma organização de quadros valiosos e boas ferramentas de comunicação. Isso passará, necessariamente, pelo reforço urgente da formação política interna e pelo intensificar do debate interno capaz de resultar em decisões políticas com larga amplitude de participação.

3. Porque nos aCorrentamos de novo?

O debate político não deve, portanto, estar confinado aos três espaços de sempre: às estruturas de direcção, às correntes e às iniciativas voltadas para fora. As estruturas de direcção são importantes, mas limitadas: não podemos ter um BE em que só os “dirigentes” discutem a política. As correntes têm o seu papel, mas excluem por princípio, porque preferem fazer o debate entre quem partilha de uma determinada posição dentro do partido. As iniciativas voltadas para fora são fundamentais, mas inibem: porque há temas que queremos discutir com a confiança que nos dá sermos parte de uma organização.

As diferentes heranças políticas que convergem no BE e o fortalecem não podem restringir a necessidade de ultrapassar definitivamente velhas práticas nem, muito menos, limitar a transparência e o conflito no pensamento político formado em espaço comum. Combater a institucionalização para envolver as pessoas no BE enquanto espaço de activismo anti-capitalista e democracia de base não pode ter como resposta voltar ao fechamento nas correntes ou concebê-las como os espaços que vão resolver o problema da democracia, da participação e da formação política. As correntes são espaços longe de envolver pessoas, que fazem muitas vezes iniciativas viradas para dentro e com início e fim nos mesmos, muitas vezes sectárias. Nas correntes empenhadas em construir o BE (que são aquelas que o têm dirigido), o que de bom têm (reflexão política e ideológica, por exemplo) esgota-se na vontade de criar espaços paralelos de discussão, de troca de informação e de distribuição do poder interno e que tornam menos transparentes os espaços do próprio Bloco.

Por isso, é preciso nunca desistir de começar de novo no que não vai bem. Que as Convenções sejam espaço de pensamento crítico e de balanço. A crítica e o debate são as condições de uma prática política aberta e transformadora.

METAMORFOSES E TRANSFORMAÇÃO

LUÍS FAZENDA ADERENTE Nº 1685

Ao longo dos últimos dois anos, Manuel Alegre mudou a face do debate à esquerda. Depois de uma candidatura presidencial à revelia da direcção do PS e com mais de um milhão de votos, Alegre transformou uma crítica partidária interna num debate público sobre a ortodoxia liberal que domina o Partido Socialista. Essa divergência concretizou-se em sucessivos votos no parlamento e em importantes iniciativas editoriais e públicas, como a revista Ops! ou as sessões do Teatro da Trindade e da Aula Magna.

Serão muitas as leituras sobre a necessária recomposição da esquerda. O nascimento do Bloco foi sem dúvida um momento fundador desse processo. Hoje, uma resposta forte à crise económica passa pela capacidade de convergência na recusa do programa social-liberal - privatização, precariedade, subsídio ao capital financeiro - e na afirmação de novas políticas em defesa do emprego, dos serviços públicos, do poder de compra.

O dado novo que o Bloco sublinha é que vêm do PS muitas das vozes que, como Manuel Alegre, têm assumido a crítica da governação, em defesa do SNS, da escola pública, dos direitos do trabalho ameaçados pelo código laboral. E é isso mesmo que faz soar o alarme nas hostes socráticas: esta fractura enfraquece a ofensiva e desorganiza o consenso do centrão. Manuel

Alegre sabe-o e assume-o em nome da sua ideia de esquerda. Pelo contrário, certa “ala esquerda” deste consenso **corre em defesa do governo**. “Que distância”, exclama Paulo Pedroso, “entre a imutabilidade deste Bloco e a metamorfose dos Verdes alemães nas duas últimas décadas!”. Não podemos estar mais de acordo: a conversão liberal e militarista dos Verdes de Joshka Fisher, que governaram com Schroeder, extinguiu aquele partido como alternativa e ajudou a abrir caminho ao actual governo de bloco central comandado pela direita. Na Alemanha, a esperança mora hoje no partido Die Linke, de Oskar Lafontaine, bem à esquerda do SPD/Verdes. Também por cá, a recomposição da esquerda implica clarificações essenciais, em vez de conformismos como o de Pedroso, defensor do Código Vieira da Silva/Van Zeller ou do alinhamento com a NATO.

A recente iniciativa da Aula Magna, com a riqueza dos temas que definem a esquerda hoje, mostra que é este o itinerário dos debates convergentes: política a política, alternativa a alternativa, tomando o partido da maioria da população, a mais desfavorecida. Esse é o compromisso da esquerda, um projecto de poder - o poder de transformar a vida. Ninguém espere do Bloco um mero certificado de metamorfose.

O TERRITÓRIO NÃO ESCAPA AOS TENTÁCULOS DO CAPITAL

CELINA ADRIANO ADERENTE Nº 6179

O capitalismo veio promover o enriquecimento desenfreado do lóbi do betão e legitimar a especulação tanto no imobiliário como nas operações urbanísticas de alteração da classificação do uso do solo, permitindo a acumulação “obscena” de capitais por alguns, sobre bens que deveriam ser de todos.

Portugal é dos raríssimos países do mundo ocidental em que é permitido o enriquecimento dos proprietários, através de uma simples alteração da classificação do uso do solo.

Para a instalação da plataforma logística na lezíria ribatejana, transformou-se administrativamente terreno da Reserva Agrícola Nacional (RAN) com capacidade agrícola excelente (Classe A), em terreno urbano de uso terciário, contribuindo para graves problemas ambientais. Áreas de infiltração e de leito de cheia do Rio Tejo, que permitiam a estabilização hidrológica e que cumpriam esta função enquadradas na Reserva Ecológica Nacional (REN) e na RAN, passaram a estar impermeabilizadas e a contribuir para o impacto negativo no ordenamento do território.

O desordenamento do território cresce baseado na referida especulação e de interesses capitalistas, acentuando as desigualdades sociais e a baixa qualidade de vida e ambiental.

O Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), através da figura urbanística do loteamento, que dispensa a obrigação de a montante executar um Plano de Urbanização e/ou Plano de Pormenor, que induza planeamento sustentado do território, veio transformar a paisagem urbana num somatório de interesses privados.

O caso dos três edifícios reunidos num só na Av. Infante Santo em Lisboa e os condomínios fechados que crescem pelo país, que administrativamente se subtraem aos procedimentos de um planeamento e ordenamento coeso, que traduza uma imagem de cidade coerente, são o exemplo acabado da perversão imobiliária “apadrinhada” pelos poderes públicos.

Estas situações são tanto mais agravadas quanto temos políticas que promovem a densificação urbana, baseadas exclusivamente em razões puramente economicistas, em detrimento de uma ocupação territorial sustentável.

O Estado ao permitir a especulação imobiliária põe em causa o n.º 1 do Artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, que consagra para a todos(as) o direito a habitação condigna. O mesmo artigo na sua alínea c), n.º 2, prevê que o Estado estimule, com subordinação ao interesse geral, a construção privada com vista a habitação própria ou arrendada. Por outro lado compete-lhe ainda legislar sobre os limites em que é admissível o exercício do direito à propriedade. Diversos estudos apontam que as políticas de subvenção e de isenções fiscais oferecidas

na compra a habitação, têm contribuído catastroficamente para o aumento dos preços deste bem essencial, bem como para o reforço e o enriquecimento da burguesia.

Sócrates em nada alterou esta situação e continua a incentivar a acumulação de mais-valias nas transacções imobiliárias, que deixam cair o interesse geral em benefício do interesse de alguns, encorajando uma economia alicerçada na construção civil, no lóbi do betão, que veio descaracterizar o território estimulando o sector a construir para 25 milhões de habitantes quando na realidade somos apenas 10 milhões. Cavaco Silva quando era primeiro-ministro gabava-se de Portugal ser o país da Europa que consumia mais cimento.

Estas políticas públicas, inqualificáveis, têm promovido o défice de habitação condigna para as pessoas e excesso de fogos devolutos, impulsionando ainda casos “gritantes”, como por exemplo: os fogos habitacionais do Parque das Nações, só foram efectivamente habitados, em média, após a terceira transacção, revelando que estas acções serviram apenas para acumulação de capital; o nosso litoral, que se transformou em autênticas *ciudades fantasma* na maior parte do ano, graças à ideia cavaquista de que o país seria o campo de férias da Europa, acabou com as economias locais e obrigou toda a população a adaptar-se ao novo “modelo” preconizado nos maus instrumentos de ordenamento do território, contribuindo para o caos urbano e a má qualidade de vida destes locais.

As sociedades imobiliárias e os lóbis financeiros manobram os governos, convencendo-os a promover junto das populações o acesso à propriedade, legitimando a solução burguesa de aquisição de habitação, através de créditos ao imobiliário “para toda a vida”, que depois se constituem em fundos para especulação bolsista, enriquecendo sempre os mesmos.

A população é assim feita produto/refém do sistema capitalista, ao se sentir rica após adquirir um bem imobiliário ainda que a crédito. Normalmente tratam-se das poupanças de uma vida que, a qualquer momento, ou por efeito da volatilidade dos mercados ou por aumento das taxas de juro, afinal resultaram na falência familiar.

Todas estas situações só podem ser alteradas com políticas e políticos, que de uma vez por todas, tenham a coragem de atacar o cerne do Capitalismo e exigir a captura total das mais-valias, pelo estado, sobre as transacções imobiliárias.

É preciso que o Bloco assuma a liderança na denúncia destas situações, com propostas assertivas contra o modelo Capitalista.

EM 2009 PARTICIPAR NOS EXECUTIVOS DE JUNTA – UM SALTO EM FRENTE NO TRABALHO AUTÁRQUICO DO BLOCO

BERNARDINO ARANDA ADERENTE Nº 4657

Fui uma vez passar umas férias a casa de um funcionário do PCP que tinha sido “destacado” para o distrito de Viseu para preparar as eleições autárquicas.

A principal tarefa desse meu amigo era reatar contactos e fazer listas para as Juntas. Um dos principais problemas era o facto de vários militantes já se terem comprometido em participar noutras listas, com outros amigos e vizinhos.

Não é que tenha havido um “desvio ideológico” generalizado, mas a questão é que – para além de serem militantes que tinham um contacto muito ténue com o Partido devido a dificuldades de organização – o trabalho numa Junta de Freguesia não é tanto motivado por questões ideológicas, mas sim antes, por razões relacionadas com a prestação de um serviço público e de envolvimento com a comunidade. É sobretudo vontade de participar na Administração Local, o gosto do contacto com as populações, os seus anseios e problemas e a disponibilidade para os ajudar a resolver e a ser o seu intermediário junto ao poder público.

As fronteiras partidárias estão mais esbatidas na actividade das Juntas de Freguesia e não são elas que dividem realmente os eleitos. Foi por isso que aqueles militantes se tinham juntado a outras pessoas para “irem para a Junta”...

Também foi por isso mesmo que, após a Revolução de Abril, se desenhou o funcionamento das Juntas como as características que hoje conhecemos: É sempre necessária uma maioria para formar o Executivo. É a própria Lei que incentiva à gestão partilhada por cidadãos de diferentes proveniências políticas.

Serve esta história para dizer que é um erro de percepção encarar a Junta de Freguesia como “uma mini-câmara Municipal” ou, pior, como um “mini-parlamento”. A mistura entre estes vários planos não ajuda nada o Bloco a “romper” no plano do trabalho local e a começar a consolidar a sua cultura autárquica.

As competências das Juntas de Freguesia são de facto muito limitadas e os seus orçamentos são muito magros. As Juntas não implementam propriamente “políticas”. Funcionam antes como uma espécie de front-office do poder local, junto dos cidadãos, para as mais variadas questões e problemas do quotidiano, que vão desde o buraco no passeio aos problemas sociais.

Creio que o Bloco de Esquerda tem toda a vantagem em que cada vez mais eleitos se envolvam na vida quotidiana das Juntas de Freguesia, isto é, no seu Executivo.

É lá o lugar por excelência para conhecer o tecido social, económico e cultural da freguesia: Quem são as pessoas, quais são as associações e colectividades, quais são os problemas... E também, não menos importante, como funciona a máquina administrativa pública, que contributo podemos dar para que funcione melhor e para que melhor sirva os cidadãos.

Sem prejuízo de fazer obviamente todas as análises e avaliações do contexto local, a orientação geral devia ser de disponibilização para participar nos Executivos de Junta, em conjunto com outras forças de esquerda e movimentos de cidadãos, desde que asseguradas as condições básicas de honestidade e transparência na gestão.

Para além das questões da honestidade e da recusa de benefícios pessoais, o trabalho do Bloco nas Juntas deve pautar-se pela defesa intransigente dos interesses populares, pela ligação às populações como componente essencial de uma gestão democrática e participada, pelo assegurar de informação e esclarecimento sobre o andamento, respostas ou ausência de respostas aos problemas locais, pela valorização do papel dos trabalhadores da autarquia, pelo fomento e apoio ao associativismo e a outras formas de intervenção colectiva, pelo respeito dos cidadãos e garantia dos seus direitos face à administração, etc.

É todo um “programa” de esquerda – certamente – que está intimamente ligado ao património político do BE, mas que passa mais pela disponibilidade e características pessoais e éticas do próprio eleito do que pelo facto de ele ter sido eleito nas listas do PS, CDU ou qualquer outra força ou movimento.

O trabalho nos Executivos de Junta por parte dos nossos eleitos, prestigia e alarga a influência do Bloco, permite um contacto muito mais largo com as massas, que é também fundamental para o desenvolvimento do BE e dos seus quadros, mas também – mais importante ainda – pode fazer toda a diferença no que diz respeito à luta pelo desenvolvimento sustentado, ao aprofundamento da democracia e à resolução de determinados problemas concretos das populações.

OUSAR O SOCIALISMO, TAMBÉM NA JUVENTUDE!

JOÃO REIS ADERENTE Nº 3966 HUGO BASTOS ADERENTE Nº 4967 DIANA CURADO ADERENTE Nº 6327 NUNO GERALDES ADERENTE Nº 4520

MANUEL AFONSO ADERENTE Nº 4752 FLÁVIA PULIDO ADERENTE Nº 5282 BRUNO MENDES ADERENTE Nº 3659

ANDRÉ RODRIGUES ADERENTE Nº 6537 PEDRO FIDALGO ADERENTE Nº 3654

Durante o Governo Sócrates, um dos sectores sociais que mais tem sofrido ataques é, sem dúvida, a juventude.

No Secundário, as mobilizações do final de 2008 demonstraram o desagrado face às políticas para o sector, como as aulas de substituição e o novo estatuto do aluno. No Superior, apesar de ainda não se ter traduzido em acções, o descontentamento é bem visível, provocado pelo valor exorbitante das propinas, pela introdução de empresas na gestão das universidades pelo RJES, por um Processo de Bolonha que aumentou excessivamente a carga de trabalho e pelo sub-financiamento crónico, que ameaça de falência todo o sector público deste nível de ensino.

Perante esta situação, importa-nos, enquanto jovens do BE, analisar como foi a nossa acção junto da juventude.

No Secundário, onde tínhamos um défice de aderentes, conseguimos, com a campanha do SEQSO e com a realização de alguns debates, resultados positivos. No entanto, esta falhou enquanto campanha nacional, tendo-se limitado a Lisboa e, com menor expressão, ao Porto. Locais como Viseu, ou mesmo Felgueiras, nos quais já tínhamos trabalho de secundário, ficaram mais de fora, porque o seu trabalho não se centrava exclusivamente na questão da Educação Sexual, única bandeira do SEQSO, quando no início da referida iniciativa os estudantes se manifestavam principalmente contra as aulas de substituição. O SEQSO falhou também na medida em que previa a criação de um movimento alargado de activistas muito para lá do BE, o que, em geral, não aconteceu.

Junto dos universitários, tal como decidido na IV Conferência de Jovens do BE, tentámos construir colectivos de activistas nas faculdades e universidades. Contudo, contam-se pelos dedos os colectivos existentes e que actuam regularmente. FAE-UC? AGIR-UM? SALTA-FMUL? Reage-Politécnico da Guarda? MUDA-FCUL? Digam mais se se lembrarem.

Por que continuamos a não conseguir transformar a nossa simpatia entre os jovens em trabalho organizado nas escolas e universidades? É a pergunta a que temos de dar resposta. A maioria da direcção do BE, representada na actual Moção A, tem tomado opções que consideramos menos acertadas:

- As campanhas junto dos jovens precários têm dependido bastante dos jovens universitários do BE, que poderiam estar a construir colectivos nas suas escolas. Contraditoriamente, as questões ligadas ao combate à precariedade não passam pela CNJBE, já que a maioria argumenta que o que foi votado na IV Conferência foi centrar o activismo nas faculdades.
- O activismo nos colectivos universitários e mesmo nas secundá-

rias tem-se afastado muitas vezes das questões que mais afectam os estudantes, como as propinas e Bolonha. Privilegiam-se quase exclusivamente os debates ou iniciativas relacionadas com temas diversos, que sendo importantes não são essenciais numa altura em que cada vez mais os estudantes perdem o direito de acesso à Educação.

- Consideramos ainda que a institucionalização do BE, às mãos da actual direcção, tem tido um impacto negativo no trabalho da juventude. Como exemplo disso, bastará dizer que muitos dos jovens que tiveram ou têm um papel importante no activismo jovem do BE são colocados em trabalho de sede ou parlamentar, que sendo importante, não deve ser o centro da acção de um partido como o BE.

Assim, de forma a colmatar algumas destas falhas e melhorar a nossa intervenção, propomos:

- Que o trabalho dos jovens do BE seja melhor discutido, acompanhado e preparado colectivamente. Para isto os activistas devem organizar-se por universidade ou escola, com reuniões regulares que os ajudem a concertar esforços para impulsionar as lutas estudantis.
- Que seja aprofundado o trabalho de apoio às regionais por parte da CNJBE, bem como do Grupo Parlamentar à CNJBE.
- Que os jovens do BE se esforcem para que a intervenção dos colectivos dê resposta às preocupações concretas dos estudantes da instituição onde actuam, dos problemas quotidianos e da luta pela sua resolução.
- Que o trabalho nos colectivos não impeça, mas antes fomente, a intervenção nos órgãos pedagógicos e de gestão das escolas e faculdades, nas associações de estudantes, bem como junto das residências universitárias.
- Que o BE seja um instrumento de formação política dos activistas, que melhor os arme para levar a política do partido para fora deste. Assim, é fundamental que as iniciativas nacionais, como o Acampamento, privilegiem a discussão política, e que se organizem outras iniciativas, como uma escola de formação, para reforçar este aspecto.

Queremos um BE militante, democrático e combativo, voltado para o trabalho de base, que esteja nos movimentos (sem os controlar, mas neles intervindo com política e democracia) e impulse as suas lutas. Não queremos um partido institucionalizado, centrado em eleições e campanhas sobre as propostas a apresentar no Parlamento! Consideramos que os jovens, pelo seu dinamismo e radicalidade têm nesta tarefa um papel fulcral. É também esse desafio que, enquanto Moção C, trazemos a esta Convenção!

ORGANIZAR A LUTA CONTRA A OPRESSÃO DA MULHER NO SEIO DA CLASSE TRABALHADORA

DIANA CURADO ADERENTE Nº 6327 FLÁVIA PULIDO ADERENTE Nº 5282

CRISTINA PORTELLA ADERENTE Nº 996 JOANA OLIVEIRA ADERENTE Nº 4262

A opressão, ou seja, a utilização das diferenças entre indivíduos – sejam elas de sexo, orientação sexual, opção religiosa, etnia ou cor de pele – para lhes retirar direitos e/ou explorá-los não nasceu com o capitalismo. Mas este sistema, melhor do que qualquer outro, usa a opressão como meio para explorar mais, para dividir a classe trabalhadora e desmoralizar grandes sectores da sociedade na luta contra a exploração.

A opressão da mulher na sociedade capitalista tem como forma de expressão o machismo, que se manifesta em ideias, palavras, actos ou leis que discriminam e inferiorizam a mulher, desqualificam-na enquanto indivíduo e vinculam a suposta superioridade do sexo masculino. Desta forma, a burguesia consegue pagar-lhe salários mais baixos que os dos homens, aumentando a sua taxa de mais-valia; ao forçar-lhe o cumprimento gratuito da dupla jornada de trabalho – as tarefas domésticas e cuidado dos filhos e idosos –, o estado desobriga-se de criar meios alternativos (creches públicas, lares de idosos, lavandarias colectivas, etc.) e, assim, economiza recursos para empregar em investimentos mais lucrativos para a classe que representa; ao impor à mulher o exercício de actividades de pouco prestígio social e profissional e/ou mal remuneradas, estigmatiza essas mesmas tarefas e quem as executa, para mantê-las a custo mínimo.

Os últimos dados estatísticos fornecidos pela UE espelham esta realidade: a taxa de mulheres dos 15-64 anos empregadas é 14,4% menor que a dos homens. Se as mulheres tiverem filhos menores de 12 anos a situação agrava-se, diminuindo a sua taxa de emprego, em relação às restantes mulheres, em 13,6%. As mulheres ganham em média menos 15% que os homens e estão mais sujeitas ao trabalho precário: 31% das mulheres faz trabalho part-time, contra apenas 7,8% dos homens. Assim, não é estranho que estejam em maior risco de pobreza (rendimento 60% menor que o salário médio nacional) que os homens, com um risco de 21% versus 16%.

O governo de Sócrates mantém-se fielmente ao serviço da burguesia, facilitando a exploração das mulheres. A vitória do “Sim” no referendo de 11 de Fevereiro foi uma conquista democrática de extrema importância, em particular para as mulheres trabalhadoras, pois eram elas que não podiam pagar clínicas privadas no estrangeiro. No entanto, apesar de permitir esta lei, o Governo PS/Sócrates iniciou uma campanha de destruição do SNS, fechando maternidades e urgências, ao mesmo tempo

que mantém muitas mulheres com subsídios de maternidade inferiores ao salário mínimo. No final deste mandato, o número de creches públicas continua escandalosamente insuficiente para servir a população e as mulheres, que não têm nenhuma instituição onde deixar os seus filhos. As infra-estruturas do Estado de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica continuam a ser irrisórias, obrigando muitas delas a viver sob o mesmo tecto do homem que as agride e de quem dependem economicamente.

Um partido de esquerda que defende a classe trabalhadora não pode ver a luta feminista fora do contexto da luta de classes.

A mulher trabalhadora é uma das principais vítimas da política de Sócrates e da burguesia, seja pelo aumento da precariedade, desemprego e exploração, seja como principal visada pela destruição acelerada dos serviços públicos. Por isso, a acção do BE deve ser a de apoiar a mobilização das mulheres trabalhadoras, a sua inserção no partido, nos sindicatos e nos locais de trabalho, de forma a manter as suas reivindicações específicas como mulheres ligadas à luta pelas reivindicações gerais da classe trabalhadora.

É, sem dúvida, fundamental a defesa dos direitos democráticos das mulheres, quando até poderemos ter – é verdade que cada vez mais eventualmente – como aliadas e aliados mulheres e homens que não pertencem à classe trabalhadora. No entanto, como a contradição entre as classes sociais é transversal às contradições de género, orientação sexual e cor de pele, inclusive utilizando-se destas para manter a classe trabalhadora sob o jugo dos patrões e dos seus governos, a luta contra a opressão das mulheres, dos/as LGBT e do negros não deve ser alienada da luta contra a exploração.

A história mostrou-nos, através da luta das mulheres, dos/as negro(a)s e dos/as LGBT, que a conquista de direitos democráticos não é o ponto final na opressão: a opressão vai continuar a existir enquanto existir o capitalismo. Por isso, a luta contra a opressão faz parte da luta pelo socialismo e, portanto, pelo fim do capitalismo. Por isso, a organização dos oprimidos deve privilegiar os partidos da classe trabalhadora e os sindicatos, e não se limitar a grupos de activistas independentes, alguns dos quais chegam a incluir sectores da burguesia, que nunca irão querer levar a luta contra a opressão até à ruptura anticapitalista.

CRISE E RADICALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

OTÁVIO RAPOSO ADERENTE Nº 1058 FLOR NEVES ADERENTE Nº 3396

O século XXI deixou para trás a América Latina das ditaduras militares dos anos 70 e 80, e trouxe a das grandes mobilizações de massa e dos governos populares e populistas de esquerda, como o de Lula no Brasil, Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador ou Fernando Lugo no Paraguai. Algumas das lutas mais emblemáticas foram a dos professores e da população de Oaxaca no México, por melhores condições de trabalho e contra a repressão policial do governo; as greves operárias no Chile; as mobilizações contra o Tratado de Livre Comércio na Costa Rica; e as greves gerais no Peru e na República Dominicana.

Os primeiros anos do século XXI também foram de crescimento económico: Argentina (8%), Venezuela (8%), Peru (4%) e Brasil (3,5% em 2006). Mas um crescimento baseado na exportação de matérias-primas (a maioria das terras cultiváveis do Cone Sul do continente transformou-se num “mar de soja”, substituindo produções tradicionais) com boa cotação, até então, no mercado mundial e no saqueio das riquezas pelas multinacionais, em especial petróleo e gás (a YPF argentina, por exemplo, hoje é controlada pela espanhola Repsol). A Venezuela possui as maiores reservas de petróleo e de gás do continente, a explicar a tentativa de golpe contra Chávez em 2002, e a Bolívia, as segundas reservas de gás, que se transformaram num dos eixos da luta antiimperialista na região e nos conflitos com a burguesia. A dívida externa da América Latina – calculada em 742 mil milhões de dólares em 2006 pelo FMI – também foi outro elemento que funcionou como uma espécie de aspirador da riqueza latino-americana.

O centro da luta anti-imperialista foi o combate à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), política com a qual os Estados Unidos da América (EUA) pretendiam aumentar a sua dominação na região. Mas não pode aplicá-la como pretendia, graças às contradições com o imperialismo europeu e à resistência popular.

A luta anti-imperialista também envolveu o combate às políticas do Brasil, que cumpre o papel de uma espécie de sub-metrópole regional, responsável por cerca da metade da América do Sul em termos de território, população e PIB. Ao contrário do que acontece nos demais países, o Brasil viveu até agora uma situação de relativa acalmia social, patrocinada pelo governo Lula através das migalhas concedidas a uma população miserável, como a bolsa família. Beneficiado pela valorização dos preços

das commodities, pelos altos preços do petróleo e pela exploração das economias regionais, em especial da Bolívia, o governo Lula tem destinado 4,5% do PIB ao pagamento da dívida externa. O Banco Central manteve a taxa de juros acima dos 10% anuais, a mais alta do mundo, com o objectivo de conseguir novos empréstimos para pagar a dívida, façanha que o governo disse ter cumprido no início de 2008, mas que os economistas de esquerda contestam.

Apesar de um discurso antiimperialista mais radical, a política dos demais governos populares da América Latina não diferem muito da levada a cabo por Lula. O chamado “Socialismo do Século XXI”, de Chávez, mistura discursos nacionalistas e antiimperialistas, política sociais compensatórias (as “missões”) e algumas nacionalizações, no marco de uma economia que se mantém capitalista.

Do ponto de vista militar, aumentou a dependência dos EUA. Alguns exércitos, como o colombiano e o salvadorenho, estão de facto sob o comando norte-americano. O Plano Colômbia pretende combater a guerrilha, reprimir o narcotráfico e controlar militarmente os países andinos. A intervenção militar no Haiti sob mandato da ONU e o comando do Brasil seguiu, na prática, orientação do governo Bush. Desde o dia 1 de Junho de 2004 que o país está ocupado, com os soldados estrangeiros a reprimir as manifestações que exigem o fim da ocupação.

A crise capitalista mundial já começa a alterar o quadro de relativo crescimento económico e a agudizar a luta social na América Latina. A começar pelo Brasil, o que representará um salto qualitativo na situação da região. O governo Lula teve de admitir, depois de muitas negativas, que a crise chegará ao País, enquanto trabalhadores da General Motors paralisaram a produção contra o anúncio de férias colectivas em Outubro de 2008. Além da indústria automobilística e da construção civil, a agro-indústria, responsável até agora pelo resultado positivo da balança comercial, também está a ser afectada. Na verdade, a crise já chegou ao País, mas ainda está no começo.

A previsão para a América Latina no próximo período não difere muito das demais: agudização das lutas sociais e choques cada vez mais violentos com governos que, apesar de alçados ao poder como fruto da mobilização popular, estão a desiludir os trabalhadores, ao tentarem conciliar os interesses inconciliáveis do capital e do trabalho.

PRECISA-SE INTERVENÇÃO SINDICAL COMBATIVA

ANTÓNIO GROSSO ADERENTE Nº 730 JOÃO PASCOAL ADERENTE Nº 1005

O período de debate para a VI Convenção coincide com uma situação de forte crise da economia capitalista, no mundo e também em Portugal. A recessão que já era conhecida, foi agora oficialmente assumida pelos governantes, e neste ano de 2009 vão colocar mais problemas aos trabalhadores, torna-se ainda mais urgente a necessidade de uma nova resposta dos trabalhadores, mais combativa e democraticamente construída na base.

O desemprego, o trabalho precário e os baixos salários, que já eram os principais problemas dos trabalhadores e dos jovens vão agora agravar-se por duas razões: por mais falências e deslocalização de empresas e pelas políticas que os patrões sempre aplicam para manter o crescimento dos lucros, e que são despedir uma parte dos trabalhadores e aumentar ritmos e tempos de trabalho para os que ficam.

Aos trabalhadores cabe lutar para defender os seus postos de trabalho e os seus salários, mas a vitória das suas lutas depende em grande parte da política de quem dirige as organizações representativas dos trabalhadores. E, o que temos visto, ano após ano, luta após luta, é que a esmagadora maioria dessas organizações têm direcções que se mostram incapazes de serem firmes na luta e conseguir vitórias. Muitas direcções sindicais nem sequer querem que existam lutas porque a vida deles se resume à acção administrativa de escritório (onde nem sequer cumprem o horário) e à presença em todos os foruns e reuniões nacionais e internacionais (com especial apetência para estas últimas), estão neste caso a maioria das direcções dos sindicatos da UGT, mas não só. Outras direcções sindicais, particularmente as dos sectores actualmente mais combativos da classe trabalhadora (Professores, Sector Público e Autarquias, Transportes e Telecomunicações) têm outra postura e organizam as lutas e greves dando resposta aos anseios e pressão da classe, mas estão sempre à espreita da oportunidade de chegar a um acordo rápido para desmobilizar a luta e nunca se alcançam as vitórias que a base deseja (caso recente da mobilização dos Professores e do 'memorando' assinado pelos sindicatos, em Abril de 2008), é o caso da maioria das direcções dos sindicatos CGTP.

Neste contexto, a moção C presente na VI Convenção do BE, reafirma a urgência do Bloco alterar a sua postura em relação à intervenção na classe trabalhadora (nos 'efectivos' e nos precários).

Todos (todas as moções) concordam que "O Bloco de Esquerda não tem para o movimento sindical a visão estratégica do controleirismo partidário", como escreve a Moção A, mas essa posição não pode, nem deve, significar que se abandonem os trabalhadores à actual situação e que os sindicalistas do BE se coloquem na posição de comentadores críticos das próprias direcções sindicais a que muitos pertencem sem nada fazerem para construir alternativas sindicais combativas que possam vir a colocar novas propostas de luta e de organização democrática no seio dos trabalhadores, nos sindicatos e nas CT's. Os quadros do BE não podem limitar-se à teoria na "escola do sindicalismo" apenas como docentes ou discentes em palestras sobre história da luta de classes. Temos de estar na classe e assumir as lutas nas organizações dos trabalhadores.

O BE não pode limitar-se a fazer propaganda e alguma agitação no movimento sindical e junto dos trabalhadores precários. Consideramos muito positivas algumas das iniciativas dos 'Precários Inflexíveis' e a organização do MayDay, mas ficar-se por este tipo de iniciativas sem organizar trabalhadores precários dentro das empresas é insuficiente para começar a modificar a situação. O trabalho de organização com Folhas/Boletins em Empresas ou Sectores é uma nossa proposta para organizar trabalhadores precários dentro das empresas.

No movimento sindical e nas CT's, os activistas do BE devem organizar-se para intervir com o programa que tem sido o património comum dos Encontros do Trabalho do BE: a democracia sindical, o respeito pelas decisões da base (assembleias gerais, plenários), uma postura reivindicativa e sempre a consulta da classe para decidir sobre a acção negocial e as propostas de luta (convocar e desconvocar as greves e outras formas de luta); a organização sindical e o direito de tendência, o limite de mandatos como profissionais sindicais (para que os dirigentes não se esqueçam que pertencem à classe trabalhadora).

Com base neste programa, diversas vezes votado nos Encontros, deveremos propor a outros activistas (independentemente da sua filiação partidária) a organização de movimentos/tendências para disputar a direcção das ORT's, só assim poderemos avançar para uma alteração do actual sindicalismo que se pratica em Portugal, só assim poderemos acabar com o sindicalismo burocrático, reformista e capitulador, com horário das 'nove às cinco'. Os trabalhadores e os jovens precisam de um sindicalismo combativo e democrático, o Bloco de Esquerda e os seus militantes sindicais têm a responsabilidade de também neste campo dar o seu apoio.

PAU-PAU-PAU

MARGARIDA FELGA ADERENTE Nº 371

Vêm aí as eleições, *pau-pau-pau*, é preciso juizinho e unidade, pá. *Parlamentariza, pá, parlamentariza*, que temos um bom grupo parlamentar e mesmo que não haja apoio para os eleitos autárquicos não faz mal. Pois os núcleos estão isolados entre si e não trocam experiências e há pouca discussão, e depois? Foram só 10 anos, mais 20 e isto vai, pá! Rumo ao socialismo pela porta pequenina. E se a malta passa e desaparece, oh pá, temos pena e nem se fala mais disso.

Quero impor o calor por decreto. Porra, está frio. Que é como quem diz: ai querem investimento público para criar emprego e contrariar a crise? Então isolem termicamente as casas das pessoas, subsidiem o tipo de coisas que são fáceis de fazer e que poupam energia – e deixem lá o TGV...

Quero discutir o nosso papel nessa Europa que dá com uma mão e tira com outra e nos impede de produzir o que comemos. Importamos 65% do que comemos, pá, pode ser este o caminho para a sustentabilidade? Ecológica ou económica? Pagam-nos renda para sermos dependentes? O D. Fernando é que sabia, quero uma *Lei das Sesmarias 2009*. Porque é que a felicidade há-de estar num horizonte fechado entre dois prédios, porque não dar condições a quem quiser ocupar os campos e trabalhar a terra? Terra a quem a quiser cultivar, viver com mais calma e sem trânsito - em formato biológico.

Representa, irmão, representa... Aderiste a um movimento para ter quem te escreva os textos bonitos que assinas por baixo e que deixam tudo por resolver? Qual é o limite da confiança política? Mas pronto, lá te mandam para casa quilos de informação por tratar e tu perdido no meio de tanto *junk mail* – *foi você que pediu informação à pázada?*

Ai, com que então BD, não. Ai que os jornalistas vão achar que não levamos isto a sério, pá! QUANDO É QUE PERDEMOS O SENTIDO DE HUMOR? Quando é que a arte deixou de ser uma forma de passar a mensagem, quando é que normalizámos e cubificámos e cristalizámos no sistema ortorrômbico?

Porreirinho. A malta lá concorda com o essencial e o resto são *por-me-no-res*. E vamos dançando com quem quer melhorar a saúde do neo liberalismo e lá se vai adiando o mundo diferente. *Convergência, pá, convergência...*

Quero mais BD e menos destes regulamentos de convenção que tratam os aderentes como potenciais malfeitores, que se não se tem cuidado isto ainda sai do controlo. PRIMÁRIAS, PÁ! Delegados que já vêm de cabeça feita para votar numa dada moção. E depois chegamos lá e ratificamos tudo e lemos o resto nos jornais. E tu ficas por casa, a ver a tua televisão e a dormir cedinho e a ir à bola e a resmungar contra o Sócrates, calvice para o raio do gajo. PIM.

NA LINHA DA FRENTE NA DEFESA DA DEMOCRACIA INTERNA NO BE

CARLA MENDES ADERENTE Nº 2389 NUNO GERALDES ADERENTE Nº 4520

Nos últimos anos, a organização/metodologia interna no BE mudou significativamente em alguns aspectos que infelizmente não conduziram a uma maior aproximação e participação activa da base do BE.

Até há pouco tempo, os militantes de base nos vários grupos de trabalho existentes no BE, tinham a autonomia de eleger directamente a suas coordenadoras, que iriam organizar as respectivas actividades. Neste momento, só o grupo de trabalho dos jovens mantém essa característica democrática e os camaradas da moção A, no seu programa nesta VI Convenção, não definem se é para continuar a ser a base dos jovens a eleger a sua coordenadora ou será a mesa nacional a fazê-lo. Não se percebe porque é que, quem milita e conhece de facto o seu grupo de trabalho, não pode eleger democraticamente a sua respectiva coordenadora? Agora, é a mesa nacional, que decide quem será a coordenadora dos grupos de trabalho sem se auscultar a base desses grupos de trabalho. Ao contrário da moção A, moção C, continua a falar claro sobre esta questão e a defender que se volte a confiar totalmente à base do BE a eleição de quem consideram os melhores camaradas, na coordenação nos seus respectivos grupos de trabalho.

Até há pouco, no órgão máximo de decisão do BE, a Convenção, independentemente do número de delegados eleitos por moção, o número de intervenções associado a determinada moção, não estava estipulado à partida. Actualmente, o tempo total de “direito de antena”, para além das intervenções iniciais e de encerramento das moções, é proporcional ao número de delegados eleitos. Portanto, quem elege mais delegados tem sempre mais tempo de intervenção total durante a Convenção.

No episódio do acordo do BE com o ministro número dois do Governo Sócrates/PS para a capital do país, é grave que os militantes do BE tenham tido conhecimento da efectivação desse acordo pela comunicação social antes que a Mesa Nacional (órgão soberano no BE entre Convenções) sequer tenha sido ouvida. A Mesa Nacional foi apenas auscultada passado mais de um mês depois do acordo efectuado e amplamente publicitado nos media. **Mais grave ainda do que a Mesa Nacional não ter sido auscultada é o facto do acordo de Lisboa ter sido clara-**

mente oposto ao que, poucas semanas antes, uma Assembleia da Concelhia de Lisboa (em finais de Maio de 2007), deliberou. Nessa Assembleia, amplamente participada por militantes de base, se decidiu com larga maioria, que “qualquer acordo pós-eleitoral para a Câmara de Lisboa, teria que ser claramente contra a direita (PSD e CDS/PP) e contra o Governo Sócrates/PS.” Um acordo realizado precisamente com o ministro Costa, número dois desse Governo, não respeitou a decisão democrática dos aderentes de base do BE do Concelho de Lisboa. Sabemos, que apesar de grave, infelizmente este facto é pouco conhecido dos militantes de base do BE fora do Concelho de Lisboa.

Em todos estes “episódios” os militantes do BE da moção C, estiveram na primeira linha da defesa intransigente do direito à participação democrática de todos os militantes do BE e no cumprimento do votado democraticamente pela base. Os camaradas e os delegados do BE, independentemente da lista/moção na qual foram eleitos, sabem que continuaremos na defesa inabalável pela democracia interna no BE.

A democracia não é meramente rectificar o que já está decidido. É sobretudo o direito a poder apresentar e sufragar propostas diferentes, em condições de igualdade entre todas as sensibilidades, respeitando o que é assim decidido pela maioria. **Assim se aproxima e estimula a participação da base. Assim se constrói um movimento/partido democrático e combativo. Assim queremos ajudar a construir e fortalecer o nosso BE.**

Defendemos:

- Que os jovens de base do BE continuem a poder eleger directamente a sua coordenadora e o mesmo para todos os grupos de trabalho dentro do BE;

- Que o tempo de intervenções durante a Convenção não seja condicionado pelo número de delegados eleitos por cada moção;

- Que a ordem intervenções durante a convenção, bem como as intervenções durante os debates entre as moções, sejam aleatórias. Dessa forma, não prejudicando, nem beneficiando qualquer moção em particular.

ECO-SOCIALISMO, JUNTAR FORÇAS À LUTA SOCIAL

PEDRO VARELA ADERENTE Nº 5281

Nas últimas convenções e conferências de jovens, o BE tem defendido, e bem, que a defesa do ambiente consequente é indissociável do socialismo, que o carácter predatório do capitalismo é estrutural e que as políticas do chamado capitalismo verde são claramente insuficientes.

Não desprezando a importância do comportamento individual, claramente os maiores problemas ambientais estão associados ao modelo de produção existente, ao estímulo constante ao consumismo desenfreado através da publicidade e à falta de uma economia planificada decidida colectivamente, onde só se produziria o que é realmente necessário para a satisfação das populações.

A questão que se coloca há já vários anos é a de como passar da teoria à prática? Como ganhar uma maioria social também para resolver os problemas ecológicos do nosso concelho ao nosso mundo? **Esse é o maior desafio da actualidade que está colocado aos eco-socialistas!**

Sem dúvida que devemos continuar a fazer seminários, palestras, colóquios onde se permita a discussão e a elaboração sobre os mais variados temas ecológicos. No entanto, a realidade demonstra-nos que, infelizmente, isso não tem sido suficiente para mobilizar as populações para as causas do ambiente. Duma forma geral, as chamadas questões ecológicas ainda são associadas, pela maioria da população, a mais taxas injustas que sobrecarregam a carestia de vida de quem trabalha.

Os camaradas da moção C, propõem inequivocamente que, como BE, temos que ir além dos auditórios, dos parlamentos e temos que trazer para as ruas a questão ecológica, ganhando a população para essa luta. A nossa proposta para mobilizar as populações na luta ecológica é que **esta tem que estar necessariamente ligada à luta pela justiça social.**

Uma concretização desta política seria, por exemplo, relacionada com as emissões de gases com efeito estufa (G.E.E.). O estado português prepara-se para pagar uma relevante quantia em penalizações por ter ultrapassado a meta da emissão de G.E.E. com que se comprometeu no protocolo de Quioto. Defendemos que o estado em vez de gastar milhões de euros em “multas” internacionais, deve antecipar-se e investir esses milhões na redução substancial dos preços dos transportes públicos colectivos e melhoria significativa da sua qualidade e regularidade. Com um maior uso dos transportes públicos em detrimento do transporte individual, Portugal reduzirá significativamente as suas emissões de G.E.E. e por consequência terá proporcionalmente uma redução da “multa” internacional. Acreditamos que é por

aqui o caminho, de ganhar as pessoas para a causa ambiental, não a dissociando de uma luta por uma sociedade mais justa. No sentido oposto, acreditamos, por exemplo, que a introdução de taxas para carros à entrada das cidades, são medidas que prejudicam apenas a população trabalhadora que, mal servida de transportes públicos, não poderá pagar para trazer o carro, mas ficará também sem alternativas viáveis e de qualidade.

Neste sentido, em sede da Coordenadora Nacional de Ambiente, na reunião de 25 de Outubro de 2008, propusemos uma campanha que procura exactamente associar a luta ambiental com a luta por mais justiça social e melhor qualidade de vida para a maioria da população e não apenas para alguns. Essa campanha foi aprovada com as propostas que abaixo indicamos e que achamos fundamentais serem levadas a cabo pelo BE:

Grande campanha nacional, não só com propostas concretas no parlamento, mas sobretudo na rua com distribuição de flyers/volantes, de debates com as populações e eventuais iniciativas conjuntas com outros movimentos defendendo:

- *Redução de 50% do preço dos transportes públicos colectivos (bilhetes e passes);*
- *Renacionalização da GALP, contra o cartel das gasoleiras e pela socialização dos lucros de um sector energético estratégico a favor das populações;*
- *Toda a receita da chamada taxa ecológica deve ser canalizada exclusivamente para a melhoria da rede de transportes públicos colectivos;*
- *Transportes públicos colectivos de qualidade e com maior regularidade.*

Congratulamo-nos com a aprovação desta proposta e comprometemo-nos a continuar na primeira linha na defesa e concretização desta campanha nacional, com o intuito de garantir que esta seja um sucesso. Consideramos que esta campanha nacional, se realizada como foi proposta e aprovada, permitirá elevar a consciência social e ambiental das populações, mobilizando as pessoas para eventuais acções de protesto/exigência a desenvolver com outros movimentos da sociedade e atraindo mais pessoas para o fortalecimento do Bloco de Esquerda.

É por um BE verdadeiramente eco-socialista, que não dissocie a luta ecológica da luta por justiça social e pelo fim do capitalismo, que continuaremos a lutar.

TRABALHO SINDICAL E PRECARIEDADE

DÉLIO FIGUEIREDO (PRECÁRIO AEROPORTUÁRIO) ADERENTE Nº 3697 **JOÃO ANTUNES** (TRABALHADOR DE CALL-CENTER) ADERENTE Nº 616

CARLOS ORDAZ (PRECÁRIO AEROPORTUÁRIO) ADERENTE Nº 997 **TIAGO CASTELHANO** (TRABALHADOR DA PT) ADERENTE Nº 2259

JOANA OLIVEIRA (DESEMPREGADA) ADERENTE Nº 4262 **ANDRÉ PESTANA** (PROFESSOR CONTRATADO) ADERENTE Nº 235

RAQUEL OLIVEIRA (ESTAGIÁRIA NÃO REMUNERADA) ADERENTE Nº 3686 **LUÍS FRANKLIN** (PSICÓLOGO A RECIBOS VERDES) ADERENTE Nº 887

Nos nossos dias, a ideologia dominante vai conseguindo, através dos media, colar a imagem dos “sindicatos” à de organizações atrasadas que “impedem a economia de se tornar mais competitiva”.

Ao mesmo tempo, muita esquerda tende a assimilar um discurso sobre o trabalho sindical como algo fora de moda ou impossível de se fazer na actual realidade, devido ao crescimento da precariedade. Consideramos que abdicar ou adiar a batalha pela organização dos trabalhadores enfraquece a esquerda e dá mais espaço aos burocratas sindicais e aos patrões.

É verdade que a maioria dos sindicatos está burocratizada, blindada à democracia, com direcções cristalizadas que travam, mais do que impulsionam as lutas dos trabalhadores. Mas tal como outras conquistas que hoje temos tendência a desvalorizar, muitos trabalhadores morreram para que hoje tenhamos o direito à sindicalização – o direito à organização independente dos trabalhadores, como uma classe à parte e oposta à burguesia.

Os sindicatos são organizações dos trabalhadores e uma ferramenta essencial na defesa dos seus interesses. Abdicar destas organizações, abdicar da batalha pela sua recuperação para as lutas, abdicar de disputar as direcções às burocracias que crescem no mundo sindical, é no fundo abdicar da luta nos locais de trabalho. É deixar à mercê do patrão e do burocrata sindical os trabalhadores que se dispõem a lutar.

Sem dúvida, que a precariedade não só aprofunda a exploração e aumenta o lucro para o patrão, como dificulta a organização dos trabalhadores, pois a instabilidade do seu vínculo laboral e o medo por esta gerada é sempre um faca apontada contra o trabalhador. Também sabemos que a maioria dos dirigentes sindicais tem como única preocupação os trabalhadores efectivos, e deixa consecutivamente sem resposta as reivindicações e preocupações dos trabalhadores precários.

Impulsionando e dando apoio a actividades como o Mayday, o BE tem dado um contributo fundamental para tornar visível o problema da precariedade. Todavia, é preciso ir mais longe e começarmo-nos a organizar nos locais onde trabalhamos.

Cabe-nos criar alternativas. Lado a lado com quem trabalha, de forma democrática e combativa, com todos os cuidados no que diz respeito à segurança dos activistas (ser reconhecido numa

actividade pública para quem é precário, pode significar o desemprego), mas sem nunca deixar de dizer o que é necessário ser dito.

Se não é possível apresentar uma alternativa à direcção do sindicato ou à comissão de trabalhadores, que se edite um boletim. Construir núcleos que reúnam regularmente, discutam e façam sair um jornal/boletim é um pequeno início, mas também um extraordinário avanço na organização de uma nova geração de activistas que não vê soluções no panorama actual. A mudança da sociedade passa por esta nova geração com disposição para o activismo e sem a experiência de derrotas passadas.

Não há “movimento em rede” que substitua a militância diária nos nossos locais de trabalho. É preciso multiplicar as experiências de organização nos locais de trabalho, a edição de boletins, panfletos, blogs, sobre a realidade de cada empresa, a fundação de núcleos (que começam sempre por ser pequenos) que permitam avanços mais sérios e estruturados.

Aquilo que se passou na recente luta dos professores com a assinatura do “Memorando” mais não foi do que o exemplo nacional de um fenómeno que vai acontecendo silenciosamente em muitos sectores. Nas negociações eternas que terminam numa mão cheia de nada para os trabalhadores, nos discursos com a mesma retórica do patrão que ao fim e ao cabo subtraem “as dificuldades com que a empresa se depara” aos salários dos trabalhadores, na colaboração com as administrações para despejar os custos da crise nos ombros de quem trabalha, na negligência declarada perante a precariedade que engorda as máfias das empresas de trabalho temporário, na estrutura sindical que mais parece uma agência de viagens, etc. Infelizmente, os exemplos não faltam.

Não há tempo a perder! Se hoje “20 % dos pobres são trabalhadores” e cada vez mais a precariedade é a regra, não poderemos continuar a assobiar para o lado. Não podemos deixar esta realidade crescer e estarmos ausentes como trabalhadores organizados, onde a nossa presença poderia ser mais decisiva. Tomar esta luta nas nossas mãos é a única forma de impedir mais traições sindicais, mais ataques patronais e governamentais, é a única forma de tomarmos o futuro nas nossas mãos e verdadeiramente mudá-lo.

10 ANOS DO BLOCO DE ESQUERDA, “O CAMINHO FAZ-SE CAMINHANDO”

ANTÓNIO LAGE ADERENTE Nº 2253

“O anjo da história têm o rosto dirigido para o passado... e onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele, vê uma catástrofe única a seus pés. Ele gostaria de ficar, mas a tempestade que sopra do paraíso empele as suas asas para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto assiste ao amontoado de ruínas a crescer até ao céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso”. Paul Klee/Gerhard Schrolen/Walter Benjamin.

Assim como que “num amontoado de ruínas que cresce até ao céu”, as crises do modelo Capitalista vão crescendo irreversivelmente, de ciclo em ciclo, a caminho da mãe de todas as crises (climática, económica, bélica, social etc) ou seja, a caminho da **Tempestade perfeita.**

Entregues à sua sorte as incontáveis vítimas do Neoliberalismo, há muito que perderam o apoio daqueles que sob um manto de falsas promessas (nomeadamente socialistas) de prosperidade geral e bem estar social ao serviço do interesse público, **mais não fizeram que colocar os Governos e os Estados à disposição dos grandes grupos financeiros ou dos oligopolios, numa lógica de protecção e favorecimento dos interesses privados ou do capital financeiro, em detrimento das populações e da sua qualidade de vida, sacrificando ainda os trabalhadores.**

A tempestade a que se chamava progresso, Neoliberal, **era uma ilusão** (confirmado por Alan Greenspan) e sabemos hoje que entre o risco de falências de peso mundial, quer seja de sectores da economia ou de Países por inteiro (GM, Chrysler, Citigroup, Islandia, Ucrânia, Letónia, Argentina, Equador), também há o risco de milhares de pessoas perderem as suas pensões (muitos deles a sua única fonte de rendimento). **As revoltas sociais podem surgir.**

Uma das consequências mais dramáticas desta crise é ainda o nº de desempregados (para a OCDE mais 20 milhões até 2010 sendo que só nos EUA em 2008 foram mais 2 milhões) que ela trará, ou então a ideia que o chamado programa de combate à pobreza OBJECTIVO DO MILÉNIO, de redução para metade da pobreza extrema no mundo até 2015, está completamente posta de parte. **Uma falha dolorosa.**

“As minhas asas estão prontas para o voo
Gostava de voltar para trás
Se ficasse tempo sem fim
Pouca seria a minha sorte”

É então neste contexto que o Bloco de Esquerda chega não só ao seu décimo aniversário mas também à sua sexta convenção.

Nascido de uma vontade de refundação da esquerda, o BE prepara-se para dar continuidade, a um projecto político de sucesso inegável na sociedade Portuguesa (a ideia pós eleições 2005 vaticinada de que o BE “seria então como uma bicicleta, que iria abrandar e como tal tombar para o lado,” mostrou-se completamente descabida de realidade).

O Bloco de Esquerda soube aprender imenso com o seu passado, mas também soube evoluir e adaptar-se aos **tempos da pós modernidade.** Sem perder as suas raízes, mas na senda de um socialismo evoluído, actual e não cristalizado ou sectário, o bloco soube praticar uma política Inclusiva, de “braços abertos”, onde sempre houve lugar para qualquer um de muitos (organizações, redes ou cidadãos) que se identificassem com uma verdadeira esquerda, uma esquerda mais social, fraterna, economicamente mais igualitária e tendo sempre em consideração as diferenças de cada um. **É através do fio condutor da pluralidade, que o Bloco de Esquerda encontra precisamente a sua unidade.**

O objectivo é então claro. Melhor redistribuição de riqueza, melhor educação, melhor justiça, diferente economia, maior combate à pobreza, luta pelo pleno emprego, mais bem-estar social e laboral, mais democracia, melhor ambiente, mais pluralidades, mais participação, melhor saúde. (entre muitas outras)

Os objectivos à muito que estão sonhados.

As concretizações finais virão, quando a nossa multidão, for maioritária.

O método é a esquerda socialista.

COMISSÃO DE DIREITOS, PARA QUÊ???

HELENA CARMO ADERENTE Nº 2050

Chegado ao fim o mandato que recebemos na última convenção e o balanço, não creio que pudesse ser mais frustrante. Nem 1 única reunião com todos os elementos presentes; apenas 3 deliberações, tomadas com atraso de meses! Constatei a inexistência de um arquivo da actividade da comissão de direitos, acessível na sede nacional, desde o primeiro mandato e neste último ainda não se conseguiu o “gesto” de solicitar a colaboração dos serviços administrativos do Bloco, para concretização deste procedimento elementar.

Desde que aderi ao Bloco de Esquerda e assumi a postura crítica divergente com as listas maioritárias, que me interrogo porquê se instituiu este organismo, com legitimidade de eleição directa em convenção, paralelo em “dignidade” com a mesa nacional.

O Bloco de Esquerda fará a sua VI convenção em Fevereiro e a busca de deliberações conhecidas, da comissão de direitos, não excede este número – 6

Sempre a pedido de algum aderente; quase sempre emaranhadamente incompreensíveis, quais acórdãos dos verdadeiros tribunais; quase sempre também, de efeito irrelevante na vivência interna bloquista.

Volto atrás, porquê as minhas dúvidas na razão de ser deste organismo?

A maior parte dos activistas e, pode dizer-se, a totalidade das organizações fundadoras, inspiradas na velha orgânica leninista de partido com centralismo “democrático”, tinham anti-corpos previsíveis a esta proposta. Na minha opinião, indutora duma ética organizativa que introduz a fiscalização sobre os organismos executivos e valoriza “as razões” do indivíduo.

Retomando a situação concreta. Quando incluída na lista A para

a mesa nacional, me apresentei pela 1ª vez, contra a maioria e o pseudo-unanimismo, na III convenção; pensei que a lista uninominal do João Delgado, cumpriria a função *de não condescender, de não ficar inerte...*

Devo registar que o seu voto contra, na deliberação sobre o direito de tendência e no “caso” Alexandre Azevedo Pinto, confirma essa minha convicção. Mas o facto de não ter aceite o meu convite para renovar a candidatura como primeiro, na lista que apresentámos à IV convenção, talvez diga algo de como é avassalador o sentimento de inutilidade inerente à presença num organismo de produtividade tão irrelevante!

Impõe-se uma referência à quase não participação do Bento Leonardo na comissão de direitos anterior. Estou convencida, de que é, em parte, resultante do sentimento a que me referi atrás, embora saiba que motivos de doença séria, o impediram muitas vezes, de comparecer às reuniões.

Esta reflexão que venho maturando ao longo dos anos e também a convicção profunda de que ninguém deve permanecer mais de dois mandatos consecutivos num “cargo”; levou-me a assumir o 1º lugar na lista que apresentámos à última convenção.

O “guarda-chuva” é a moção que subscrevi e apresentámos à anterior convenção. Mas a determinação, bem simples que trouxe para esta função, é a inversa da emblemática estátua – *não sou cega, não sou surda, não sou muda!*

O efeito desta minha determinação, será talvez tão insignificante para a vivência transparente, democrática e com igualdade de direitos para todos os activistas; como o foram os 2 mandatos que cumpri na mesa nacional...

Mas será igualmente inconciliável com o desrespeito por estas metas indispensáveis à construção de um movimento político, que quer mudar o mundo!

A FACULDADE DE LUTAR

VÍTOR FERREIRA ADERENTE Nº 5279, CATARINA PRINCIPE ADERENTE Nº 3418

Há mais de um ano atrás, na última Conferência de Jovens do Bloco de Esquerda, decidimos, por clara maioria, recentrar o trabalho e activismo dos jovens do Bloco nas escolas e faculdades. Na verdade, a grande parte dos jovens que hoje militam no Bloco e se envolvem nas estruturas de coordenação são estudantes. Acreditamos que os jovens devem trabalhar em conjunto com todos os militantes do partido nas mais diversas áreas, centrando, contudo, o seu activismo naquele que é o seu espaço social e do dia-a-dia. E esta é uma parte importante da identidade do Bloco. Mas importa perceber duas coisas também: não o fizemos partindo de um vazio nem o fizemos por acaso.

Não partiu do vazio porque se baseou na experiência de colectivos que foram surgindo. Não o fizemos por acaso porque cedo percebemos que, se esses colectivos estivessem dispostos a falar para alguém mais do que os seus constituintes, se fizessem as coisas de forma diferente, criativa e participada, se fossem diversos nas suas abordagens e temáticas, se estivessem dispostos a construir com as pessoas em vez de lhes “ensinar” ou “dizer como fazer”, se causassem confronto com os poderes instituídos e institucionais, essa seria a melhor forma de criar dentro das escolas uma cultura de disputa do espaço físico, social e político.

Devemos perceber as volatilidades e as flutuações do “movimento” e dos “movimentos”. Perceber estas condicionantes é compreender a dificuldade do trabalho nas escolas. É também abraçar o seu maior desafio. E servirmo-nos dessas características mais ou menos sazonais do “movimento” para justificarmos os nossos falhanços, ou do já clássico “as pessoas não querem saber” perante as dificuldades, é tão desresponsabilizador quanto conformista. Não tenhamos ilusões. Não serão apenas os colectivos de estudantes, nas suas pequenas geografias de acção, a recompor um movimento de milhares. Mas são neste momento a única solução credível e realizável que nos permite assegurar alguma continuidade de trabalho nas escolas, que nos permite ir além da “endogamia” e da segurança do “grupecinho”, que nos permite ultrapassar o estigma do “partido”, que nos leva ao encontro de mais gente, que nos permite adquirir experiência e conhecimentos organizativos, que polariza os espectros políticos e sociais convenientemente amorfos das faculdades.

Se cumprirmos com esse desígnio, o Bloco de Esquerda e os seus jovens seguramente crescerão. Não que isso deva ser para nós uma prioridade, um fim absoluto em si mesmo. Mais e novas pessoas serão sempre um reflexo do nosso trabalho. Nada mais natural.

A universidade: fazer de outra forma

Hoje as pessoas sentem dificuldades e problemas, mas não sabem agir perante isso. Dentro do individualismo e conformismo reinante, a dificuldade reside precisamente em arranjar soluções colectivas. A maior parte das pessoas nunca teve nenhuma experiência de mobilização e intervenção colectiva e, os poucos que tiveram, provavelmente terá sido marcada pela derrota e pelo descrédito. É precisamente essa a barreira do “não vale a pena” ou do “isso não altera nada” que é preciso derrubar. E só há uma forma de o fazer: é na luta e em conjunto.

Fomos aprendendo que a forma como fazemos é tão importante quanto aquilo que dizemos ou defendemos. Porque quando outros parecem dizer o mesmo que nós, e depois escolhem formas estranhas de fazer as coisas, será essa a nossa divergência e essa a nossa afirmação. E essa ruptura com as formas de fazer tradicionais deve fazer parte do nosso património político. Não invalidando o envolvimento e dinâmica que estar hoje (e sublinhe-se hoje) num órgão, num cargo ou numa associação de estudantes possa em determinados contextos criar, não pode ser um fim em si ou a garantia da transformação que desejamos. Na ausência de uma maioria social forte, comprometida e activamente envolvida, estaremos condenados a uma política inerte de gestão de poder e poderes.

Mas os caminhos fáceis não se resumem a esse. O mais fácil é fotocopiar o panfleto na sede, é discutir com os companheiros do partido e não nos movimentos, é usar o mesmo molde que usamos para fazer tudo, é rejeitar contributos de outras pessoas... Resumindo: escolher o seguro e confortável.

Importa aprender, para não repetir. Importa termos cultura e práticas de abertura, democracia, responsabilização, partilha de responsabilidades e tarefas, valorizar contributos, motivar participações, aproximar pessoas, construir em conjunto, lançar desafios, alargar a influência, e fazê-lo sempre com todas as pessoas que estão connosco e próximas de nós. Os estudantes, em conjunto, encontrarão os seus modelos, as suas formulações e as suas soluções. Sem fórmulas mágicas.

Hoje urge, nas escolas e universidades, o reavivar do movimento estudantil. A oportunidade existe e compete-nos a nós usá-la. Não é tarefa fácil, terá avanços e recuos, e seguramente não será imediata. Podemos pensar que oportunidades haverá sempre. Mas quantas mais teremos que desperdiçar?

(CONTINUAR A) LUTAR CONTRA A PRECARIEDADE

DIANA NEVES ADERENTE Nº 4636, JOÃO ROMÃO ADERENTE Nº 3559, MAFALDA COSTA ADERENTE Nº 3963,

MARCO MARQUES ADERENTE Nº 5160, RICARDO MOREIRA ADERENTE Nº 4622, RUI MAIA ADERENTE Nº 3967,

RUI VIEIRA ADERENTE Nº 4021, SOFIA ROQUE ADERENTE Nº 3595, TIAGO GILLOT ADERENTE Nº 636

Vivemos tempos de inequívoca intensificação da exploração do trabalho. No salário, mas não só: direitos antigos são agora vendidos como velhos – nas dificuldades atravessadas pelo movimento dos trabalhadores e trabalhadoras, impõe-se uma brutal realidade nas relações laborais, com uma cada vez maior desprotecção na desigual relação com o lado forte. Contratos a prazo, recibos verdes, bolsas de investigação científica, estágios ou nem isso. A precariedade promete impor-se como regra, apoiada na decisiva chantagem do desemprego e na força da ideologia flexi.

É hoje, portanto, decisivo imaginar respostas que possam organizar uma oposição a esta ofensiva. Para o fazer, é impossível dispensar a análise das condições desfavoráveis em que este confronto se desenvolve. Mas sabê-lo não pode significar desistir ou apenas afirmar a urgência de uma alternativa. É preciso criá-la, todos os dias, num quotidiano de intervenção e reflexão, com as vontades e capacidades de quem está e pensando em toda a gente que ainda falta.

Primeiros passos: juntar vozes para nomear a precariedade

Quando, em 2007, se realizou a primeira parada MayDay Lisboa no 1º de Maio, estava tudo por fazer. Foi uma iniciativa muito importante, porque demonstrou que havia espaço e vontade para finalmente iniciar um confronto urgente: um desfile próprio, dando visibilidade e voz aos precários e precárias, mas que se junta ao movimento geral de trabalhadores e trabalhadoras na manifestação da CGTP.

O MayDay Lisboa 2008 juntou já cerca de mil pessoas. Um crescimento importante, mas que tem explicação. A energia e a experiência de 2007 impulsionaram os primeiros movimentos: o FERVE, os Precários Inflexíveis (PI) ou os Intermitentes são exemplos, diferentes nas formas de intervenção e organização, que exprimem uma nova capacidade. Mas, sobretudo, a precariedade passou a ser uma palavra corrente, com uma relevância na agenda política difícil de imaginar há dois anos atrás. Entre todos os factores que contribuíram para esta mudança, é impossível ignorar a presença e a disponibilidade destas novas vozes, que souberam procurar novos caminhos para uma intervenção inadiável.

Apesar de todas as dificuldades, estes movimentos têm hoje alguma capacidade de intervenção: entre outros exemplos, o FERVE e os Intermitentes fizeram chegar petições à Assembleia da República que tiveram ecos importantes; o PI organizou recentemente os “Prémios Precariedade 2008”, uma iniciativa com força e que juntou muita gente. Mas o mais importante talvez seja sublinhar que existe hoje um trabalho continuado e

auto-organizado de precários e precárias, um cenário que representa um salto marcante.

Tanta coisa para fazer...

Estará muito por fazer para dar a volta à precariedade. Quase tudo, se calhar. Mas, antes de mais, é importante dizer que há hoje condições novas para esta luta difícil. Condições que não eram previsíveis até há bem pouco tempo e que desafiam e convocam toda a gente: quem hoje se junta a este confronto já não tem que ganhar uma palavra – precariedade – porque ela já existe e tem lugar no debate político. Era preciso criar esta possibilidade e é por isso que esta energia que se juntou nos últimos anos tem força para continuar e sabe que não podia deixar de tentar este caminho.

Existirão, obviamente, muitas ideias e todo o debate sobre o futuro é útil. É essencial que dele saiam contributos para alargar e não para estreitar perspectivas. Teremos que engrossar os protagonismos e a capacidade de intervenção e mobilização, aprofundar diálogos com pessoas e sectores que podem estar neste combate e, portanto, não perder a abertura no pensamento e na acção. Nenhuma possibilidade se deve desperdiçar, mas o pior seria forçar o que ainda não somos. Basta dizer que “dar a cara” significa quase sempre enfrentar o despedimento no dia seguinte.

Não podemos também cair na armadilha de comparações sem sentido ou falsas oposições. Há por aí muita gente a querer-nos na pele de concorrentes com o sindicalismo, tentando surfar outras ondas: a essa ofensiva, apenas aparentemente mais amigável, é preciso responder com a determinação de quem sabe que o caminho é outro, recusando contribuir para os ataques ao movimento sindical e procurando com ele um diálogo que, apesar de ainda pouco, já se vai fazendo.

Queremos continuar a lutar contra a precariedade. Conhecemos as dificuldades, mas temos toda a vontade para descobrir novas possibilidades. Sabemos que as propostas se descobrem na própria luta e no que ela junta: o precariado, a existir, tem no seu interior uma diversidade de ambições que seria irresponsável tentar contrariar.

São hoje, felizmente, várias as proveniências das vozes que se juntam para recusar uma vida sem perspectivas. Mas é também justo dizer que muito empenho se tem reunido entre militantes do Bloco para que isto esteja a ser possível. É preciso continuar este caminho, preparando os desafios que vamos descobrindo. Com vontade, abertura e imaginação, porque só assim é que faz sentido.

UMA DEFESA DO AMBIENTE CONSEQUENTE É INDISSOCIÁVEL DUMA LUTA ANTI-CAPITALISTA

ANDRÉ PESTANA ADERENTE Nº 235

Chegado ao fim o mandato que recebemos na última convenção e o balanço, não creio que pudesse ser mais frustrante. Nem 1 única reunião com todos os elementos presentes; apenas 3 deliberações, tomadas com atraso de meses! Constatei a inexistência de um arquivo da actividade da comissão de direitos, acessível na sede nacional, desde o primeiro mandato e neste último ainda não se conseguiu o “gesto” de solicitar a colaboração dos serviços administrativos do Bloco, para concretização deste procedimento elementar.

Desde que aderi ao Bloco de Esquerda e assumi a postura crítica divergente com as listas maioritárias, que me interrogo porque se instituiu este organismo, com legitimidade de eleição directa em convenção, paralelo em “dignidade” com a mesa nacional. O Bloco de Esquerda fará a sua VI convenção em Fevereiro e a busca de deliberações conhecidas, da comissão de direitos, não excede este número – 6.

Sempre a pedido de algum aderente; quase sempre emaranhadamente incompreensíveis, quais acórdãos dos verdadeiros tribunais; quase sempre também, de efeito irrelevante na vivência interna bloquista.

Volto atrás, porquê as minhas dúvidas na razão de ser deste organismo? Muitos poderosos e defensores do status quo já se aperceberam que a chamada causa verde, da defesa do ambiente, é uma fantástica e quase ilimitada oportunidade de sobrecarregar ainda mais as populações com mais taxas e/ou regras, com uma aparente capa de superioridade moral do chamado interesse colectivo e inter-geracional. Nós, Moção C, somos diferentes, não acreditamos que o chamado capitalismo verde vá solucionar a insustentabilidade ambiental do planeta sem mais invasões, guerras e o aumento criminoso do fosso económico entre os mais ricos e os mais pobres.

Somos eco-socialistas e enquadrámos os principais problemas ambientais do planeta no sistema económico-social e cultural em que vivemos, o capitalismo. Consequentemente recusamo-nos a separar a luta da defesa do planeta, da luta pela justiça social e pela superação do capitalismo.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A CARESTIA DE VIDA

O estado português prepara-se para pagar uma relevante quan-

tia em penalizações por ter ultrapassado a meta¹ da emissão de gases com efeito estufa (G.E.E.) com que se comprometeu no protocolo de Quioto. Defendemos que o estado em vez de gastar milhões de euros em “multas” internacionais, deve antecipar-se e investir esses milhões na redução substancial dos preços dos transportes públicos colectivos. Com um maior uso dos transportes públicos em detrimento do transporte individual, Portugal reduzirá significativamente as suas emissões de G.E.E. e por consequência terá proporcionalmente uma redução da “multa” internacional. Acreditamos que é por aqui o caminho, de ganhar as pessoas para a causa ambiental, não a dissociando de uma luta por uma sociedade mais justa.

Propomos/comprometemo-nos:

Grande campanha nacional, não só com propostas concretas no parlamento, mas sobretudo na rua com distribuição de flyers/volantes, de debates com as populações e eventuais iniciativas conjuntas com outros movimentos defendendo:

- Redução de 50% do preço dos transportes públicos colectivos (bilhetes e passes);
- Renacionalização da GALP, contra o cartel das gasolinehas e pela socialização dos lucros de um sector energético estratégico a favor das populações;
- Toda a receita da chamada taxa ecológica deve ser canalizada exclusivamente para a melhoria da rede de transportes públicos colectivos;
- Transportes públicos colectivos de qualidade e com maior regularidade.

Congratulamo-nos com a aprovação desta proposta pela comissão nacional do BE na reunião de 25 de Outubro de 2008. Comprometemo-nos a estar na primeira linha na defesa e concretização desta campanha nacional, com o intuito de garantir que esta seja um sucesso. Esta campanha nacional permitirá elevar a consciência social e ambiental das populações, mobilizando as pessoas para eventuais acções de protesto/exigência a desenvolver com outros movimentos da sociedade e atraindo mais pessoas para o fortalecimento do Bloco de Esquerda.

1 A meta estabelecida para Portugal pelo Protocolo de Quioto (para o período 2008-2012) é de um aumento de 27% das emissões em relação a 1990, que é o ano de referência. Os dados conhecidos actualmente indicam que Portugal aumentou cerca de 40%, ou seja 13% acima do limite fixado pelo Protocolo de Quioto.

QUE UNIDADES À ESQUERDA E PARA QUÊ?

GIL GARCIA ADERENTE Nº 637

Sócrates levou a cabo duros ataques aos trabalhadores e serviços públicos do país: o Código do Trabalho e o da Administração Pública, o Estatuto da Carreira Docente e a avaliação dos professores, a privatização do SNS, entre outras políticas, sempre com objectivo claro de beneficiar os interesses privados – leia-se a grande burguesia do país – e de tornar mais difícil a vida da maioria da população.

Com o início da crise económica viu-se mais uma vez a política do Governo PS de servir a classe dominante: salvam-se as fortunas dos ricos e corruptos e a maioria da população paga a factura. A máscara das políticas neoliberais caiu: afinal havia dinheiro, mas apenas para salvar os ricos.

Durante quatro anos, Sócrates teve como resposta às suas políticas grandes mobilizações populares como já não se viam há décadas no país. Desde os protestos contra o fecho dos SAP até às manifestações com mais de 2/3 dos professores, passando pelos protestos dos camionistas, até às mobilizações contra o governo de 150 mil trabalhadores, muitos foram os que saíram à rua para gritar a sua revolta contra este governo, para dizer que estas políticas não serviam.

Apesar do enorme descontentamento demonstrado, quando olhamos para as sondagens das eleições legislativas de 2009, o que vemos? Uma provável vitória de Sócrates (sem maioria absoluta), ou seja, mais quatro anos de ataques a todo e qualquer direito dos trabalhadores, jovens e reformados do país. Porquê? Será que era a única saída?

Estes últimos quatro anos também trouxeram mudanças ao panorama da esquerda em Portugal. Manuel Alegre começou a trazer a público divergências com Sócrates, e realizou, com o BE e outros sectores à esquerda, um comício e um fórum de discussão. Estas iniciativas romperam o isolamento à esquerda e trouxeram novas esperanças ao “povo de esquerda” e a todos os que, desiludidos com a política de Sócrates, lhe procuram alternativa.

É de sublinhar que o descontentamento com o governo se tem traduzido numa viragem à esquerda do país. Outros momentos houve, em que a desilusão com as políticas do PS levou a uma viragem à direita. Hoje é dada à esquerda a oportunidade de marcar a diferença: vejam-se os resultados das eleições regionais dos Açores ou as mais recentes sondagens, onde o BE e o PCP sobem nas intenções de votos.

Apesar das iniciativas conjuntas entre o BE e a ala de Manuel Alegre, é ainda a divisão que impera na esquerda. Alegre apesar das críticas a Sócrates e de algumas votações contrárias

à direcção do PS, mantém-se neste partido e recentemente votou favoravelmente (embora com declaração de voto) o OE para 2009. O PCP continua a acirrar o seu sectarismo contra o Bloco, ao mesmo tempo que o BE e Manuel Alegre, debaixo da desculpa de que eram iniciativas apartidárias, nunca convidaram formalmente o PCP a participar em pé de igualdade nos comícios realizados. Finalmente, desde a última Convenção, o BE decidiu privilegiar as alianças com o PS e sua ala esquerda (veja-se o Acordo de Lisboa celebrado com o nº2 do PS, António Costa), deixando de fora o PCP.

É esta divisão da esquerda que determina que até agora não tenha surgido espaço para a discussão de um programa anticapitalista, entre BE, PCP e ala de Manuel Alegre, que pudesse ser a base de um governo de esquerda em alternativa a Sócrates: um governo que fizesse os ricos pagar pela crise e não os trabalhadores, como acontece hoje e continuará a acontecer nos próximos anos.

A divisão à esquerda do PS, permite retirar a maioria absoluta a Sócrates e fazer o BE e o PCP crescer em deputados, mas não permite aquilo que o povo de esquerda deseja: correr com Sócrates/PS, pôr fim ao sofrimento causado à maioria da população pelas políticas deste governo. A esquerda perde assim oportunidade de fazer a diferença.

Por outro lado, ao mesmo tempo que se trabalhou para a construção de uma alternativa de esquerda anticapitalista a Sócrates, as unidades de esquerda que se vêm construindo com Alegre têm problemas graves. Por um lado, relegam para segundo plano a questão programática, predominando o programa mais recuado de Alegre e diluindo o programa do BE. Por outro lado, são unidades “mancas” na medida em que não incluindo o PCP, não cumprem o principal objectivo da unidade, construir uma alternativa para derrotar Sócrates, o PS e a direita. A nível autárquico, esta política tem tido a sua concretização na preparação de “listas de cidadãos” que mais não são que convergências eleitorais entre o BE e Manuel Alegre, e muitas vezes até com elementos do PS mais afectos à direcção. Esta unidade mais do que constituir uma alternativa ao PS, prepara-se para o apoiar, como aconteceu com Sá Fernandes e Helena Roseta em Lisboa.

Por isso, é precisa unidade sim, mas para combater o PS/Sócrates, para fazer os ricos pagarem a crise e construir uma alternativa anticapitalista – não para sustentar as políticas que os exemplos históricos e internacionais já demonstraram falhadas.

A CONVERGÊNCIA DAS ESQUERDAS

JORGE COSTA ADERENTE Nº 635

Os debates da VI Convenção do Bloco de Esquerda fazem-se num tempo crítico. É hora de soar alarmes quando a propaganda oculta uma guerra de extermínio. É hora de soar alarmes quando milhões de vidas são atingidas pelo “horror económico” da crise do capitalismo: desemprego, incerteza, pobreza, fome. Vinte anos depois da queda do muro de Berlim, vêm de Gaza e Wall Street os derradeiros desmentidos das promessas imperiais de paz e prosperidade. A esquerda é chamada.

A crise colocou em apuros ideológicos a ofensiva liberal. Instalou-se a desconfiança sobre o projecto privatizador e de desmantelamento dos serviços públicos, de precarização das relações de trabalho e esvaziamento da organização popular. Neste tempo, a instabilidade política torna-se crónica: os executantes da austeridade desgastam-se rapidamente e os limites da alternância vão ficando escancarados. Quando governa, a social-democracia histórica vive dramaticamente a contradição entre os interesses da sua base popular e a profundidade da sua adesão ao consenso de Washington.

Uma ruptura no PS?

Na Europa, a conversão social-liberal dos Partidos Socialistas provoca fracturas históricas. Quando o assunto é “novo partido”, é frequente evocar-se o exemplo alemão (cisão Lafontaine do SPD, fusão com o PDS leste-alemão e formação do novo partido Die Linke). O SPD foi a principal referência política do movimento operário alemão, um dos mais potentes da Europa. Por isso é que uma cisão liderada pelo ex-ministro Oskar Lafontaine pode reunir milhares de militantes, entre eles muitos sindicalistas, em redor da defesa do Estado Providência e das conquistas históricas da classe trabalhadora alemã.

Pelo contrário, em Portugal, as origens do Partido Socialista não se encontram no movimento dos trabalhadores, onde a sua organização sempre foi reduzida. Essa é uma explicação essencial para que as vozes mais à esquerda do PS tenham sido sempre uma expressão partidária restrita, localizada nas instituições e sem diferenciações relevantes perante a governação do PS (10 dos últimos 15 anos). Ora, em particular com a sua intervenção recente, Manuel Alegre rompe justamente com esta última tradição: além de iniciar um percurso público e parlamentar de confronto com as opções fundamentais da governação do PS, contribuiu decisivamente para a abertura de um debate, inédito nos últimos 30 anos, sobre políticas alternativas ao consenso do centrão. É esse trabalho de diálogo que o Bloco tem feito. É a mais importante mudança nas esquerdas nos últimos trinta

anos – estamos orgulhosos de ter contribuído para esse caminho de unidades.

Este debate deve ser profundamente valorizado pela esquerda anticapitalista. Pelo que ele representa: uma deslocação da crítica anti-liberal para dentro do campo político e social do PS. E pelo que pode representar no futuro: um novo começo para milhares de homens e mulheres de esquerda, que partam do pensamento das respostas à crise mundial para uma nova ideia de socialismo e uma nova hegemonia anticapitalista à esquerda.

Um governo alternativo?

Valorizar a convergência das esquerdas é portanto recusar o senso comum jornalístico que tudo reduz a arranjos de aparelhos ou a exercícios de aritmética eleitoral. No debate desta Convenção, valorizar a convergência das esquerdas é recusar a facilidade da proclamação fantasmagórica de um governo alternativo (v. Moção C, texto de João Delgado em 6cn.bloco.org). Os trabalhadores sentem a dificuldade de uma relação de forças em que estão desfavorecidos. Portugal viveu resistências sociais importantes, mas que não conseguiram nenhuma vitória significativa no período mais recente (excepto a legalização do aborto). Pelo contrário, fecham-se empresas, o governo consegue acudir aos milionários e penalizar quem menos tem. Não houve resposta social à aprovação do Código do Trabalho (excepto a oposição do Bloco, do PC e de Manuel Alegre). Neste contexto adverso, nacional e internacional, é preciso tirar lições da participação da esquerda alternativa em experiências governativas fracassadas, como a da Refundação Comunista em Itália. O Bloco não pode responder às dificuldades das lutas populares semeando ilusões eleitoralistas e dizendo à população que tudo se resume a correr para um governo que não existe.

Dizer aos trabalhadores que podem esperar pelas eleições e contar com um futuro governo que os vai salvar, por arranjos eleitorais impossíveis (com que programa? Com que composição?) é do domínio da fantasia pura. Pior: é desviar as lutas para a impotência. Pelo contrário, o Bloco diz aos trabalhadores que o governo é seu inimigo e que só a luta compensa, e junta-se a todos quantos querem quebrar a maioria absoluta de Sócrates.

A convergência das esquerdas exige a verdade da política de hoje: responder à ofensiva liberal, desenvolver a experiência e o protagonismo popular, enfraquecer o poder de Sócrates e fazê-lo a partir do mais largo espectro político. A luta pelo poder é um compromisso de fundo. É a essa chamada que responde quem faz a convergência das esquerdas.

DEMOCRACIA INTERNA E POLÍTICA

JOSÉ GUSMÃO ADERENTE Nº 3283

Um dos temas que tem sido alvo de debate dentro do Bloco é o da Democracia Interna. Entre críticas justas e injustas, foram levantadas (por camaradas de todas as moções, diga-se) questões importantes acerca da forma como se articula e funciona o Bloco e das insuficiências que continuamos a ter a esse nível. Este debate é fundamental e estruturante para o Bloco. É por isso que é vital que ele seja feito de forma séria, o que implica da parte de todos alguns compromissos:

1. A comparação do funcionamento do Bloco com o de outras organizações políticas não pode chegar para nos deixar satisfeitos - O Bloco tem problemas de funcionamento e todos esses problemas, sem excepção, são problemas de Democracia e são problemas de Política. Ignorá-los seria recusar um dos propósitos fundadores do nosso Partido, que é o da construção de uma organização política de Esquerda em que a pluralidade e diversidade são vistas como uma razão de força e não de fraqueza.

2. Este tema não é para “pôr a render” - As teorias conspirativas são uma manipulação e uma demonstração de má-fé, cuja única consequência é a destruição do debate, não apenas sobre as escolhas políticas que estão em jogo nesta convenção, mas sobre o próprio debate que se afirma querer lançar.

3. Avançar com propostas concretas é uma responsabilidade de todos não apenas da direcção ou de uma moção particular - Muitos camaradas fazem muitas críticas e poucas ou nenhuma propostas. Mas a recriminação, por si só, não é uma política. Todos merecemos mais. E do conteúdo das Moções B e C não consta nenhuma proposta a este nível a não ser a da Convocação de um Encontro sobre organização (na moção B). Essa proposta merece ser discutida, mas trata-se apenas de adiar esse debate desta convenção para um momento futuro.

O Bloco não tem um problema estatutário

As moções B e C apresentam propostas de alteração dos Estatutos. No entanto, parece-me evidente que não existe no Bloco um problema de direitos formais.

Existem, isso sim, problemas do ponto de vista das condições organizativas para o exercício efectivo desses direitos pelos militantes. Esses problemas manifestam-se ao nível da integração de novos militantes, da promoção do debate e decisão políticos a todos os níveis, da circulação de informação, etc. São expressão dos problemas de organização que o Bloco mantém, ao nível da sobrecarga dos activistas, da concentração de funções em poucos aderentes, da incapacidade para integrar, envolver e distribuir responsabilidades aos que vão chegando.

O Bloco enfrenta ainda desafios no apoio aos eleitos, que aumentaram exponencialmente depois das últimas eleições autár-

quicas. A representação do Bloco no plano local exige um trabalho massivo de apoio político e técnico. O crescimento orgânico é, por natureza, muito mais lento, o que cria um desfazamento entre as necessidades e o que os nossos recursos permitem suprir.

O que foi feito

Mas não é verdade que nada tenha mudado a este nível. Ao longo dos últimos anos, alguns destes problemas tiveram respostas várias. Através do Correio da Mesa, o Portal, a Revista Virús, o Rede Local, criaram-se ou ampliaram-se espaços de debate e circulação de informação dentro do Bloco. O Grupo Parlamentar reforçou fortemente a sua informação para a organização e para o público. A *Cultra* constituiu-se como um espaço em que a reflexão e se faz em diálogo com outros e as duas edições do *Socialismo* abriram também debates frequentemente fora da agenda quotidiana.

Num plano mais orgânico, realizaram-se vários Encontros temáticos e/ou sectoriais em áreas como as Autarquias, Trabalho, Ambiente, LGBT, Educação, Juventude, etc. Vários núcleos com graves debilidades de funcionamento, que inviabilizavam níveis mínimos de participação militante, foram estabilizados e reúnem agora com regularidade.

Política e Iniciativa

Qualquer tratamento burocrático dos problemas de organização está condenado ao fracasso. A organização e o seu funcionamento devem ser entendidos e construídos a partir da política e não o contrário. Se fizermos o debate sobre organização virados “para dentro”, apenas nos concentraremos nos problemas, nos conflitos, nos ajustes de contas. O caminho é, no nosso entender, rigorosamente o contrário.

Um caso de estudo: durante o período que precedeu esta Convenção, um grupo de militantes propôs à Mesa Nacional uma Campanha sobre a temática LGBT. Esses camaradas elaboraram e apresentaram à Mesa um documento com um programa político, uma agenda de iniciativas e propostas prioritárias no plano legislativo. Assim nasceu o Fórum “Sem Medos”, iniciativa que decorreu em vários distritos e recolocou a temática LGBT no debate público.

Nada impede que o façam. A urgência que se coloca ao Bloco é a de conseguir acolher e dar força à diversidade de interesses que caracteriza os seus militantes. É partir da política, do movimento e criar os mecanismos de organização que lhe dêem uma resposta eficaz, aberta e participada. É esse o nosso caminho.

SUBSCRITORES DAS MOÇÕES



MOÇÃO A “TODA A LUTA DA ESQUERDA SOCIALISTA PARA 2009”

Francisco Louçã,
Luís Fazenda,
Ana Drago,
Fernando Rosas
Miguel Portas,
Helena Pinto,
Pedro Soares,
João Semedo,
Jorge Costa,
Cecília Honório,
José Gusmão,
Andrea Peniche.

Nuno Pereira Moniz - (Açores/Horta)
Lúcia Arruda - (Açores/SMiguel)
Zuraida Soares - (Açores/SMiguel)
Joaquim Dias - (Aveiro)
Amadeu Oliveira - (Aveiro)
Carlos Miguel - (Aveiro)
Hugo Silva - (Aveiro)
Carlos Pais - (Aveiro)
Raquel Vidinha - (Aveiro)
Pedro Vidinha - (Aveiro)
Victor Solteiro - (Aveiro)
José Carlos Lopes - (Aveiro)
Sérgio Carvalho - (Aveiro)
Sérgio Silva - (Aveiro)
Rui Machango - (Aveiro)
Guida Ascensão - (Aveiro)
Joaquim Falé - (Aveiro)
Pedro Filipe Soares - (Aveiro)
Catarina Gomes - (Aveiro)
Ivar Corceiro - (Aveiro)
Joana Dias - (Aveiro)

Luís Mariano Guimarães - (Aveiro)
Nelson Peralta - (Aveiro)
Rui Maio - (Aveiro)
Diogo Silva Barbosa - (Aveiro)
Eva Braga - (Aveiro)
Hugo Meireles - (Aveiro)
Helena Oliveira - (Aveiro)
Belmira Ferreira - (Aveiro)
Púria Esfandiari - (Aveiro)
Daniel André Monteiro - (Aveiro)
Guida Ascensão - (Beja)
Joaquim Falé - (Beja)
António Guerreiro (Bia) - Beja)
Alberto Matos - (Beja)
Adelino Coelho - (Beja)
Constantino Piçarra - (Beja)
Jorge Gonçalves - (Braga)
Ricardo Pinheiro - (Braga)
José Maria Cardoso - (Braga)
Adriano Campos - (Braga)
Paula Nogueira - (Braga)
Alberto Fernandes - (Braga)
António Cruz Mendes - (Braga)
António Meireles Lima - (Braga)
António Sarmento - (Braga)
Armando Góis - (Braga)
Carlos Teles - (Braga)
Custódio Braga - (Braga)
Gaspar Cerqueira Silva - (Braga)
Helena Órfão - (Braga)
Henrique da Cunha Vilela - (Braga)
José António Diniz Pinto - (Braga)
José Gonçalves da Silva - (Braga)
Luís Marado - (Braga)

Pedro Mendes - (Braga)
Rafael Ferreira - (Braga)
Sérgio Cunha - (Braga)
Mário Marques - (Braga)
Adelino Mota - (Braga)
Ana Rute Marcelino - (Braga)
Carlos Pereira - (Braga)
Hélder Pereira - (Braga)
José Luís Araújo - (Braga)
Luís Serguilha - (Braga)
Marcelo Oliveira - (Braga)
Bruno Lopes - (Braga)
João Ferreira - (Braga)
Frederico Pinheiro - (Braga)
João Ricardo Pinheiro - (Braga)
Joaquim Teixeira - (Braga)
João Oliveira - (Braga)
José Vaz - (Braga)
Ana Bárbara Pedrosa - (Braga)
Dino Gomes - (Bragança)
Luís Vale - (Bragança)
Nuno Nascimento - (Bragança)
Rui Bordalo - (Bragança)
Bruno Pereira - (Castelo Branco)
Tiago Moura - (Castelo Branco)
Ana Monteiro - (Castelo Branco)
José Guerra - (Castelo Branco)
José Serra dos Reis - (Castelo Branco)
Fernando Ferreira - (Castelo Branco)
Aires Coreia Ventura - (Coimbra)
Artur Miguel Dias - (Coimbra)
António Marinho Silva - (Coimbra)
António José André - (Coimbra)
Celeste Maria Simões - (Coimbra)

Catarina Martins - (Coimbra)
Ernesto Nunes - (Coimbra)
Cláudio Nunes - (Coimbra)
Hugo Dias - (Coimbra)
João Paulo Tomé - (Coimbra)
Jorge Manuel Martinho - (Coimbra)
João Carlos Manso - (Coimbra)
Joaquim Machado - (Coimbra)
José Manuel Reis - (Coimbra)
José João Lucas - (Coimbra)
José Manuel Pureza - (Coimbra)
Júlia Ramos Correia - (Coimbra)
Marisa Matias - (Coimbra)
Maria de Lurdes Sá - (Coimbra)
Teresa Cunha - (Coimbra)
Natércia Coimbra - (Coimbra)
Sandra Martins Silva - (Coimbra)
Rui Curado Silva - (Coimbra)
Nelson Fraga - (Coimbra)
Serafim Duarte - (Coimbra)
Fernando Costa - (Évora)
Bernardino José Rodrigues Guia (Faro)
Fernando Duarte Silva Gregório - (Faro)
Luís Costa - (Faro)
Luís Fernandes da Costa - (Faro)
Maria Luísa Penisga González - (Faro)
Paulo José Feliz de Oliveira - (Faro)
Pedro Miguel Sousa D. Mota - (Faro)
Simeão Leonor Quedas - (Faro)
João Manuel Vasconcelos - (Faro)
Vitor Ruivo - (Faro)
Jorge Noutel - (Guarda)
Fernando Rocha - (Leiria)
José Peixoto - (Leiria)

Vitorino Vieira Pereira - (Leiria)	Paulo Sousa e Castro - (Lisboa)	Eliseu Filipe Pinto Lopes - (Porto)	Ana Lúcia (Setúbal)
Amândio Fernandes - (Leiria)	Pedro Sales - (Lisboa)	Eurico Carvalho - (Porto)	Ana Sartóris (Setúbal)
António Fonseca Gomes - (Leiria)	Raul Teixeira - (Lisboa)	Fernando Oliveira Queiroz - (Porto)	Cândida Esteves (Setúbal)
Fábio Salgado - (Leiria)	Rita Calvário - (Lisboa)	Fernando Martins Marques - (Porto)	Helena Nunes (Setúbal)
Telma Ferreira - (Leiria)	Rita Gorgulho - (Lisboa)	Fernando Paiva - (Porto)	Helena Oliveira (Setúbal)
Albertina Pena – Lisboa	Rita Silva - (Lisboa)	Francisco António da Silva - (Porto)	Henrique Pires (Setúbal)
Ana Sofia Cortes - (Lisboa)	Rosa Félix – Lisboa	Hugo Cardoso da Silva - (Porto)	Jorge Gonçalves (Setúbal)
Vítor Brilhante - (Lisboa)	Rodrigo Rivera - (Lisboa)	Jaime Alves Pereira - (Porto)	Luís Filipe Pereira (Setúbal)
Aníbal Ramos - (Lisboa)	Rogério Moreira - (Lisboa)	João Teixeira Lopes - (Porto)	Manuel Braga (Setúbal)
Orlando Guerreiro Almeida - (Lisboa)	Rui Borges - (Lisboa)	Joaquim Manuel Peres Viana - (Porto)	Manuela Tavares (Setúbal)
Alistair Grant - (Lisboa)	Sérgio Vitorino - (Lisboa)	Jorge Manuel Alves de Sousa - (Porto)	Pedro Oliveira - (Setúbal)
Berta Alves - (Lisboa)	Tiago Ivo Cruz - (Lisboa)	José Carlos Ribeiro Gonçalves - (Porto)	Pedro Pombeiro - (Setúbal)
Luís Castro - (Lisboa)	Vítor Machado - (Lisboa)	José Machado de Castro - (Porto)	Pedro Reis - (Setúbal)
Florival Cordeiro - (Lisboa)	Paulo Jorge Vieira - (Lisboa)	José Oliveira - (Porto)	Teresa Sales - (Setúbal)
Helena Coelho - (Lisboa)	Ricardo Robles - (Lisboa)	José Soeiro - (Porto)	Alberto Cruz - (Setúbal)
João Azevedo - (Lisboa)	Ana Sofia Roque - (Lisboa)	Luís da Silva - (Porto)	Mário Durval - (Setúbal)
José Luís Pissarro - (Lisboa)	Ansumane Mané (Braima) - (Lisboa)	Manuel Carneiro de Miranda - (Porto)	Adalberto Carrilho - (Setúbal)
Teresa Leitão - (Lisboa)	António José - (Lisboa)	Conceição Nogueira - (Porto)	António Chora - (Setúbal)
Tiago Brito Andrade Vicente - (Lisboa)	Clara Coelho - (Lisboa)	Maria de Lurdes Domingues - (Porto)	Carlos Cardoso - (Setúbal)
Tiago Vicente - (Lisboa)	José Falcão - (Lisboa)	Maria João de Matos Macedo - (Porto)	Daniel Bernardino - (Setúbal)
Ana Bastos - (Lisboa)	Manuel Gago - (Lisboa)	Maria José Espinheira - (Porto)	Eduardo Rocha - (Setúbal)
Adriana Lopera - (Lisboa)	Rui Maia - (Lisboa)	Marília Silva Fernandes - (Porto)	Fernando Sequeira - (Setúbal)
Ana Campos - (Lisboa)	Tiago Gillot - (Lisboa)	Joaquim dos Santos Pinho - (Porto)	Joaquim Raminhos - (Setúbal)
Ana Cansado - (Lisboa)	Victor Franco - (Lisboa)	Moisés Ferreira - (Porto)	Manuel Martins - (Setúbal)
António Lage - (Lisboa)	Vítor Edmundo - (Lisboa)	Joel Pontes de Oliveira - (Porto)	Vítor Fernando Barros - (Setúbal)
Armand Muñoz - (Lisboa)	João Curvelo - (Lisboa)	Paula Sequeiros - (Porto)	Cipriano Pisco - (Setúbal)
Bruno Maia - (Lisboa)	Elsa Marques dos Santos - (Lisboa)	Paulo Teles de Lemos e Silva - (Porto)	Ricardo Caçoila - (Setúbal)
Carlos Miguel Vilar Patrão - (Lisboa)	Alexandre Abaladas - (Lisboa)	Ricardo Lafuente - (Porto)	Carlos Guinote - (Setúbal)
Cláudia Oliveira - (Lisboa)	Ricardo Pereira - (Lisboa)	Paulo Renato Cardoso Ricardo - (Porto)	Maria Eduarda Costa Faria - (Setúbal)
Carlos Santos - (Lisboa)	Fernando Figueira - (Lisboa)	Pedro Ramajal - (Porto)	Mariana Aiveca - (Setúbal)
Carlos Solposto - (Lisboa)	Isabel Duarte - (Lisboa)	Renato Soeiro - (Porto)	Vítor Gonçalves Cabrita - (Setúbal)
Carlos Sousa - (Lisboa)	Filipa Gonçalves - (Lisboa)	Ricardo Salabert - (Porto)	João Afonso - (Setúbal)
Cármen Hilário - (Lisboa)	André Beja - (Lisboa)	Ricardo Sequeiros Coelho - (Porto)	Almerinda Bento - (Setúbal)
Catarina Príncipe - (Lisboa)	Nuno Frade - (Lisboa)	Sandra Cristina A. Carvalho - (Porto)	Luísa Teixeira - (Setúbal)
Daniel Oliveira - (Lisboa)	Filipa Gonçalves - (Lisboa)	Vítor Manuel Mendes Pires - (Porto)	Roberto Robles - (Setúbal)
Dina Nunes - (Lisboa)	Fernando Baeta Neves - (Lisboa)	David José Borges da Costa - (Porto)	Vítor Cavalinhos - (Setúbal)
Gustavo Behr - (Lisboa)	Armandina Fernandes - (Lisboa)	Rui Nóvoa - (Porto)	Carlos Macedo - (Setúbal)
Heitor Sousa - (Lisboa)	Valdemar Reis - (Lisboa)	Francisco Magalhães Silva - (Porto)	Henrique Guerreiro - (Setúbal)
Helena Figueiredo - (Lisboa)	Jorge Gomes da Silva - (Lisboa)	José de Magalhães Inácio - (Porto)	Assunção Duque - (Setúbal)
Humberto Andrade - (Lisboa)	João Silva - (Lisboa)	Silvestre Gomes Pereira - (Porto)	Francisco Roque - (Setúbal)
Idalino de Oliveira Moura - (Lisboa)	Carlos Galvão - (Lisboa)	Francisco Amorim Baptista - (Porto)	João Madeira - (Setúbal)
Joana Mortágua - (Lisboa)	Adriano Almeida - (Lisboa)	Ernesto Miguel Pereira Pinto - (Porto)	Jorge Santana - (Setúbal)
João Almeida - (Lisboa)	Lúcia Silva - (Lisboa)	Angelina Viagem - (Porto)	Ricardo Barata - (Setúbal)
João Bau - (Lisboa)	Maria do Carmo - (Lisboa)	José Miranda da Silva - (Porto)	Tília Alves da Silva - (Setúbal)
João Pacheco Machado - (Lisboa)	Miguel Pinto - (Lisboa)	Artur Ribeiro de Carvalho - (Porto)	António Manuel Antas Moreira - (Viana do Castelo)
João Rodrigues - (Lisboa)	Feliciano Bernardo - (Lisboa)	Alberto de Sousa e Silva - (Porto)	Francisco Ribeiro Vaz - (Viana do Castelo)
João Romão - (Lisboa)	Francisco Silva - (Lisboa)	Jorge Magalhães (Porto)	Luís Filipe Oliveira Louro - (Viana do Castelo)
José Casimiro - (Lisboa)	Fernando Baeta Neves - (Lisboa)	Bruno Góis (Santarém)	Manuel Sá Mota - (Viana do Castelo)
José Esperto - (Lisboa)	Paulo Martins - (Madeira)	Fátima Figueiredo (Santarém)	Maria Hermínia Silva Esteves - (Viana do Castelo)
Luís Branco - (Lisboa)	Rodrigo Trancoso - (Madeira)	José Carreira (Santarém)	Rui Rodrigues Marques - (Viana do Castelo)
Luís Leiria - (Lisboa)	Fernando Letra - (Madeira)	Manuel António (Santarém)	Adriana Meireles Sousa - (Vila Real)
Mamadou Ba - (Lisboa)	Roberto Almada - (Madeira)	Carlos Matias (Santarém)	Ana Morgado - (Vila Real)
Ana Palma - (Lisboa)	Luís Pedras - (Portalegre)	Luís Gomes (Santarém)	Filipe Rolão - (Vila Real)
Joana Amaral Dias - (Lisboa)	Paulo Cardoso - (Portalegre)	António Gomes (Santarém)	Rui Cortes - (Vila Real)
Vítor Castro - (Lisboa)	José Maria - (Portalegre)	Albérico Afonso (Setúbal)	Lia Raquel Dias - (Vila Real)
Hugo Evangelista - (Lisboa)	Alda Macedo - (Porto)	Alice Brito (Setúbal)	Carlos Gomes - (Vila Real)
Manuel Grilo (Lisboa)	Fátima Grácio - (Porto)	Álvaro Arranja (Setúbal)	Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues - (Viseu)
Marco Marques (Lisboa)	Ana Luísa Amaral - (Porto)	Fernando Pinho (Setúbal)	Graça Pinto - (Viseu)
Maria José Vitorino (Lisboa)	Alda Sousa - (Porto)	Jaime Pinho (Setúbal)	Jorge Carneiro - (Viseu)
Maria Tengarrinha (Lisboa)	Amélia M. Pereira - (Porto)	José Luís Pereira Santos Gonçalves Neto (Setúbal)	José Carlos Costa Vasconcelos - (Viseu)
Mariana Carneiro - (Lisboa)	António Alcino Norte Simões - (Porto)	Leonardo Silva (Setúbal)	Marco Mendonça - (Viseu)
Mário Tomé - (Lisboa)	António da Silva Gonçalves - (Porto)	Manuel Reis (Setúbal)	
Margarida Santos - (Lisboa)	António Joaquim Soares Luz - (Porto)	Maria Valentina Loução (Setúbal)	
Miguel Reis - (Lisboa)	Baltasar Fernando Duarte - (Porto)	Rogério Miranda (Setúbal)	
Mónica Frechaut - (Lisboa)	Carlos Menezes Machado - (Porto)	Teresa Bonito (Setúbal)	
Paulo Jorge Vieira - (Lisboa)	Eduardo Pereira - (Porto)		

MOÇÃO B

“CONSTRUINDO A DEMOCRACIA DE BASE - POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA”

Ana Lúcia Dias Garcia - Matosinhos
António João Sequeira - Setúbal
António Sequeira Mendes - Leiria
Armando Herculano - Vila do Conde
Carlos Maria Miranda da Mota - Matosinhos
Cecília Augusta Moutinho da Silva - Matosinhos
Cristiana de Sousa - Leiria
Dulce Cristina Coelho Ramos - Matosinhos
Fernando Pinto Lacerda - Vila Nova Gaia
Filomena Maria Silva - Setúbal
Gonçalo Manuel Lemos Reis Torgal - Matosinhos
Inês Lúcia Santos Moura - Valongo
Isabel Maria Sousa Horta - Porto
João José Sousa Almeida - Ovar, Aveiro
João Manuel Camacho Marques - Lisboa
João Pedro Moreira Freire - Matosinhos
Jorge António Caetano dos Santos - Matosinhos
Jorge Manuel Coelho M. Rodrigues - Ovar, Aveiro
José Aleixo - Matosinhos
José Fernando Oliveira Bastos - Matosinhos
José Joaquim Ferreira dos Santos - Matosinhos
José Manuel Esteves - Faro
Marco Loureiro - Guarda
Margarida Castro Felga Pinho - Porto
Maria Cecília Peixoto da Eira - Matosinhos
Maria da Graça Ribeiro Pinto - Matosinhos
Maria Helena Lemos Oliveira e Carmo - Lisboa
Maria Moura Castro Felga - Porto
Paulo Alberto Branco Teixeira de Sousa - Gondomar
Paulo Manuel Fernandes da Silva - Gondomar
Teodósio Maria Alcobia - Lisboa
Victor de Sousa - Leiria

MOÇÃO C

“COMBATER O CAPITALISMO. OUSAR O SOCIALISMO.”

João Delgado – Braga
Gil Garcia – Amadora
Isabel Faria – Lisboa
João Pascoal – Lisboa
Daniel Arruda – Seixal
Flor Neves – Coimbra
Gabriela Mota Vieira – Açores
José Franco – Lisboa
António Grosso – Oeiras
Daniel Martins – Braga
Teresa Alpuim – Oeiras
Pedro Fidalgo – Porto
João Reis – Coimbra
Eduardo Henriques – Almada
Cristina Portella – Lisboa
Carlos Ordaz – Lisboa
André Pestana – Lisboa
Celina Adriano – Lisboa
Manuel Afonso – Coimbra
João Marques – Lisboa
Joana Oliveira – Famalicão
Bruno Mendes – Felgueiras
Miguel Inocêncio – Faro
Diana Curado – Lisboa
Hugo Bastos – Lisboa
Cláudio Kuster – Oeiras
Carla Mendes – Viseu
Nuno Geraldès – Braga
José Rui Machado – Guimarães
Deolinda Roda – Leiria
Rui Machado – Famalicão

Hélder Agapito – Benavente
Flávia Pulido – Lisboa
Raquel Oliveira – Coimbra
João Antunes – Coimbra
Amandine Fonseca – Lisboa
Octávio Raposo – Lisboa
Ivo Silva – Coimbra
Ana Paula Oliveira – Benavente
José Carlos Vinagre - Almada
Délío Figueiredo – Lisboa
Norberto Vidinhas – Amadora
Fernanda Ribeiro – Setúbal
Luís Franklin – Coimbra
Lina Pereira – Lisboa
Elisabete Santos – Lisboa
André Rodrigues – Coimbra
Fernando Martinho – Amadora
Liliana Inverno – Coimbra
Jorge Fontes – Lisboa
José Ferreira – Amadora
Mário Grosso – Setúbal
Vítor Fonseca – Amadora
António Fernandes - Lisboa
Gil Ferreira – Sintra
Inês Reis – Coimbra
José Nicolau Gomes – Amadora
Vasco Basílio – Oeiras
Pedro Varela – Lisboa
Tiago Castelhana – Amadora
João Viegas – Coimbra
João Lopes – Lisboa

deBatEs #2

índice

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO ÀS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO	3
PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS	14
CONTRIBUTOS PARA OS DEBATES DA VI CONVENÇÃO	17
SUBSCRITORES DAS MOÇÕES	62

FICHA TÉCNICA

EDITOR: BLOCO DE ESQUERDA

MORADA: AV. ALMIRANTE REIS, 131 - 2º, 1150-015 LISBOA

ANO: 2008

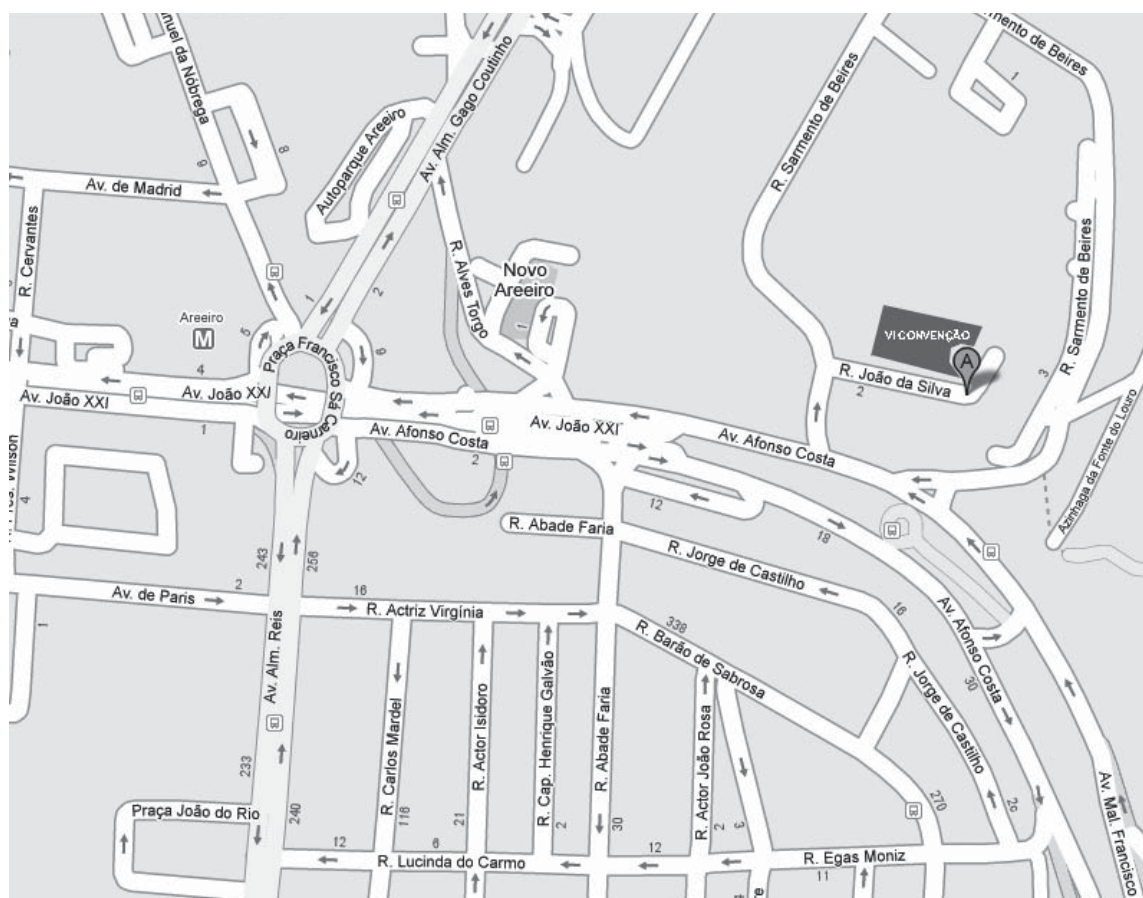
Nº DEPÓSITO LEGAL: 257898/07

IMPRESSÃO RAINHO & NEVES, LDA

MORADA: RUA DO SOUTO, 8, APARTADO 103 / 4524-909 SANTA MARIA DA FEIRA

TIRAGEM: 6 MIL EXEMPLARES

ACESSOS PARA O COMPLEXO MUNICIPAL DO CASAL VISTOSO




VI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA
7 e 8 Fevereiro | LISBOA | Complexo Municipal do Casal Vistoso - Areeiro
www.6cn.bloco.org | www.esquerda.net

